

**UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



FREDERICO PATTO SÁ MOTTA

**ECOMUSEU DO CARSTE DE MINAS GERAIS: DESIGN
E SUSTENTABILIDADE NA SINALIZAÇÃO MUSEAL**

BELO HORIZONTE

2015

FREDERICO PATTO SÁ MOTTA

**ECOMUSEU DO CARSTE DE MINAS GERAIS: DESIGN
E SUSTENTABILIDADE NA SINALIZAÇÃO MUSEAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Design, na linha de pesquisa: Design, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Antônio Silva.

**BELO HORIZONTE
2015**

M921e Motta, Frederico Patto Sá

Ecomuseu do Carste de Minas Gerais: design e sustentabilidade na sinalização museal / Frederico Patto Sá Motta. – 2015.

149 f.: il. enc.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Antônio Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Design, linha de pesquisa: Design, Cultura e Sociedade.

Bibliografia: f. 107-109.

Inclui anexos e apêndices.

1. Desenho industrial – Teses. 2. Museus – Minas Gerais – Teses. 3. Comunicação visual – Teses. 4. Patrimônio cultural – Teses. 5. Design gráfico – Teses. I. Silva, Sérgio Antônio. II. Universidade do Estado de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação. III. Título.

CDU: 069.02(815.1)

Ficha catalográfica: Fernanda Costa Rodrigues CRB 2060/6^a

ECOMUSEU DO CARSTE DE MINAS GERAIS: DESIGN E SUSTENTABILIDADE NA SINALIZAÇÃO MUSEAL.

Autor: Frederico Patto Sá Motta

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Design no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2015.

Rita de Castro Engler
Coordenação Doutorado e Mestrado
MASP: 1160198-6
ESCOLA DE DESIGN - UEMG

Rita de Castro Engler

Prof^a. Rita de Castro Engler
Coordenadora do PPGD

BANCA EXAMINADORA

Sérgio Antônio Silva

Prof. Sérgio Antônio Silva, Dr.
Orientador

Universidade do Estado de Minas Gerais

Leticia Julião

Prof^a. Leticia Julião, Dr^a.

Universidade Federal de Minas Gerais

Rita de Castro Engler

Prof^a. Rita de Castro Engler, Dr^a.

Universidade do Estado de Minas Gerais

RESUMO

A dissertação propõe-se a analisar a sinalização do Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, no Mocambeiro (em Matozinhos, Minas Gerais), tendo como referência os debates teóricos sobre museus, ecomuseus e a importância do Design da Informação como ferramenta para o aprimoramento da comunicação visual daquele espaço, preservando a identidade cultural. O trabalho buscou analisar a sinalização e orientação do Mocambeiro, ao questionar o modo como atualmente se indica a localização e a nomenclatura dos elementos naturais específicos, quais sejam, Elemento Natural Cerca Grande, Elemento Natural Vargem da Pedra e o local conhecido como Experiência da Jaguará, a Festa do Rosário; e relacionar o Design Gráfico com as características desse ambiente natural e com o patrimônio cultural de forma a proporcionar a melhor divulgação e representação de informações primordiais de deslocamento na visita a esse Ecomuseu.

Palavras-chave: Ecomuseu. Design da Informação. Sinalização. Patrimônio cultural. Identidade cultural.

ABSTRACT

This work intends to analyze the signaling of a karst eco-museum (Ecomuseu do Carste de Minas Gerias) located in the region of Mocambeiro (Matozinhos, Minas Gerais), departing from the theoretical debates about museums, eco-museums, and considering the importance of Information Design as a tool for improving visual communication and preserving cultural identity at the same time. The study sought to analyze the signaling and guidance at Mocambeiro, by questioning how the signaling is made at that location, especially the indication to some natural elements, namely Cerca Grande, Vargem da Pedra and Jaguara, and Festa do Rosário; and relate the Graphic Design with the characteristics of the natural environment and cultural heritage in order to provide the best representation and dissemination of critical information provided in visitation to this eco-museum.

Keywords: *Ecomuseum. Information Design. Signaling. Cultural heritage. Cultural identity.*

LISTA DE SIGLAS

ADAO – Associação para o Desenvolvimento das Artes e Ofícios

APA – Área de Proteção Ambiental

APA Carste de Lagoa Santa – Associação de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa

ED – Escola de Design

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – International Council of Museums

ICOFOM-LAM – International Council of Museums - Latin America

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PMMMGM – Prefeitura Municipal de Matozinhos, MG

NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Praça Mocambeiro.....	25
FIGURA 2: Sinalização informativa no Ecomuseu Morro da Queimada, Ouro Preto, MG.....	46
FIGURA 3: Fachada do Ecomuseu de Santa Cruz, RJ.....	47
FIGURA 4: Mapa do Ecomuseu de Santa Cruz, RJ.....	48
FIGURA 5: Pintura rupestre “Ritual de Fecundidade”.....	62
FIGURA 6: Monumento Estadual Cerca Grande.....	63
FIGURA 7: Placa Direcional do Elemento Natural Vargem da Pedra.....	67
FIGURA 8: Placa Interpretativa do Lions Clube de Matozinhos.....	68
FIGURA 9: Mapa urbano de Mocambeiro.....	68
FIGURA 10: Mapa da região da APA Carste Lagoa Santa.....	72
FIGURA 11: Mapa da região de Mocambeiro.....	72
FIGURA 12: Pinturas Rupestres do Elemento Natural Cerca Grande	72
FIGURA 13: Patrimônio Cultural do Elemento Natural Vargem da Pedra.....	73
FIGURA 14: Pintura rupestre “Ritual de Fecundidade”.....	80
FIGURA 15: Monumento Estadual Cerca Grande.....	81
FIGURA 16: Mapa urbano de Mocambeiro.....	83
FIGURA 17: Mapa da região APA Carste Lagoa Santa.....	84
FIGURA 18: Mapa da região de Mocambeiro e vias de acesso.....	85
FIGURA 19: Placa indicativa de distância Haras Sahara.....	88
FIGURA 20: Placa improvisada de monumento externo – Vargem da Pedra.....	89
FIGURA 21: Placa improvisada IEF – Vargem da Pedra.....	90
FIGURA 22: Placa de área tombada implementada há seis meses.....	91
FIGURA 23: Placa indicativa de direção improvisada.....	93
FIGURA 24: Placa direcional improvisada/placa interpretativa – Cerca Grande.....	93
FIGURA 25: Placa indicativa de direção ou sentido – região urbana.....	95
FIGURA 26: Placa rotatória – região urbana.....	96

FIGURA 27: Mapa da localização geográfica dos três elementos da pesquisa.....99

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1: Área do município de Matozinhos.....	82
Quadro 1: Mudanças museais.....	36
Quadro 2: Tipos de placas.....	74
Tabela 1: Categorias entrevistadas.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Objetivos.....	17
1.2 Justificativa.....	17
2 METODOLOGIA.....	21
2.1 O campo e contexto de estudo.....	21
2.2 Definição da área física.....	23
2.3 Plano de amostragem.....	23
2.4 Desenho de estudo.....	24
2.5 O estudo qualitativo, documental e de campo.....	25
2.6 Critérios de inclusão e exclusão.....	26
2.7 Coleta e sistematização dos dados.....	27
2.8 Apuração e análise dos dados.....	27
2.9 Aspectos éticos.....	27
2.10 Categorias entrevistadas.....	27
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	30
3.1 Aspectos históricos e conceituais dos museus.....	30
3.2 Ecomuseus.....	38
3.3 As experiências de ecomuseus.....	43
3.4 Território, identidade cultural e paisagem local	48
3.5 Design, sinalização, ecomuseu.....	51
3.6 Design da Informação.....	55
3.7 Museologia, design e identidade do patrimônio cultural.....	56
3.8 Conceituação de ecomuseu no âmbito do novo fazer museológico.....	59
4 O PONTO DE VISTA DA COMUNIDADE: a participação na pesquisa.....	71
5 DESIGN E SINALIZAÇÃO NO ECOMUSEU DO CARSTE	78
5.1 O ecomuseu como patrimônio e a sinalização turística.....	86
5.2 Análise da sinalização do Mocambeiro.....	87
5.3 <i>Briefing</i> para um projeto de sinalização do Ecomuseu do Carste.....	96
5.4 Desdobramentos do projeto de sinalização.....	103
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXOS.....	110
APÊNDICE: Roteiro de entrevista.....	112

1 INTRODUÇÃO

O Ecomuseu do Carste de Minas Gerais¹ é um parque natural na região cárstica de Lagoa Santa, a 46 km de Belo Horizonte. Localiza-se no distrito de Mocambeiro, a cinco quilômetros da sede do município de Matozinhos. Nesta dissertação, abordaremos o estudo da sinalização de Mocambeiro. É um distrito com rico patrimônio natural e cultural, com elementos naturais como cavernas, grutas, lagos, dolinas e afloramentos rochosos, maciços calcários, conhecidos mundialmente a partir de Peter Wilhelm Lund (1801-1880) em fins do século XIX. Entende-se ecomuseu como um

[...] espaço de convívio social e fonte de educação popular, de transmissão cultural, de abertura para o todo e para outras culturas. As possibilidades de pesquisa e conservação são um meio de ação, transformação, e não um fim em si mesmo. Sabe-se que não há modelo nem regra. Os ecomuseus são todos únicos, diferentes entre si, não apenas pela natureza de seu patrimônio, cultural, natural e de sua comunidade, mas pela história particular de seu processo evolutivo, suas mudanças cotidianas como, por exemplo, o acolhimento de novos moradores, resultado do crescimento urbano (MATTOS, 2006; VARINE, 2012).

O Ecomuseu do Carste de Minas Gerais pertence à Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa (APA Carste Lagoa Santa); é formado de elementos distantes ou não entre si, mas integrados em um único território. A Secretaria de Cultura e Turismo de Matozinhos informou que a área do Ecomuseu do Carste em Matozinhos ocupa 64% da área territorial do município. Conforme a Secretária de Cultura e Turismo de Matozinhos,

é um conjunto de grutas, abrigos e cavernas, 369 no total, classificadas por sua extensão, uma espécie de território geológico específico que tem características cársticas nas formações rochosas e também na vegetação típica da região. (SILVA, 2014)²

O conceito de *ecomuseu* ainda é difuso e aberto a novas contribuições.

¹ Embora esse museu seja popularmente conhecido como Ecomuseu Mocambeiro, seu nome oficial mudou. A Lei nº 2.190, de 14 de Dezembro de 2012, altera dispositivos da Lei nº 1.800 de 16 de setembro de 2003. Assim, o Ecomuseu Mocambeiro, criado pela Lei nº 1.800/2003, passa a se chamar Ecomuseu do Carste de Minas Gerais.

² Entrevista concedida ao autor desta dissertação em 31/3/2014, por Adma Aparecida da Silva, Subsecretária de Cultura e Turismo do Município de Matozinhos.

Diferencia-se dos museus tradicionais, em sua forma e em seu processo. Há várias modalidades de ecomuseus: de território, de vizinhança, de quarteirão, comunitário, dentre outros. Conforme Carvalho e Motta (2014),

O ecomuseu em estudo, no Mocambeiro, é um misto de *ecomuseu de território* e de *ecomuseu comunitário*, porque o acervo, neste Ecomuseu, é formado por elementos naturais do relevo cárstico, e é “enraizado no território”. Por outro lado, não menos importante, a sua essência refere-se a algo que vai além de um sítio arqueológico relevante: a existência de uma comunidade moradora no Mocambeiro, que mantém vivas tradições culturais de seus antepassados quilombolas, como por exemplo o Camdombe e o Congado (CARVALHO, MOTTA, 2014).

No Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, ainda em fase de implantação, há uma crescente participação da comunidade local com relação ao aprendizado de como gerir um futuro museu e também quanto à gestão e manutenção do acervo, que é material (os monumentos de pedra) e também imaterial (as tradições e os costumes).

Podemos, então, entender Ecomuseu como um “museu enraizado no território” (VARINE, 2012), cujos sítios patrimoniais representam identidades locais, regionais, nacionais e até mesmo globais. A participação da comunidade nos ecomuseus é um dado fundamental no sentido da sua capacidade de torná-los “espaços identitários”, ou seja, aquele lugar que “tem a função de transmitir valor e atribuir originalidade de ser lugar de lazer, de consumo e de estetização do cotidiano, revalorizando a sua função [...]” (DUARTE, 2013; OLIVEIRA, 2010). Portanto, podemos dizer que um ecomuseu é fundamentado tanto no seu território quanto nas pessoas que moram ali.

Segundo Rivière (1993), os ecomuseus se inserem num novo campo museológico – a Nova Museologia contemporânea – cujo aspecto social é o dado diferenciador, no sentido de respeito às comunidades (regionais) detentoras do patrimônio, que transita do nível local ao nível mundial. O termo *ecomuseu* foi formulado por Varine, na obra *As raízes do futuro* (2012), e por Rivière em *La muséologie* (1989), para representar essa inovação e dinamismo, relacionando os conceitos de museu e seu meio ambiente.

Considerando questões contemporâneas, nesta dissertação propõe-se refletir sobre a contribuição do Design da Informação para os ecomuseus, a partir da análise da sinalização e orientação do Mocambeiro, apontando questões sobre o modo como atualmente se indica a localização e a nomenclatura dos elementos naturais específicos, quais sejam, Elemento Natural Cerca Grande e Elemento Natural Vargem da Pedra. No decorrer do texto analisou-se a atual sinalização do Mocambeiro: placas urbanas fixadas em rodovia, placas de pré-sinalização urbana, placas de rotatória que evidenciam soluções improvisadas de sinalização, utilização de material pouco resistente, posicionamento inadequado de placas, cores e pictogramas fora das normas da EMBRATUR e da legislação do IEF, falta de clareza na informação, diagramação equivocada. Esse conjunto de problemas técnicos poderá ser minimizado se a comunidade se envolver no planejamento da sinalização do Ecomuseu.

Entendemos que a representação gráfica de significados através de sinais e informações demandam um diálogo estreito com a comunidade local, no sentido de conhecer e dar a conhecer os valores e a cultura local. A participação da comunidade no estudo inicial do desenvolvimento do Design Gráfico aplicado à sinalização museal (Design da Informação) tem grande relevância nos estudos sobre sinalização em ecomuseus. Além da participação como sujeitos no processo, os moradores têm a oportunidade de exercer a cidadania e afirmarem suas diferenças e sua singularidade. Ao relacionar o Design de Informação com as características desse ambiente natural e com o patrimônio cultural do Mocambeiro, contribui-se para proporcionar a melhor divulgação e representação de informações primordiais na visita a esse Ecomuseu.

Acredita-se que a observação e análise das diversas manifestações culturais locais do Mocambeiro (festas religiosas, culinária, narrativas da tradição oral, por exemplo) forneçam elementos valiosos para o desenvolvimento da pesquisa do Design de Informação e como contribuição de fortalecimento da autoimagem da comunidade. Ao final desta dissertação será

apresentado o *briefing*³ com informações e questões discutidas ao longo do texto.

A comunidade de Mocambeiro ainda não se vê como a comunidade de um ecomuseu, a não ser pelo esforço da Associação para o Desenvolvimento das Artes e Ofícios (ADAO) e da Prefeitura Municipal de Matozinhos no sentido de incrementar ações de educação patrimonial e educação ambiental. Segundo Adma Aparecida da Silva (2014), a ADAO tem promovido iniciativas de reconhecimento, junto à população, das potencialidades do território do Ecomuseu e da necessidade de sua proteção.

A inserção do Design da Informação junto à comunidade do Mocambeiro possibilitará resultados enriquecedores em relação à sinalização e orientação da visita ao Ecomuseu. A orientação espacial, especialmente, é um atributo muito importante do campo de estudo do Design da Informação, porque através dela se comunica, se indica e se direciona o visitante do Ecomuseu pelo roteiro entre Vargem da Pedra, Cerca Grande e Jaguará.

Para pensar numa futura proposta de sinalização deste Ecomuseu a participação comunitária é muito importante. O Design da Informação respeita os conceitos de patrimônio natural e cultural, território, originalidade e identidade, contribuindo para a proteção da identidade e do patrimônio local (patrimônio material e imaterial). A futura implantação de processos de educação patrimonial alertará a comunidade para evitar mais perdas, como, por exemplo, a decorrente do vandalismo ocorrido em elementos naturais de Mocambeiro. Proteger um ecomuseu com território tão extenso pressupõe a vigilância constante contra ações predatórias ao patrimônio natural e a salvaguarda dos bens arqueológicos e espeleológicos existentes no Ecomuseu do Carste Minas Gerais.

A sinalização correta implica definição coerente de hierarquia de informações, das famílias tipográficas a serem utilizadas, assim como de contraste e legibilidade. No decorrer da dissertação analisaremos exemplos de outras soluções de informação aplicadas a ecomuseus, como no caso do

³ Entende-se por *briefing* um conjunto de informações, uma coleta de dados obtidos em uma reunião para o desenvolvimento de um trabalho de design. O briefing elabora um roteiro de ação para criar a solução que o cliente procura. É feito um mapeamento do problema e uma coleta de pistas que nortearão as ideias para solucionar o problema.

Ecomuseu Serra da Queimada, em Ouro Preto, onde um visitante, turista ou pesquisador, por meio das informações disponibilizadas na sinalização, tem mais facilidade de se deslocar de maneira certa nesse espaço. O fato do Mocambeiro ser um ponto com potencial turístico requer análise de informação sobre o patrimônio cultural e natural. O presente estudo sobre Design da Informação terá implicações no futuro desenvolvimento de um projeto de Design de Sinalização Padronizada para o Ecomuseu, em conformidade com as normas atuais do Guia Brasileiro de Sinalização Turística da EMBRATUR (2001).

1.1 Objetivos

Geral

Analisou-se a sinalização existente no Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, em Mocamboiro, usando ferramenta de Design da Informação, no âmbito do campo do conhecimento do Design Gráfico, com objetivo de subsidiar futuro projeto de sinalização, respeitando a tipicidade do território e valorizando processos de identidade e cultura local.

Específicos

Levantou-se experiências de ecomuseus implantadas no Brasil incluindo aquelas que incorporaram o Design da Informação na sua comunicação com o público visitante; analisou-se a legislação pertinente à sinalização turística, conforme o Guia Brasileiro de Sinalização Turística da EMBRATUR (2001).

Além desses, investigou-se a identidade dos valores culturais da região para a valorização da comunicação e transmissão de informações aos visitantes do Ecomuseu do Carste; discutiu-se sobre a necessidade de uma roteirização entre pontos específicos desse Ecomuseu.

Foi proposto o *briefing* de sinalização para o ambiente do Ecomuseu conforme os condicionantes para sinalizar quatro elementos do acervo e orientar o trajeto entre eles: Cerca Grande, Vargem da Pedra, Jaguará e Festa do Rosário.

Justificativa

A sinalização em ecomuseus é um assunto relativamente novo, que carece de aprofundamento em relação à integração do Design da Informação com as especificidades da sinalização nesse tipo de museu (sinalização e orientação espacial, principalmente), envolvendo temas importantes da Nova Museologia como território, identidade cultural, patrimônio natural e cultural.

Por se tratar o Carste de Minas Gerais de um território com grande potencial de atratividade turística, a comunidade local do Mocamboiro e a Prefeitura de Matozinhos, através de sua Secretaria de Turismo e Cultura, têm

trabalhado na gestão integrada dos bens culturais e naturais, envolvendo a participação ativa da comunidade com o objetivo de preservar e valorizar processos de memória social, identidade e cultura, como, por exemplo, a culinária tradicional, as lendas e narrativas, o Candombe e o Congado, a Banda de Congo, a Irmandade do Rosário e outras tradições do patrimônio cultural.

O que significa o trabalho do Design da Informação no Ecomuseu? Será possível utilizar a contribuição do Design Gráfico (e da especialidade do Design da Informação) para gerar possibilidades da sinalização gráfica de roteiros em um ecomuseu comunitário, enfatizando a sustentabilidade e respeito ao patrimônio? Referimo-nos aqui à sustentabilidade no campo da cultura, à sustentabilidade no contexto de um ecomuseu comunitário. Não necessariamente tal sustentabilidade deve se associar ao turismo, até porque a questão do turismo no Ecomuseu do Carste de Minas Gerais ainda está em discussão, já que ele ainda não foi aberto para visita.

E por que esse santuário ecológico ainda não foi aberto à visita pública? Devido à fragilidade do carste, é necessário controlar, ou, em alguns casos, até mesmo vedar a visita aos sítios arqueológicos e espeleológicos. Atualmente só se visita o parque mediante autorização expressa do Instituto Estadual de Florestas (IEF), para evitar danos ao patrimônio arqueológico e espeleológico do carste. Conforme José de Castro Procópio (2014), o carste “são fisionomias da paisagem a partir da formação calcária e da solubilidade do calcário, que tem características únicas como as poliez, as uvalas, os maciços calcários que vão dar uma característica única, típica do carste.”

Em relação ao patrimônio cultural do Mocambeiro, um estudo como este é importante, ainda, por apontar a necessidade de consolidar, junto à comunidade local, o entendimento de “pontos de memória”, ou seja, locais especiais onde a comunidade preserva e conserva sua cultura.

Parte-se do pressuposto de que a sinalização neste ecomuseu comunitário deve ser realizada em consonância com a fragilidade do carste e com a participação da comunidade que habita o local, ajudando na salvaguarda do patrimônio natural do carste. Portanto, a sinalização neste Ecomuseu é voltada primeiro para a orientação espacial daqueles que moram no lugar e em segundo lugar para usuários não frequentes (os turistas).

Nesse sentido, entendemos como necessária uma roteirização dos quatro “pontos de memória”, conceito do MINC⁴ que estamos transferindo para nossa pesquisa, específicos desse museu: Cerca Grande, Vargem da Pedra, Jaguará e Festa do Rosário. Percebemos, ao longo das pesquisas e visitas a campo, principalmente nas entrevistas⁵ com os informantes-chave, que além de serem pontos de memória, são pontos referenciais nessa comunidade e para o público que os visita e guarda traços característicos dos mesmos.

Apointa-se que na condução das entrevistas acompanhou-se a definição do marco metodológico na preparação das mesmas e na coleta de depoimentos (ALBERTI, 2004).

Para elaborar o *briefing* da sinalização, foram estudados os condicionantes para sinalizar os três elementos, visando a orientar o visitante no trajeto entre esses pontos. Contudo, há contradições na comunidade de Matozinhos e Mocambo sobre tal necessidade. Alguns dizem que conhecem bem o lugar e se movimentam com facilidade; outros dizem que se perdem e não conseguem encontrar o caminho; e há ainda aqueles que não desejam nenhum tipo de sinalização, pensando em evitar visitantes indesejados.

Como equilibrar esses pontos de vista contraditórios? Acredita-se que é necessário conciliar uma sinalização significativa para a comunidade local que, no futuro, será um elemento chave na informação e orientação de visitantes.

No Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, a utilização da ferramenta do Design da Informação envolve o desenvolvimento de processos participativos de criação em Design Gráfico, com envolvimento da comunidade, que resultem na futura proposição da sinalização museal. Nesta dissertação não projetaremos a sinalização, mas, sim, discutiremos em torno de um conceito para a sinalização em ecomuseus.

⁴ Ver: Ministério da Cultura. Modernização de Museus: microprojetos e Pontos de Memória, 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/10/editais-microprojetos-e-pontos-de-memoria-2014-recebem-inscricoes> acesso em nov., 2015. O Prêmio Pontos de Memória é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e do Ministério da Cultura, para selecionar e premiar ações desenvolvidas por iniciativas de memória, visando reconhecer, incentivar e fomentar a continuidade e sustentabilidade na perspectiva do Programa Pontos de Memória.

⁵ Vide anexos (p. 110).

É importante ressaltar as vantagens que a sinalização pode representar para a sustentabilidade do Ecomuseu, na medida da valorização da cultura local, atratividade e ampliação da economia local e redirecionamento de mais investimentos para a preservação ambiental e cultural. Assim, optou-se por pontuar as questões de preservação, que integram o conceito de patrimônio cultural integrado ao conceito de patrimônio natural, ambiental. Isso é muito diferente de fazer sinalização num contexto mais convencional.

No complexo museal do Ecomuseu do Carste de Minas Gerais observa-se um desafio museográfico, no qual os designers gráficos possuem um papel importante devido a sua capacidade de oferecer novas soluções aos velhos problemas de comunicação museal, propondo sinalizações específicas e capazes de revelar a peculiaridade e beleza deste rico e frágil parque natural cárstico.

Para a elaboração do *briefing*, procurou-se extrair as características do patrimônio cultural da comunidade do Mocambeiro, bem como as características do patrimônio natural do relevo cárstico, que serão indicadas como possibilidades futuras a serem transformadas em sinais e peças gráficas de um possível projeto de Design da Informação para o Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, o que poderá contribuir indiretamente para a sustentabilidade do museu ao gerar, por exemplo, *souvenirs* e outras peças com a “marca” do ecomuseu para comercialização.

A comunidade de Mocambeiro, participando da construção da sinalização do Ecomuseu, poderá futuramente atuar no processo de recepção das visitas turísticas, que, por sua vez, vão valorizar essa mesma comunidade, contribuindo para a sustentabilidade cultural do Ecomuseu.

2 METODOLOGIA

2.1 O campo e o contexto de estudo

O campo de estudo desta dissertação é o Design Gráfico, com foco na ferramenta Design da Informação, referente ao design de informação, sinalização e orientação aplicado a ecomuseus.

O contexto de estudo é a comunidade de Mocambeiro, distrito de Matozinhos desde 1948. Mocambeiro pertence à APA Carste Minas Gerais, e seu patrimônio natural foi conhecido desde fins do século XIX, a partir das escavações e descobertas de Peter Wilhelm Lund. Trata-se de uma região de beleza natural privilegiada, com antigas fazendas coloniais e ruínas. Órgãos de preservação ambiental e histórica têm trabalhado na APA Carste evidenciando o quanto é relevante a utilização de mapeamento com a localização de bens culturais e naturais.

No Ecomuseu do Carste discute-se a contribuição do Design da Informação para a necessária implementação de planejamento visual e sinalização coerentes, respeitando a cultura e a história local.

Como parte da metodologia foram observados parâmetros técnicos de sinalização, parâmetros das vivências da comunidade, de proteção ambiental, e também as normas da EMBRATUR para sinalização turística.

Procurou-se recuperar a informação do Ecomuseu como patrimônio natural e cultural. O *briefing* que se apresenta ao final da dissertação contém as pistas que a comunidade forneceu sobre as vivências na visita aos monumentos naturais. Diferenciou-se a compreensão de um visitante familiarizado com o território do Ecomuseu e o visitante recém-chegado. As implicações desses dois tipos de visitante influenciarão no desenvolvimento de um futuro projeto de Design da Informação.

A sinalização é um fator primordial num território de grande extensão como é o Ecomuseu do Carste de Minas Gerais. Devido ao fato de o Ecomuseu ser um ponto com grande potencial turístico, foi seguido o Guia Brasileiro de Sinalização Turística da EMBRATUR (2001) e a sua padronização. Reforçamos ainda os parâmetros de proteção ambiental, já que

o Ecomuseu está dentro da área de preservação da APA Carste Lagoa Santa e por isso deve obedecer também às normas dos órgãos fiscalizadores, como o IEF, o IPHAN e o IBRAM, entre outros.

A conceituação da sinalização pensada para o Ecomuseu respeitou todos os aspectos éticos e acadêmicos observados pela Escola de Design da UEMG, prezando pelo respeito e cumprimento exigidos pela legislação brasileira. A população local da sede de Matozinhos e do distrito do Mocambeiro, através do grupo de informantes-chave, contribuiu com a Escola de Design da UEMG por meio de interações em diversas etapas da pesquisa, fornecendo elementos para o *briefing*. Foram colhidas características locais nas oficinas de Arqueologia, Meio Ambiente, Educação Patrimonial e Fotografia que a ADAO, Associação para o desenvolvimento das Artes e Ofícios, vinculada ao Ecomuseu do Carste, realiza regularmente.

O *briefing* é uma etapa importante para o desenvolvimento de um trabalho de design e deve criar um roteiro para se chegar a soluções para um determinado problema do cliente, com base em informações por ele fornecidas. Em se tratando de uma comunidade (o Mocambeiro), não há um cliente individualizado. Para mapear o problema, e obter pistas para apontar soluções de sinalização para o ecomuseu, o roteiro do *briefing* foi transformado em entrevista, aplicada ao grupo de informantes-chave selecionados para participar da pesquisa. Também foram utilizados os dados coletados nas já mencionadas oficinas realizadas pela ADAO com a comunidade em Mocambeiro, em 2013 e 2014.

De posse dos dados fornecidos pelos informantes-chave e os obtidos pela ADAO, organizou-se o roteiro de ação. A sequência metodológica aqui utilizada foi a seguinte: definição da área física; plano de amostragem; desenho de estudo; estudo qualitativo, documental e de campo; critérios de inclusão; critérios de exclusão; instrumentos de coleta de dados; sistematização de dados; apuração e análise de dados; aspectos éticos; categorias entrevistadas; elaboração do *briefing*. Segue, resumidamente, a descrição de cada uma dessas etapas.

2.2 Definição da área física

Em primeiro lugar realizou-se um levantamento criterioso da área física a ser sinalizada (Mocambeiro), focalizando o posicionamento do acervo local (do patrimônio cultural e do patrimônio natural do Ecomuseu), identificando a possibilidade turística assim como as condições para receber futuramente o público visitante.

Sabemos que a comunidade do Mocambeiro poderá receber visitantes para apreciar o seu patrimônio cultural (festas religiosas, culinárias, lendas e narrativas). Sabemos também que os sítios arqueológicos e espeleológicos não poderão receber visita ampla e aberta, porque são frágeis e devem ser protegidos, portanto sua visita será controlada, monitorada e até mesmo vedada em alguns casos. Assim, a sinalização do Ecomuseu será de dois tipos: sinalização de acolhimento e sinalização proibitiva.

Há vários monumentos naturais neste parque, mas para fins desta dissertação, optou-se por selecionar apenas quatro: Vargem da Pedra, Cerca Grande, Jaguará e Festa do Rosário. Num segundo momento observou-se a localização desses três acervos na área a ser sinalizada. Através do Design de Sinalização, conceituaremos a estratégia de sinalização de placas e de painéis a serem adotados futuramente para orientação dos visitantes do ecomuseu.

Após entender a dinâmica da região do Carste e do Mocambeiro, foram apontadas, no *briefing*, as diretrizes do Design de Sinalização do Ecomuseu, visando a orientar o deslocamento de visitantes ao local que engloba Vargem da Pedra, Cerca Grande e Jaguará e Festa do Rosário.

2.3 Plano de amostragem

O plano de amostragem considerou universos do patrimônio natural e cultural, cada qual com sua amostragem. Os quatro *pontos de memória*⁶ escolhidos foram Vargem da Pedra, Cerca Grande, Jaguará e Festa do Rosário. Os dois primeiros pertencem ao patrimônio natural e a Jaguará e a

⁶ Entendemos “pontos de memória” aqui conforme o IBRAM, como locais de memória social. Neste ecomuseu são pontos de memória dos moradores do Mocambeiro os locais onde a comunidade preserva e conserva a cultura e a memória de bandas de Congo, de irmandades do Rosário e outras tradições do patrimônio imaterial (em geral de origem quilombola, mas não só).

Festa do Rosário pertence ao patrimônio cultural. O universo do patrimônio natural é o Ecomuseu do Carste Minas Gerais; a amostragem deste universo natural foram os dois monumentos naturais Vargem da Pedra e Cerca Grande. O universo do patrimônio cultural foi recortado tendo como amostragem a Jaguará e grupos tradicionais do Mocambeiro, como as Guardas de Congado que festejam em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. O plano de amostragem considerou também o universo de moradores de Mocambeiro, cuja amostragem são os informantes-chave selecionados para participar das entrevistas.

Durante a pesquisa, optou-se por trabalhar com amostragem focada no Mocambeiro. Esclarecemos que a futura participação da comunidade da sede de Matozinhos, junto com a comunidade local do distrito do Mocambeiro, será de grande relevância na sinalização do Ecomuseu e para isso será necessário envolver de forma ampla a comunidade do Mocambeiro e da sede do município, incluindo outros atores, conhecedores e futuros mantenedores desse museu, que decidirão sobre a sua forma de guardar a memória do lugar, incorporá-lo ao cotidiano, e a sua vontade de fortalecer, revitalizar Mocambeiro como um ecomuseu comunitário.

2.4 Desenho de estudo

Nesta dissertação, com já dissemos, o desenho de estudo culminará no *briefing*. O desenho de estudo refere-se a um estudo qualitativo, documental e de campo. Para diagnosticar o problema de insuficiente organização e identidade de sinalização entre os elementos naturais desse Ecomuseu, começamos com entrevistas direcionadas⁷ a um número específico de informantes-chave, que foram selecionados a partir das visitas iniciais a campo. Também foram feitos registros fotográficos da situação atual da sinalização em Mocambeiro para dimensionar a necessidade de inserção do Design da Informação com objetivo de traduzir graficamente uma linguagem local coerente.

⁷ Vide entrevista nos anexos (p. 110).

2.5 O estudo qualitativo, documental e de campo

O estudo qualitativo, documental e de campo é aquele que visa a diagnosticar o problema de organização da informação e identidade na sinalização do trajeto entre Vargem da Pedra, Cerca Grande, Jaguará e Festa do Rosário.

Para a coleta de dados foi feita pesquisa bibliográfica, fotográfica, documental (documentos, jornais, publicações, registros, objetos) e do patrimônio imaterial (observação de festas religiosas e registro de relatos orais de moradores do Mocambeiro). Nessa etapa do processo de diagnóstico, foram entrevistados os usuários locais, os informantes-chave e alguns visitantes, com o propósito de melhor entendimento das necessidades de sinalização. Pretendeu-se também analisar as formas de circulação entre os três elementos, e o fluxo de veículos e de pedestres.

As placas existentes foram documentadas em fotografias e informações adicionais foram colhidas nas entrevistas. A fotografia a seguir mostra placas existentes na estrada para o Mocambeiro. A poluição visual chama a atenção nesse espaço pequeno na praça de uma rotatória, em que um grande conjunto de placas, instaladas lado a lado, dá variadas informações (Figura 1).



FIGURA 1- Praça Mocambeiro. Fonte: acervo do autor, 2014.

A diversidade dessas placas (comerciais, turísticas, propriedades particulares) mostra que não se segue a padronização sugerida pela EMBRATUR.

No decorrer do texto, serão apresentadas outras situações de placas que também fogem às normas de sinalização.

2.6 Critérios de inclusão e exclusão

Trabalhamos com os informantes-chave e as vias de acesso locais onde serão futuramente instaladas as novas placas de sinalização. A escolha dos informantes-chave foi feita em função do seu perfil de comprometimento com as questões locais e a bagagem cultural de cada um. Pensou-se num grupo de pessoas da comunidade do Mocambeiro, tais como profissionais do meio ambiente, da educação, da cultura, do comércio e do serviço público.

O sistema de vias de acesso locais será a base para a sinalização de orientação dos três elementos (Vargem da Pedra, Cerca Grande e Jaguará) e contemplará orientação para os principais trajetos, para veículos motorizados e pedestres. Para isso foi necessário elencar e classificar as vias que formam os percursos, considerando-se as condições morfológicas, físicas, operacionais e funcionais da região.

É necessário considerar as demandas dos usuários em relação aos percursos entre os três elementos. Essas demandas foram levantadas nas entrevistas com os informantes-chave.

Os critérios de exclusão de informantes-chave e das vias locais se basearam em diferentes fatores. Foram excluídos da pesquisa informantes-chave sem perfil ou com algum impedimento para participação em atividades locais, e ainda os que negaram a necessidade de sinalização.

Em relação às vias locais, foram incluídas as vias principais de Mocambeiro, e outras não pavimentadas, no entorno, nas quais o fluxo de veículos já ocorre normalmente, e que dão acesso a Vargem da Pedra, Cerca Grande, Jaguará e Festa do Rosário. Foram excluídas vias de acesso de grande dificuldade topográfica, pois futuramente a condição de universalização da acessibilidade no Ecomuseu virá a ser requisitada.

2.7 Coleta e sistemantização de dados

A pesquisa realizada foi de ordem documental, bibliográfica, fotográfica, em documentos, jornais, publicações, registros, objetos e registro de relatos orais. Foram feitas entrevistas com os informantes-chave e alguns visitantes, e coletados dados sobre as formas circulação de veículos e de pedestres.

Os dados coletados foram organizados de acordo com temas do Design da Informação (por exemplo, sinalização, comunicação, pictogramas, setas direcionais, diagramação, cores). De acordo com o andamento da pesquisa, os dados coletados em fotografias foram sistematizados (dados sobre os atrativos naturais, sobre locais muito visitados por moradores ou turistas, e sobre sinalização). A sistematização desses dados possibilitou que fosse desenvolvido um esboço preliminar de tipos de sinais necessários para se estabelecer os objetos de sinalização conforme a análise da situação atual na região estudada.

2.8 Apuração e análise dos dados

Os dados foram analisados levando-se em consideração sua importância documental histórica e seu papel nesse patrimônio natural e cultural que é o Ecomuseu do Carste de Minas Gerais.

Foram apurados dados sobre os atrativos naturais, os moradores do Mocambeiro, os visitantes dos monumentos, e sobre sinalização.

2.9 Aspectos éticos

A pesquisa respeitou todos os aspectos éticos acadêmicos da Escola de Design da UEMG, prezando pelo respeito e cumprimento exigidos pela legislação brasileira, conforme os preceitos da Resolução 466/2012.

2.10 Categorias entrevistadas

Foi selecionado um conjunto de moradores do distrito Mocambeiro para atuarem como informantes-chave. Esses entrevistados foram convidados a

participarem do processo da pesquisa através aplicação individual de questionário de entrevista previamente concebida pelo autor. As entrevistas foram proveitosas para identificação de informações, e fornecimento de pistas para conceituar o Design de Sinalização. Foram realizadas treze entrevistas qualitativas, em profundidade, respeitando-se os aspectos éticos contidos na Resolução 466/ 2012.

As categorias entrevistadas foram as seguintes (Tabela 1): morador, especialista, professora, fazendeira, comerciante, profissional liberal, funcionário público:

TABELA 1- Categorias entrevistadas

Nº	Categoria	Especialidade	Quant.
1	Morador	Moradora de Pedro Leopoldo	1
2	Moradora	Gestora ambiental, natural de Mocambeiro, moradora de Matozinhos	1
3	Morador	Mobilizador social, morador de Matozinhos	1
4	Diversos	Designer especialista em ecomuseu	1
5	Diversos	Fotógrafo do Circuito das Grutas	1
6	Comerciante	Comerciante nascido em Mocambeiro	1
7	Moradora e Professora	Professora natural de Mocambeiro	1
8	Diversos	Fazendeira, proprietária do elemento dos Poções	1
9	Comerciante	Comerciante natural de Mocambeiro	1
10	Diversos	Advogado morador de Pedro Leopoldo	1
11	Diversos	Professora moradora de Capim Branco, funcionária da P.M. Matozinhos	1
12	Moradora e Funcionária pública estadual	Gestora ambiental do IEF, estudante universitária, moradora de Matozinhos	1
13	Moradora e Funcionária pública estadual	Técnica em Meio Ambiente do IEF, estudante, moradora de Matozinhos	1

Percentualmente, o grupo foi composto por 50% de moradores, 14% de comerciantes locais, e 39% de diversos. As entrevistas foram elaboradas para aplicação individual, presencial, mediante questionário previamente estruturado, com dezessete perguntas abertas relacionadas à situação atual da organização das placas de sinalização existentes no ecomuseu, conforme listagem a seguir:

- 1- O que você entende por ecomuseu?
- 2- O que você entende por patrimônio natural?
- 3- O que você entende por elemento natural do carste?
- 4- Você tem hábito de visitar os elementos naturais do carste?
- 5- Existe algum mapa da região do carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?
- 6- Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro, ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?
- 7- Se existe, o que chamou atenção e por quê?
- 8- Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem, têm uma organização de informações, direcionam o visitante?
- 9- Na sua opinião, essas placas representam características regionais?
- 10- Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?
- 11- Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?
- 12- As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?
- 13- Indicam os nomes e a quilometragem até os elementos naturais?
- 14- Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?
- Indicando o local, são de fácil entendimento, agora só o local não é?
- 15- O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?
- 16- O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?
- 17- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

A aplicação deste questionário em entrevistas⁸ obteve resultado relevante para a coleta de informações para elaborar o *briefing*. O roteiro de entrevista elaborado para as mesmas, buscou dados que auxiliaram na conexão entre as perguntas e a experiência pessoal de cada depoente. O roteiro não pode ser um esquema rígido, pois a entrevista quase sempre apresenta surpresas, suscitando perguntas e indagações não programadas, por isso trabalhou-se com entrevista semi-estruturada (ALBERTI, 2004).

⁸ Vide entrevistas transcritas nos anexos, p. 109.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Aspectos históricos e conceituais dos museus

Com relação ao conceito de museu, uma definição predominante característica é a do Conselho Internacional dos Museus (ICOM – International Council of Museums), que continua sendo objeto de várias novas formulações (POULOT, 2013). Segundo ICOM,

O Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, e que faz pesquisas relacionadas com os testemunhos materiais do ser humano e de seu ambiente, tendo em vista a aquisição, conservação, transmissão e, principalmente, exposição desse acervo com finalidade de estudo, educação e deleite.⁹

O termo *museion* teve origem na Grécia antiga. *Museion*, ou “casa das musas”, era uma mistura de templo e instituição de pesquisa voltada para o saber filosófico. As musas, na mitologia grega, filhas de Zeus e donas de uma memória absoluta, além de possuírem imaginação criativa executavam danças, músicas e narrativas, distraindo os homens com relação à ansiedade, tristeza e rotina (SUANO, 1986; BARBUY, 1995).

O museu representa um local privilegiado, onde se descansa a mente e também o pensamento profundo e criativo, livre dos problemas e aflições corriqueiras, além de possibilitar a dedicação às artes e ciências. Em Alexandria, por exemplo, o museu possuía, além de estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras e minérios de terras longínquas. Esse oásis do conhecimento também dispunha de biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, área de alimentação, jardim botânico e zoológico. Com o passar do tempo, o conceito de acumulação excessiva, quase completa sobre determinado tema, ficou associada à palavra museu, independente das instalações físicas. A compilação excessiva de obras, textos, documentos, eram publicados com o

⁹ <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/>> Data de acesso junho 2014.

nome de museu, como por exemplo, o *Museum Metallicum*, por volta de 1600, de Aldovandro de Bologna (SUANO, 1986; GIRAUDY, BOUILHET, 1990).

Desde os faraós e imperadores do mundo antigo, as coleções dos templos existiam e eram visitáveis pelo homem comum. As coleções iniciadas tinham também o objetivo de demonstrar refinamento, educação, bom gosto, riqueza, poderio militar sobre forças inimigas conquistadas. Na Idade Média o colecionismo muda de posição, deixando de ser tão acessível quando a força política da Igreja impõe uma redefinição sobre como dispor desses tesouros. Ao final da Idade Média, percebe-se o poder de alguns príncipes das cidades-república italianas com a formação de tesouros particulares. Coleções que chegaram integralmente ou esparsas ao século XIV, e dali em diante, chegam aos museus e sobrevivem até hoje. No período do Renascimento, a busca dos colecionadores por obras de artistas contemporâneos incentivou o aparecimento de grandes nomes. Estudiosos da natureza também formaram coleções com objetivos específicos, como satisfação pessoal ou material de aulas nas academias europeias. Em geral, as grandes coleções principescas originaram a atual instituição museu (SUANO, 1986; GIRAUDY, BOUILHET, 1990).

Após os gabinetes de curiosidades no século XVI, que representavam locais constituídos por espaços de memória enciclopédica ou de discussão e museus modernos, no Iluminismo, século XVIII, a partir de ideais de alguns filósofos (Rousseau, Montesquieu, Voltaire, Locke, Diderot), grandes mudanças nos modos de pensar inauguram as ciências modernas. Surge a ideia de que tais riquezas não são mais propriedade particular de poderosos, tornando-se pertencente aos povos. Modifica-se a maneira de ver o mundo, e o museu torna-se depositário do patrimônio público. Muda-se a noção de coleção para a de patrimônio. Essa mudança se justifica não apenas por prestígio e prazer em admirar, mas pelo surgimento da vontade de estudo e confronto, disponível para o povo, com o objetivo de contribuir para a educação e formação da consciência nacional (SUANO, 1986; GIRAUDY, BOUILHET, 1990).

Com as mudanças após a Revolução Francesa, ao final do século XVIII, e o desenvolvimento dos nacionalismos, surge o conceito de que as riquezas não pertenceriam a um indivíduo só. A partir de então, pertenceriam a todos.

Dessa maneira, o conceito de coleção dá lugar ao de patrimônio. Estudiosos de museu na sociedade, no final do século XVIII, preocupavam-se em entender o fenômeno do colecionismo e passaram a organizar as coleções em categorias específicas como reserva de prestígio-social, valor mágico, lealdade de grupo, curiosidade e pesquisa. A constituição das coleções de objetos é próxima ao desenvolvimento do homem, conservando diversos significados conforme o contexto do qual fazia parte. Pesquisadores do colecionismo acreditam que recolher o maior número de objetos e artefatos, em diversos lugares, funcione como guardar fragmentos de um mundo do qual se deseja entender, participar ou exercer autoridade. Devido a isso, a coleção retrata simultaneamente a realidade e a história de determinada parte do mundo, onde se formou, assim como do homem ou grupo que a recolheu e converteu em coleção (SUANO, 1986).

Todos os vastos complexos de museus das grandes capitais europeias já estavam formados no início do século XIX, desde Paris, com o Museu do Louvre, a São Petesburgo, onde foi aberto o último grande museu do XIX, o Novo Hermitage (1859); em Londres, Museu Britânico; em Berlim, a Ilha dos Museus (1828); e em Munique, a Pinacoteca (GIRAUDY, BOUILHET, 1990; SUANO, 1986).

Na América do Sul, os mais antigos museus são o da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (1815), iniciado como Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, e o Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818 como Museu Real, ambos iniciativas de D. João VI. Outros museus surgiram no Brasil ao final do século XIX, como o Museu do Exército (1864), Rio de Janeiro; o Museu da Marinha (1868), Rio de Janeiro; o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866); o Museu Paranaense (1876); o Museu Paulista (1892), também conhecido como Museu do Ipiranga, ligado à Universidade de São Paulo, desde 1969, e o Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894), criado junto com o próprio Instituto (SUANO, 1986).

A maioria dos demais museus brasileiros foi criada a partir dos anos 30 e 40 do século XX, sempre partindo de iniciativas oficiais, sendo alguns de tramitação demorada, como o Museu da Cidade do Rio de Janeiro, solicitado e debatido em 1891 e criado em 1934. Outros foram criados pela simples assinatura de decretos, como a série de cerca de vinte museus históricos e

pedagógicos do Estado de São Paulo, criados pelo governo do Estado dos anos 50 aos 60 (SUANO, 1986).

Contemporaneamente, o conceito de museu abrange, para além de suas funções essenciais, como documentação, investigação, conservação, educação e questões patrimoniais, também pensar e atuar nas funções sociais no contexto atual, e na importância que essa instituição deve ter para as comunidades onde estão instaladas e para o seu público. Suas atividades são entendidas como práticas sociais formadoras da dinâmica cultural de nossas sociedades (BARBOSA, 2011; FABBRI, 2011).

A respeito da relevância dos museus, contemporaneamente, aponta-se que os mesmos, sendo os anteriores ou os atuais, são espaços diferenciados de poder e de memória. A existência desses espaços indica existência de poder. Observa-se que onde esse último está presente, há a construção de memória, quer dizer, têm-se as operações complementares de esquecimento e lembrança (DUARTE, 2013; OLIVEIRA, 2010).

Designados como espaços de reunião de objetos originais que sofreram classificações e hierarquizações, os museus inicialmente serviram como suportes de narrativas de originalidade e de unicidade das culturas. Eram percebidos e tratados como templos do conhecimento, guardando assim objetos vistos como tesouros. Na apresentação de uma coleção, o museu simbolicamente tornava os objetos em artefatos, obras de arte e relíquias. Dessa forma, esses objetos passavam a representar categorias abstratas como a evolução da espécie, a identidade de um grupo e a nação (OLIVEIRA, 2010).

Dessa forma criaram-se vários e diferentes museus e sítios patrimoniais, referentes a pessoas comuns como trabalhadores industriais, rurais e imigrantes. Nesses novos museus objetivou-se expor bens passíveis de representar modos de ver e de viver de diferentes grupos. Os objetos museais expostos continuaram a ser fundamentais, por constituírem um conjunto de informações passíveis de consulta e reprodução por diversos meios (DUARTE, 2013; OLIVEIRA, 2010).

Hoje, os museus têm diversos e distintos públicos, que estão em busca de bens e experiências capazes de formar suas identidades. São espaços identitários que têm a função de transmitir valor e atribuir originalidade como a de ser lugar de lazer, de consumo e de estetização do cotidiano, revalorizando

a sua função. Desse modo, museus e os respectivos patrimônios reúnem novas funções mesmo que continuem a representar identidades locais, regionais, nacionais e globais. (DUARTE, 2013; OLIVEIRA, 2010).

Vivencia-se nesses espaços não apenas a observação de objetos e peças de acervo, mas uma experiência de aprendizado e interação com esses objetos, tocando-os, ouvindo sons e expondo-se à experimentação que possibilite as mais diversas sensações (BRANDÃO, LANDIM, 2011; OLIVEIRA, 2010).

A função da atual instituição museu, que, independentemente da localização, dialoga com outras instituições comuns, públicas ou privadas, tem o objetivo de aproximar o conteúdo museal, em constante transformação, da população do entorno. A relação acontece por meio de formatos diferenciados, visitas técnicas, visita ao acervo ou exposições, ação educativa junto às escolas, que é o momento onde o cidadão participa, aprende, discute, aproxima e se reconhece. As estruturas arquitetônicas dos museus atuais traduzem a situação política da sociedade que os originou. São específicas e em constante melhoria para receber o público visitante (BITTENCOURT, 2003; OLIVEIRA, 2010).

A finalidade desses espaços de convívio social e conhecimento nas cidades, nos países, no mundo retratam a dinâmica da história ao oferecer leituras distintas do confronto entre o que deve ser lembrado, apropriado à memória e o que é fonte de conhecimento. Os museus são produzidos pela atividade humana e a refletem como um espelho, de modo ativo e empreendedor. São ao mesmo tempo responsáveis pela guarda, conservação e compartilhamento de testemunhos com públicos diversos, de modo a atender sua função social (BRANDÃO, LANDIM, 2011).

Após percorrerem um processo de críticas pontuais sobre sua função e imposição, causados pelas ideologias dominantes do fazer museológico, os museus passam por uma mudança extrema de suas prioridades. Tomam para si, no final do século XX e início do século XXI, responsabilidades sociais, em sua maioria, como práticas diferenciadas, nomeadas como “ação comunitária”. A série de desafios propostos desde então e a nova prática museológica, que considera falar sobre comunidades e em nome delas, significa também um enorme desafio ético. A transformação que conduziu ao aparecimento de

numerosos museus que levam o título preciso de “comunitários”, sendo ou não desejados, assim chamados por aqueles que buscam instigar a luta ou exercer um papel político, reporta-se a uma renovação das vontades sociais em relação aos museus originada tanto por fatores internos quanto externos (DUARTE, 2013; SOARES, SCHEINER, CAMPOS, 2010).

Apresentam-se novas demandas sociais que passam a questionar o próprio sistema organizacional a que os museus estão ligados. Aponta-se que o que os grupos demandam não é um espaço no esquema existente, e sim uma revisão do próprio esquema existente. Dessa forma, museus e patrimônios, atualmente aceitos como essencialmente comunitários, deixam de ser vistos como etapas cristalizadas da cultura, passando a apresentar eventualmente a possibilidade de serem pensados como composições. Na forma de processos que ocorrem a partir de trocas e enfrentamentos, museus e patrimônios são formados por meio das próprias composições das identidades coletivas (SOARES, SCHEINER, CAMPOS, 2010).

As configurações admitem compreender que tais reafirmações ou reapropriações identitárias, presentes nos fundamentos de todos os museus, nunca são neutras por inteiro. Pelo contrário, as formações das identidades ocorrem sempre sobre um contexto de conflitos, sendo que as mesmas formam uma batalha para impor uma definição de si mesmas e também do outro como correlativo. A luta baseada nos mais diversos interesses, materiais e simbólicos, é pelo próprio poder lícito de definir e de se autodefinir. Compõe-se de uma série de operações envolvendo, ao mesmo tempo, etapas de redefinição e de reabilitação, dizendo respeito a certa relação com a história. Dessa forma, os processos identitários funcionam como recomposições de solidariedades, assim como de exclusões relativas a outras coisas, proporcionando um trabalho de coesão de uns e outros, a partir de critérios positivos ou negativos (SOARES, SCHEINER, CAMPOS, 2010).

Essas vozes antes controladas e anuladas do sistema de poder instituído, e que agora ganham volume e são escutadas, confirmam a possibilidade de um novo cenário, onde o museu se volta para os anteriormente deixados de fora, tentando torná-los não apenas seus clientes e novo público, mas também seus próprios gestores. Essa nova forma de ação museal, também ação social, possibilitará o encaminhamento para uma nova

fase possível de ser decodificada como uma era de democratização dos museus e seus públicos (SOARES, SCHEINER, CAMPOS, 2010).

O raciocínio da tolerância, também nomeada de multiculturalismo e diversidade cultural, pode aumentar o sentido de diferença e o grupo mais denso pode se apossar dos fundamentos igualitários da democracia. Os museus sempre serão partidários em relação à história e à memória dos povos que representam. Dessa forma, ação comunitária é ação sobre os conflitos políticos dos grupos, implicando a tomada de posição sobre as facções formadas. Os museus são constituídos nessas mesmas lutas, eles são as comunidades e essencialmente estão do lado delas, agindo em favor de suas necessidades. São ações sobre alguém ou algum grupo, com finalidade, e movida por algum interesse particular. Não há ação estática e, se a própria memória coletiva é seletiva, não é viável conceber museus inclusivos a todas as pessoas e acontecimentos, senão estes museus da paz universal estariam fadados à estagnação no tempo e no espaço (DUARTE, 2013; SOARES, SCHEINER, CAMPOS, 2010).

Refletindo sobre as mudanças ao longo dos períodos da história, na contemporaneidade pergunta-se o que há em comum entre museus de grandes dimensões projetados por arquitetos de renome e suas propostas inusitadas e museus de menor escala, mas com proposição não menos atual, moderna? No Quadro 1 aponta-se que as versões dos museus entre o século XVIII e o século XXI sempre envolveram o público em diversas questões como, por exemplo, espaço público e concepção de cidadania (POULOT, 2013).

QUADRO 1 – Mudanças museais

Períodos	Características
Museu Século XVIII	– era estruturado pela discussão em torno de um interesse comum, modelado por um programa pedagógico racional.
Museu Século XIX	– participa da formação de uma representação democrática e patriótica que sustenta ligações claras com as exposições universais.
Museu Século XX	– tem uma imagem ao mesmo tempo imprecisa e complexa, conforme uma multiplicidade de interesses contrários.
Museu Século XXI	– reclama prática da expressão pessoal.

Fonte: Adaptado de Poulot (2013, p.141)

A globalização na contemporaneidade permeia a circulação e a troca de experiências no campo museal. O museu revela-se hoje como uma instituição central e irrefutável da cultura ocidental. O crescimento nos últimos vinte e cinco anos resulta de respeitáveis investimentos públicos e privados permitindo a reorganização de coleções, assim como a criação, extensão ou renovação de prédios, aumento de exposições e surgimento de novos serviços, voltados às diferentes categorias de público. Observa-se que em países europeus e em quase todos países desenvolvidos, um terço da população frequenta os museus regularmente. Alguns admitem nessa demonstração um progresso dos valores democráticos. A dinâmica das fundações privadas e museus pessoais suavizam a carência de políticas públicas ou das iniciativas comunitárias (POULOT, 2013).

Depois dos anos 1950-1960, na Europa, os museus desfrutaram de uma autoridade intelectual estável e tornaram-se partícipes de um pós-modernismo, do consumo turístico e da economia de lazer, com o número de seus visitantes competindo com os clientes dos cinemas ou espectadores dos jogos de futebol. Para continuarem pertinentes e atuais, os museus precisam evitar o esquecimento dos lugares, homens e coleções. A modernização de suas constantes mudanças e alterações equivalem à exigência de autenticidade (GONÇALVES, 2013; POULOT, 2013).

A construção de uma significação pública mostra as estratégias dos museus na estruturação do espaço público contemporâneo. Na verdade, ela impulsiona um processo mais amplo no qual os museus se adequam à mudança de uma política da pedagogia abstrata, no século XIX, para uma política da experiência pessoal, no século XXI. Em outras palavras, os museus têm cada vez mais interesse, nos seus projetos, em recuperar a experiência vivida, a memória do corpo e dos sentidos contrapondo o saber analítico de sua antiga configuração (POULOT, 2013).

Estudos acadêmicos são uma contribuição crucial a esse debate. Superar receituários modernizantes requer não apenas repensar as instituições museológicas em novas bases conceituais, mas também compreender em que termos da esfera política estreitaram-se os laços com os museus, transformando-os em uma das formas mais bem sucedidas de

institucionalização da cultura contemporaneamente (JULIÃO, 2008; POULOT, 2013).

No que se refere aos museus brasileiros, muitos ainda parecem emaranhados, presos às origens elitistas e autoritárias. Os desafios por eles enfrentados se agravam com a adoção de soluções imediatistas e com a subtração da ligação entre passado, presente e futuro, que os impedem de chegar a algum lugar. Os museus serão sempre uma espécie de espelho da nação, sendo assim difícil dissociá-los da questão da nacionalidade e da construção de identidades sociais. Como surgem com os estados nacionais, a compreensão do papel por eles exercido e a reconfiguração do que eles podem fazer na sociedade atual demanda um olhar criterioso sobre a trajetória feita pela nação e seus museus. Há ainda muito o que se pesquisar e em nada se poderá avançar se não for acumulado um mínimo de capital crítico sobre a trajetória dessas instituições que, globalizadas, podem dar saltos expressivos em busca dos preceitos mais recentes da museologia, não sem primeiro fazerem o principal que é tornarem-se museus do Brasil (JULIÃO, 2008).

3.2 Ecomuseus

Na América do Sul, o Brasil, particularmente, continua a apoiar de forma ativa a filosofia e a terminologia do ecomuseu, principalmente devido à influência do Mouseion,¹⁰ organização estabelecida no país para promover a nova museologia e as iniciativas comunitárias. Figuras importantes da nova museologia incluem Waldisia Russio e Thereza Cristina Scheiner; essa última fundamental no ICOM (International Council of Museums), e uma das fundadoras do braço latino-americano, que fez muito para promover a interação entre ecologia e ecomuseologia no Brasil (DAVIES, 1999).

A variação nessas organizações, os ecomuseus, é notável: diferem em sua base de financiamento, escala geográfica e o compromisso da comunidade. Dessa forma, incorporam uma ampla gama de funções e objetivos, têm variados níveis de pessoal chegando a diferentes padrões profissionais. Mas existem fatores que dão a esses museus coesão, características comuns que justificariam a denominação comum de ecomuseu?

¹⁰ < <http://www.mouseion.pt/> >Data de acesso junho 2014.

Existem todos os identificadores de um ecomuseu? Se existem, são facilmente percebidos? Essas características tornam possível distinguir um ecomuseu de, por exemplo, um museu de fazenda, um museu de mineração, um museu moinho ou um museu artesanato rural? (DAVIES, 1999).

Ao se considerar sobre a origem dos ecomuseus, procura-se entender como e por que surgiram. Percorre-se dos Museus de Belas Artes e Ciências Naturais do século XIX à virada do século XX, quando se iniciam as correntes regionais, caso dos museus europeus, direcionados mais à auto-representação cultural do que à do outro. Em seguida, a desestabilização de antigas culturas chega às primeiras sociedades científicas para o estudo das tradições populares, como resistência ao capitalismo ou como pontos de convergência de afirmações regionais. A partir desse percurso histórico, Georges Henri Rivière¹¹ inicia o trajeto em direção aos ecomuseus, que passariam por diversas etapas de questionamentos e maturação (BARBUY, 1995; RIVIERE, 1985).

O ecomuseu é resultado de movimentos museológicos internacionais nos últimos quarenta anos. No início dos anos 1970, evidenciava-se a importância da dimensão política e social dos museus. Em 1971, na IX Conferência geral do ICOM, em Grenoble, França, iniciou-se a discussão sobre as funções do museu a serviço do homem, de certa forma continuada no ano de 1972, durante a Mesa-redonda de Santiago do Chile, momento de debate e reflexão a respeito do papel dos museus na América Latina. Nesse período, segundo Varine (2012), houve uma conscientização dos profissionais presentes no evento, de seu desconhecimento das cidades onde viviam e atuavam. A partir dessa reflexão surgiram outros conceitos, todos de caráter dinâmico, considerando os problemas e mudanças sociais. Aos poucos surgem experiências nos anos de 1980, no México, como *A Casa del museo*, e no Canadá, Quebec, *Haute-Beauce*, em 1982. Em 1984, aconteceu a Declaração de Quebec, que baseou-se em uma museologia ativa, visando o desenvolvimento das populações, ao trabalhar questões afetivas, relativas à vontade e conhecimento (MATTOS, 2006; VARINE, 2012).

¹¹ Georges Henri Rivière (1897-1985) foi uma das personalidades mais brilhantes cena cultural internacional. Treinado músico, ele descobriu os museus durante a École du Louvre. Seu gosto infalível aparece em 1928 com uma exposição de arte.

Nos anos de 1990, em Caracas, Venezuela, o museu foi entendido como agente de desenvolvimento integral na região, considerando-se as particularidades de cada contexto local. No ano de 2000, vivenciam-se evoluções e revoluções devido aos avanços científicos e tecnológicos. Chega-se à era da comunicação e da informatização. A partir do ano 2000, inicia-se a relação entre ecomuseu, desenvolvimento social e turismo. Segundo Mattos, Mayor (1999) propõe quatro novos tipos de contrato de desenvolvimento: social, ecológico, cultural e ético, cada um com suas especificidades no âmbito da relação com o turismo (MATTOS, 2006).

Para aproximar das atuais e pertinentes questões no campo da nova museologia, lembremo-nos do conceito de museu aberto, surgido na década de 1970, na Europa. No caso dos museus-jardins, onde desde então a natureza e os pavilhões convivem, atualmente apresentam-se em parques em todo o mundo, como na França, Espanha, África, Américas e Oriente. Todos são ponto de encontro e diálogo das pessoas em um espaço cultural que proporciona várias atividades como jardim zoológico, museu ao ar livre, exposição etnográfica, centro de alfabetização e escola profissionalizante. Atualmente, buscam-se reflexos atuais e futuros de escolhas feitas e expostas. Nos dias de hoje, o museu é lugar de expressão da sociedade, colocando-se a seu serviço, passa a expressá-la (GIRAUDY, BOUILHET, 1990; LARA FILHO, 2006). Está em constante mudança.

Também como exemplos de museu aberto apontam-se as galerias de vizinhança, surgidas nos Estados Unidos há vinte anos, e também os ecomuseus, há quarenta anos, na Europa. Essas são as novas e mais recentes opções dessa instituição em completa mudança que por fim se transformou em serviço público. Ao iniciar uma aproximação à nova museologia, ao reconhecimento e aceitação dessa nova abordagem surgida entre os séculos XIX e XX, é importante lembrar que aparecem também, no final do século XIX, as primeiras sociedades eruditas dedicadas à pesquisa, precursoras da academia. A partir daí, aos poucos, coletividades públicas voltam a resgatar coleções relativas à história local, formadas tanto com o movimento das escavações quanto pelas doações das coletividades de burgueses e outros ilustres. Posteriormente à inovadora criação no século XX, pelos americanos, dos parques nacionais, assim como, nos países nórdicos, a

criação dos principais museus ao ar livre dedicados à etnologia regional, percebe-se um desinteresse, no período industrial, por questões culturais fundamentais como o folclore e outras tradições, que não eram reconhecidos. Inicia-se o resgate ou reaproximação entre homens, natureza e vida (GIRAUDY, BOUILHET, 1990).

Chega-se à criação e ao desenvolvimento do conceito de ecomuseu, na década de 1970, na França, por Georges Henri Rivière e Hughes de Varine. Trata-se de uma experiência de desenvolvimento comunitário. A atual representação desse conceito reflete várias ideias complementares. Entende-se a sua matéria principal como o patrimônio, a comunidade e o território. É diferente da noção restritiva de coleção constituída, como as questões de acúmulo descritas anteriormente. O ecomuseu tem formato e dimensão amplos, territorial, não estando dentro de um ou vários edifícios especializados. A existência e a gestão de um ecomuseu é baseada na participação de membros da comunidade local, sendo constante tanto instrumental quanto operacionamente. Isso significa que os membros da comunidade são os atores que decidem o que é bom para todos e participam de realizações nessa comunidade em modalidades variadas como oficinas de arte, artesanato, e aulas de informática (BARBUY, 1995; RIVIERE, 1985).

O ecomuseu é espaço de convívio social e fonte de educação popular, de transmissão cultural, de abertura para o todo e para outras culturas. As possibilidades de pesquisa e conservação são um meio de ação, transformação, e não um fim em si mesmo. Sabe-se que não há modelo nem regra. Os ecomuseus são todos únicos, diferentes entre si, não apenas pela natureza de seu patrimônio, cultural, natural e de sua comunidade, mas pela história particular de seu processo evolutivo, suas mudanças cotidianas como, por exemplo, o acolhimento de novos moradores, resultado do crescimento urbano (MATTOS, 2006; VARINE, 2012).

Além dos habitantes, o ecomuseu integra os visitantes como atores participantes da sua vida. É um reflexo no qual a população local olha para reconhecer-se, além de estender a seus hóspedes e visitantes, fazendo-se melhor entender no seu trabalho, na sua cultura e história (GIRAUDY, BOUILHET, 1990).

Segundo Mattos, (2006), os ecomuseus que surgiram, a partir da década de 1970, foram:

- Ecomuseu da Comunidade Urbana *Les Creusot-Montceau les Mines*, França 1971-82.
- *Casa del Museo*, Museus Comunitários, Museus Escolares. México, década de 1970-80.
- Experiência de *Haute-Beauce*, Quebec Canadá, 1979-82
- Nos anos 1980, com a organização dos princípios da Nova Museologia, ampliam-se as experiências mundiais na França, Portugal, Canadá, Noruega e África. Na América Latina, surgem os Museus Didático-Comunitários na Nicarágua, Equador, Costa Rica, Colômbia e Brasil. No Brasil, destacam-se os trabalhos do Ecomuseu do Cerrado em Goiás, com abrangência em vários municípios. Ecomuseu do Quarteirão, em Santa Cruz, Rio de Janeiro; Museu da Maré, favela da Maré, Rio de Janeiro; trabalhos bem-sucedidos no Rio Grande do Sul e na Bahia. Em Minas Gerais, Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, como parte do projeto de implantação do parque arqueológico das ruínas do Morro da Queimada, Ouro Preto.
- Nos anos de 1990, Caracas, Venezuela, debate-se sobre o museu como agente de desenvolvimento integral na região, considerando as particularidades de cada contexto local.

O crescimento em termos de número e alcance dos chamados “pontos memória” – museus, casas, roteiros ou trilhas – possibilita o reconhecimento do conjunto de caracteres próprios, ou seja, a identidade tanto de lugar quanto a dos que o visitam. Ao se tornarem lugares de lazer, os mesmos passam a fazer parte e a dispor de serviços que integram o mundo do turismo (EMBRATUR, 2001; OLIVEIRA, 2010).

A continuidade da construção, promoção e divulgação desses lugares envolve sua interpretação e entendimento, como meio de revelar significados, interpretar o que se vê, ensinar a ver, trocar experiências, fazendo do patrimônio um recurso educativo que se une ao desenvolvimento local autossustentado. Apontam-se, como exemplo, a criação de trilhas e roteiros,

com suas atrações culturais e ecológicas, como contribuição para a preservação e o desenvolvimento local, ao se considerar que a extensão cultural e patrimonial são valorizados com visitas a museus, monumentos, casas, igrejas, ruínas, sítios arqueológicos ou mesmo naturais, assim como de apresentação de festas tradicionais locais (OLIVEIRA, 2010).

Nas últimas décadas do século XX, os ecomuseus e museus comunitários passaram a ser pensados como os novos museus, porque se baseavam em uma nova ideologia da prática museológica ao se socializarem. Este pensamento veio dos especialistas da nova museologia, que compreendia como coletivização um tipo de democratização imaginária – na maioria das vezes inatingível – dos museus em relação ao efeito de incluir as populações dependentes a relações desiguais de representação. A nova museologia, que tomou forma a partir da Declaração de Quebec, em 1984, tendo como alvo uma mudança na função social dos museus, hoje é vista como limite teórico e prático no atual crescimento de novas experiências museais apreensivas com responsabilidades sociais, anteriormente deixadas de lado no raciocínio de representação adotado (SOARES, SCHEINER, CAMPOS, 2010).

O novo milênio iniciou-se com a relação entre ecomuseu, desenvolvimento social e turismo. No ano 2000, vivenciaram-se transformações e revoluções, frutos dos avanços científicos e tecnológicos, da também considerada era da comunicação e da informatização, assim como de intensificação do consumo, do descarte, da propaganda e do marketing (MATTOS, 2006; OLIVEIRA, 2010).

3.3 As experiências de ecomuseus

No Brasil, o Ecomuseu Morro da Queimada, na cidade de Ouro Preto, e o Ecomuseu do Matadouro, na cidade do Rio de Janeiro, são dois casos que permitem analisar e compreender o que significa um ecomuseu. A análise desses dois ecomuseus em estados e formação distintas enriquecerá o entendimento a respeito desse significado.

No primeiro caso, o do Morro da Queimada, ações constantes com o envolvimento de integrantes da comunidade são fundamentais para resultados significativos na comunidade. Como exemplos de ferramentas usadas, aponta-

se o mapeamento do patrimônio, o inventário participativo, através da formação de um conselho participativo e também por meio de pesquisa. Há também roda de conversa com integrantes, oficinas sobre protagonismo comunitário e autoestima, obtendo-se resultados significativos (MATTOS, 2010).

Esse ecomuseu é polinucleado, formado por cinco bairros da cidade de Ouro Preto com características comuns, mas que nem sempre se comunicam, sendo eles: São Sebastião, São João, Santana, Queimada e Piedade.

Para solução de problemas comuns aos ecomuseus, museus comunitários, museus territórios e processos similares, algumas estratégias podem ser úteis:

- Diálogos-entendimento entre pensamentos diferenciados.
- Estudar experiências similares, por exemplo: a experiência, pioneira no Brasil, do Ecomuseu de Itaipu, no Paraná, nos anos 1980 – uma nova configuração da instituição museu, com foco na questão ambiental.
- Outras experiências similares a estudar e conhecer: Ecomuseu da Amazônia, em Belém do Pará; Ecomuseu de Maranguape, no Ceará (sobre culturas populares); Ecomuseu do Cerrado, em Goiás, na região central do Brasil (sustentabilidade do bioma do cerrado e das comunidades que nele vivem); Museu Treze de Maio, em Santa Maria no Rio Grande do Sul (ecomuseu comunitário); Ecomuseu de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (ecomuseu comunitário).
- Vivenciar, experimentalmente, *conceitos* de museu, patrimônio, coleção, exposição.
- Capacitar-se para criar e gerir museus, porque não se pode impor um único padrão aos ecomuseus; é preciso respeitar as suas especificidades e singularidades nas formas e modos de criá-los.
- Desenvolver políticas públicas intersetoriais, a partir da escuta dos responsáveis e agentes dinamizadores dos ecomuseus, museus comunitários, museus território e iniciativas similares, para o planejamento de ações integradas que respeitem o patrimônio natural e cultural e contribuam para a sua conservação.

É importante buscar a aplicação de uma metodologia participativa em design na qual a comunidade de Mocambeiro seja o mais importante “grupo focal”. Qual é a articulação dos elementos naturais com o modo como a população os percebe? A população que herdou aquele patrimônio precisa manter o envolvimento com o ecomuseu. Quanto maior o envolvimento da população, quanto mais a comunidade se apropria desse patrimônio como algo que considera sempre importante, tanto mais sustentabilidade cultural se alcançará no ecomuseu.

É preciso implementar processos museológicos comunitários, através do mapeamento dessas experiências com ecomuseus, do inventário participativo, da criação de um Conselho Gestor, integrando os três tipos de atores (os eleitos e os técnicos; os representantes da cultura viva – lideranças locais, líderes comunitários, organizações não governamentais, voluntários e as pessoas de fora que trazem sua experiência, *expertise*, reflexões), onde cada um deles tem um claro papel e um lugar garantido na organização e na gestão compartilhada.¹² A figura 2 mostra uma placa de sinalização informativa de localização nesse ecomuseu, presente em pontos específicos do Morro da Queimada.

¹² Disponível em <: <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco>> Acesso em: junho 2014.



FIGURA 2 - Sinalização informativa no Ecomuseu Morro da Queimada, Ouro Preto.

Fonte: acervo do autor, 2013.

Vamos ao segundo caso, o Ecomuseu Quarteirão Cultural do Matadouro, localizado no bairro de Santa Cruz, região oeste da cidade do Rio de Janeiro. O museu existe desde 1983, e seu espaço de atuação fica a cerca de 65 km do centro da cidade do Rio de Janeiro. Seu espaço territorial é o terceiro maior da cidade. A região, dedicada à agricultura desde os tempos dos jesuítas e conhecida como "sertão carioca", integrou por muito tempo o "cinturão verde" da cidade do Rio de Janeiro.

Sua atividade tradicional foi alterada a partir da década de 1960, com a transferência da capital do país para Brasília e a instalação do Distrito Industrial de Santa Cruz, no recém-criado Estado da Guanabara. Essa nova área industrial visava a dar suporte econômico à nova unidade da Federação. Porém, o adensamento populacional verificado após o transplante de comunidades de áreas de risco dos morros cariocas (favelas), em busca de emprego e melhor qualidade de vida, trouxe também o crescimento desordenado e o agravamento dos problemas de infraestrutura já sentidos na região.

Atualmente o bairro possui muitos conjuntos habitacionais, trazendo mais diversidade à cultura local, assim como demanda de melhorias para as

condições de vida de sua população e políticas públicas para a região (*Jornal Quarteirão* maio-jun. 2014)¹³.



FIGURA 3 - Fachada do antigo prédio da Administração do Matadouro Imperial de Santa Cruz, Rio de Janeiro. Arquivo NOPH, Santa Cruz, RJ. Fonte: <<http://www.quarteirao.com.br>> Acesso em: jun. 2014.

Com características históricas, o bairro de Santa Cruz, região oeste da cidade do Rio de Janeiro, com suas construções originais preservadas, valorizam a cultura local e atraem visitantes como pesquisadores, curiosos por um fragmento da história da cidade que foi sede do governo em temporadas de veraneio de D. João, D. Pedro I e D. Pedro II. Desde seu período de fundação, tem como propósito valorizar aspectos locais, preservando documentação e memória.

¹³ Observa-se que esse ecomuseu ainda não foi visitado de fato.

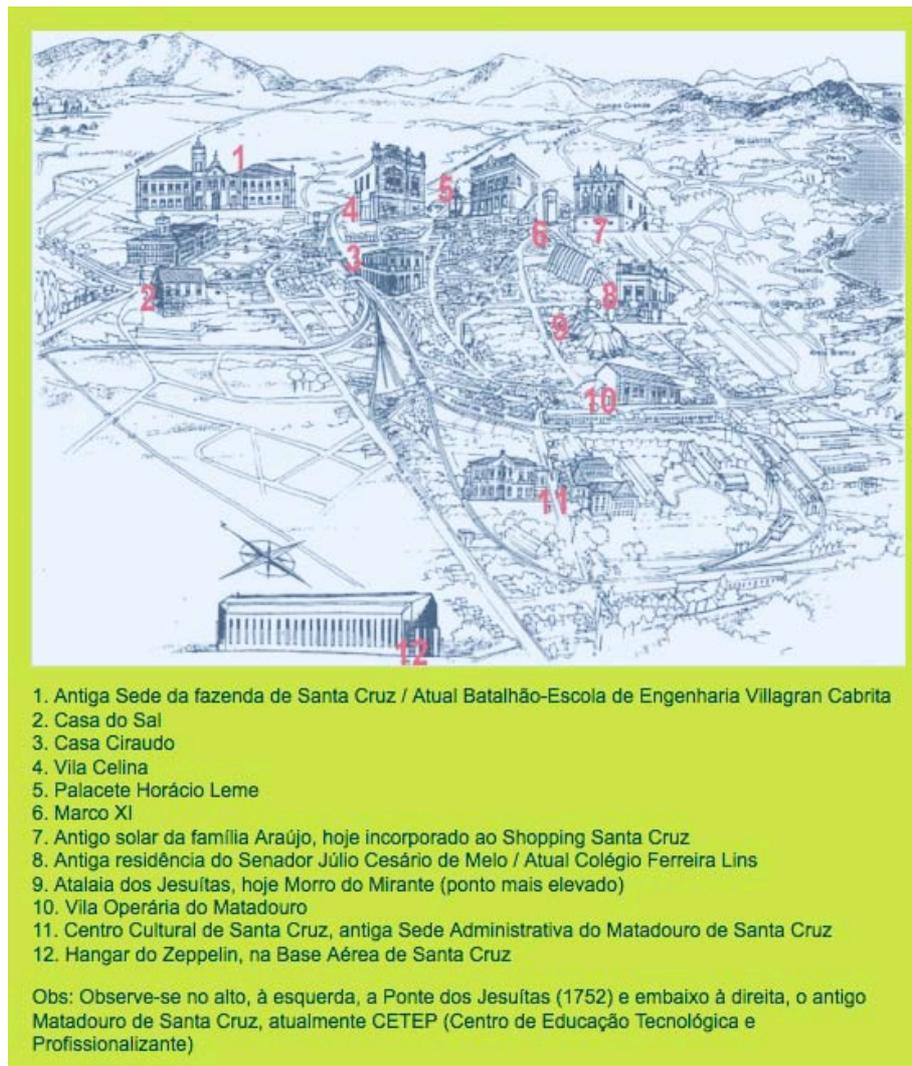


FIGURA 4 - Mapa do Ecomuseu de Santa Cruz, Rio de Janeiro. Autor: Oswaldo Lioi, 1993.
 Fonte: <<http://www.quarteirao.com.br>> Acesso em: jun. 2014.

3.4 Território, identidade cultural e paisagem local

O território é o espaço produzido, vivido, transformado pelos atores que dele se apropriaram. A apropriação do espaço pode ocorrer de forma concreta, pela dominação física, ou abstrata, pelo conhecimento ou pela representação. A intenção de apropriação do espaço, a criação de representação ou idealização como local de interações, produções e relações já implicam uma forma de territorialização.

Uma cidade, um bairro ou uma comunidade podem ser considerados como um território por sua delimitação geográfica, pela constituição de ambientes naturais e pelas infraestruturas, transformações realizadas pelos seus habitantes. Um território está sujeito a um sistema econômico, um

conjunto de princípios, de normas, jogos de poder e de gestão política (GUERREIRO, 2008).

Nesse sentido, toda proposta de intervenção local deve considerar as teias que compõem e tecem um território em termos políticos, sociais e culturais. Deve respeitar sua história, seu cotidiano, sua paisagem, e as pessoas que nele vivem. Lembrando que toda intervenção é uma forma de apropriação e, portanto, de transformação sócio-político-cultural.

A esses fatores, soma-se a multiplicidade de interesses, de toda ordem, que, regulam, limitam ou impulsionam determinadas ações sociais, impactando diretamente no desenvolvimento local. Há ainda que se considerar o fator tempo, pois o contexto presente não pode perder de vista as múltiplas temporalidades e diferentes atores.

Nesse processo do tempo, o território se firma como uma representação, uma “imagem construída” dele mesmo, pelos seus participantes e visitantes. E isso se dá de forma cíclica, com discursos que vão se reproduzindo e se solidificando como identidade cultural local.

O território vai além do espaço-geográfico. É o lugar das relações sociais regidas pelos discursos e pelas representações simbólicas nele instituídas. A partir de aspectos materiais ou imateriais o imaginário é (re)alimentado e enriquecido, cria referenciais que destacam elementos da paisagem, criam tradições.

Nesse sentido, a identidade é construída a partir das ideias que os indivíduos têm sobre seus referenciais simbólicos e sobre suas representações. São percepções e apreensões organizadas pelos registros da memória, compostos de símbolos e de representações que promovem e projetam o lugar de acordo com tais referenciais, agregando elementos característicos da cultura local. O Ecomuseu do Carste pode ser abordado a partir dessa perspectiva.

Para tanto, devemos destacar a relevância da paisagem como aspecto identitário de um lugar ou território. Os estudos das paisagens e de todas as suas formas de apropriação podem revelar aspectos identitários do lugar de inserção. A relação sociedade e paisagem, analisada sob o ponto de vista

material ou simbólico, aponta caminhos para a compreensão no campo das identidades culturais e territoriais.

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e provavelmente atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. A força que a modela, entretanto, está na própria cultura. (SAUER, 1998, p. 59)

Contraditoriamente, os elementos mais significativos de uma paisagem, talvez até muito visíveis, podem tornar-se invisíveis no dia a dia local. É preciso pensar sobre eles, compreender a relação dos moradores e dos visitantes e discutir a “visibilidade” e o alcance que possuem em termos simbólico-culturais e também na vida prática social.

Finalmente, deve-se avaliar todo e qualquer proposta de intervenção no espaço e buscar a harmonização com a paisagem local. “Tomada pelo indivíduo, a paisagem é forma e aparência. Seu verdadeiro conteúdo só se revela por meio das funções sociais que lhe são atribuídas no desenrolar da história” (LUCHIARI, 2001, p. 13).

Design, território e desenvolvimento local

O design se transformou ao longo dos anos. De uma visão racional funcionalista, ampliou sua visão e atuação estratégica não apenas como diferencial competitivo de mercado, mas assumindo efetivamente o compromisso social em uma visão holística. De acordo com Manzine e Meroni (2009, p. 15), o design hoje propõe suas “ações projetuais orientadas a modos de viver, consumir e produzir, que atendam a um perfil de qualidade de experiência (as emoções e o prazer no uso de um bem ou serviço) e de valor (as escolhas éticas e críticas)” .

O design contemporâneo entende que as pessoas, os locais onde vivem, a riqueza de seu território, seus valores e recursos devem ser considerados em toda e qualquer atividade projetual. Atua como um mediador cultural comunicando, orientando, identificando estrategicamente de forma que os valores e riquezas construídos pela sociedade são devolvidos a ela em forma de produtos, processos e ideias. Nesse sentido, conhecer o território é fundamental para dele se valer e a ele agregar valor pela atividade do design. Dessa forma, promove-se maior identificação afetiva, reconhecimento e fidelização por parte dos receptores. Todo produto carrega em si um forte valor simbólico. Conhecer e explorar o território de origem pode ser a base de um projeto de design e importante ponto de partida na geração de produtos singulares vinculados à identidade local.

Nesse sentido, um projeto de identificação e de sinalização do Ecomuseu do Carste, e seus possíveis desdobramentos, demandou um estudo aprofundado das características locais de Mocambeiro e Matozinhos.

3.5 Design, sinalização, ecomuseu

Dentro da perspectiva de orientação em um ambiente natural, em um ecomuseu, um aspecto importante a ser considerado é o conceito de sinalização. Sinalizar, marcar, assinalar, indicar: não sendo exatamente sinônimos, suas práticas coincidem em ações comuns que derivam da função da informação com o objetivo de direcionar, identificar e informar. Muitos são os termos encontrados e utilizados para denominar essa área do design. Essas denominações foram se modificando ao longo dos anos, refletindo a complexidade da incorporação de novos atributos do design ao seu desempenho (GIBSON, 2012).

O termo sinalização, vinculado à orientação turística, é compreendido geralmente como a comunicação através de um conjunto de placas, implantadas ao longo de um percurso definido, com informações ordenadas. Denota, também, o suporte físico sobre o qual se aplicam informações esclarecedoras de deslocamento, ou seja, a própria placa que informa e orienta o visitante em seus destinos. É um termo muito amplo e genérico: pode-se

dizer que gestos são utilizados para sinalizar. Uma simples dobra no canto superior de uma página é compreendida como um sinal, uma marca que pode ter um significado: retomar a leitura a partir daquele ponto. Quando se marca um ponto, este é destacado no ambiente, *sinalizado* (EMBRATUR, 2001; GIBSON, 2012).

Os meios de expressão para possibilitar a compreensão entre os membros de um grupo sempre foram fundamentais para a sobrevivência. Essa necessidade de comunicação e contínuo aperfeiçoamento ao longo do tempo, entre os integrantes de uma sociedade, são considerados pilares para o crescimento da civilização humana. Sabe-se que, no decorrer do desenvolvimento intelectual, a percepção entre os indivíduos convergiu gradativamente para o entendimento verbal. No decorrer do último milênio, as mensagens iniciais foram produzidas através de diversos elementos comuns de escrita, entre os quais, pode-se considerar o aprimoramento do alfabeto latino, o ponto mais elevado. Todo povo tem sua própria língua, e a maioria deles, sua própria escrita (FRUTIGER, 2001).

No decorrer das últimas décadas, as vias de circulação, tanto na cidade quanto no campo, foram construídas de maneira tão intensa, que um senso natural não é mais suficiente para se chegar ao destino desejado, partindo-se de local determinado. A inexistência de inscrições e sinais que indiquem o sentido inviabiliza qualquer tipo de locomoção. A sinalização indicativa tornou-se indispensável. O aparecimento de novos locais e caminhos, assim como a utilização de novos meios de transporte, demandam a criação e uso de sinais que transmitam instruções diretas e certas. Esses sinais possuem uma função de comunicação mais ativa, imediata. Uma indicação de sentido, ordem, advertência, proibição ou instrução objetiva, que informe e provoque uma reação imediata no observador. A placa chama a atenção, é percebida quase que involuntariamente pela visão humana. A materialização da sinalização se transformou num componente essencial e visualmente inevitável no ambiente de circulação da sociedade (EMBRATUR, 2001; FRUTIGER, 2001).

Para quem se constrói o ecomuseu? O plano, intento, projeto de sinalização, é formado por uma associação de formas escultóricas informativas

distribuídas ou posicionadas num determinado espaço físico, aberto ou fechado. As características mais importantes são a legibilidade e a disponibilização de informações compreensíveis, fiéis e esclarecedoras para os usuários. O principal objetivo da sinalização é informar aos usuários não frequentes. A sinalização busca a coesão entre sujeito e território. Aqueles que não têm domínio do espaço ou ambiente em questão. Deve-se tornar a visita desse usuário confortável, não dependendo da comunicação verbal ou da boa vontade de outros em informar (FRUTIGER, 2001; CHAMMA, PASTORELO, 2007; GIBSON, 2012).

Geralmente, quando um turista ou visitante se afasta dos arredores de seu domicílio, depara-se com situações não habituais e que requerem cuidados específicos. Isso se deve à perda de referências tais como paisagens, praças, ruas, edificações, equipamentos urbanos e elementos de sinalização, anteriormente familiarizados em seus deslocamentos corriqueiros (EMBRATUR, 2001).

Também é necessário orientar a movimentação de pessoas entre pontos específicos, pelo menor caminho, tanto horizontal quanto verticalmente. No desenvolvimento de um projeto de sinalização em ambiente aberto, de dimensões consideráveis, deve-se usar uma metodologia de trabalho com diversas etapas. Uma delas enfoca a definição de uma hierarquia de informações, indicando do que se trata cada trecho e onde se localiza em relação ao ambiente em questão. Os estudos referentes às formas de informação visual resultam nos sistemas de orientação, concebidos e planejados para informar, guiar, conduzindo a pé ou de veículo tanto em ambientes internos como externos (FILHO, 2003; CHAMMA, PASTORELO, 2007).

Com esse tipo de metodologia, tem-se, de início, uma lista de placas a serem instaladas, com breves informações textuais e localização no espaço. Essa lista e a definição da quantidade de informação a ser escrita em cada placa contribuirão para o desenho do elemento suporte da indicação. Observa-se que esse elemento suporte deve ser agradável e legível, tanto para conter uma ou três linhas de informação sobre deslocamento e localização. Dessa forma inicia-se a distribuição das placas de sinalização pelo espaço, em geral, iniciando pelos pontos mais importantes de acesso ou de maior fluxo. Caso a

orientação especial seja simples, indicam-se apenas as mudanças de direção horizontais. Se existirem muitas opções de caminhos ou pontos de concentração de pessoas, estudam-se quais padrões existentes de movimentação, plantas, fotos e espaços para definição da locação dos elementos de sinalização. A principal função de um bom projeto de sinalização se resume na distribuição de informação no espaço físico. No caso de grandes áreas que são visitadas, sabe-se que esse posicionamento é primordial. O que pode parecer óbvio às vezes não é. Por exemplo, em certas ocasiões, a busca do número do imóvel, mal posicionado na fachada de um prédio, às vezes mal iluminado, torna-se muito difícil (EMBRATUR, 2001; CHAMMA, PASTORELO, 2007).

O mesmo desconforto pode acontecer quando uma placa rodoviária é tornada ilegível por depredação ou pichação. Aí ela torna-se ineficiente na sua função de indicar a direção para se alcançar algum destino, prejudicando o viajante (EMBRATUR, 2001; GIBSON, 2012).

Sob a perspectiva de Chamma e Pastorelo (2007), as etapas seguintes ao levantamento da área onde se pretende sinalizar, de acordo com todas informações locais, são:

- Renovação da autorização junto ao IEF (Instituto Estadual de Florestas), anteriormente disponibilizada,
- Pesquisa da legislação local;
- Pesquisa de campo detalhada;
- Análise do mapa da região assim como configuração;
- Redação técnica, descrevendo as fases do projeto;
- Estudo preliminar, com linguagem técnica e objetiva;
- Desenvolvimento de possibilidades, ou *sketches*;
- Distribuição entre os elementos naturais desse ecomuseu;
- Especificações técnicas;
- Confecção de protótipos 3D das placas;
- Pré-implantação, observação *in loco*.

Observa-se que revisões e ajustes serão possíveis mesmo após a definição do projeto de pesquisa, considerando-se que os princípios do design adotados ao longo da mesma não seriam invasivos, integrando a sinalização ao ambiente natural (GIBSON, 2012).

O design de sinalização está inserido no campo de estudos do Design da Informação, que trata dos sistemas de orientação, símbolos e signos. Visa à transmissão de conteúdos de maneira precisa, neutra e responsável. Para tanto, são desenvolvidos modos de comunicação compreensíveis (CAPITÃO, 2013).

3.6 Design da Informação

O Design da Informação, objeto principal deste trabalho, tem como objetivo projetar a informação visual para melhorar a forma como o receptor ou usuário adquire a informação.

Para isso, consideram-se aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos, formadores dos sistemas de informação, produção e planejamento para o público usuário (CAPITÃO, 2013). Segundo Capitão (2013), à respeito da multidisciplinaridade do infodesign,

Design de informação ou infodesign é uma área que lida detalhadamente com projetos de informação visual. É uma interação de diversas disciplinas de forma a criar soluções de informação, tornando claro, preciso e eficiente... (CAPITÃO, 2013).

O trabalho demanda pesquisa e desenvolvimento dos criadores envolvidos para o cumprimento de metas exigidas pelos usuários, para melhorar a forma de acesso à informação, nos mais diversos meios, do sistema analógico ao digital. Trata-se de uma área que trabalha detalhadamente com projetos de informação visual.

Wayfinding é outro termo considerado por Capitão (2013), que surge na década de 1970 e é traduzido como navegação espacial ou orientação espacial (LOCATELLI, 2007). O termo é entendido como a capacidade e habilidade de usuários moverem-se através de um ambiente físico ou de informação, nesse

caso o digital, sem que se percam, já que se trata de uma orientação espacial que comunica, indica e direciona.

A navegação espacial trata da relação entre as pessoas e seu deslocamento num espaço, feito de maneira dinâmica, em que o ser humano interage diante de determinado ambiente, adaptando-se às suas especificidades. O ser humano pode se desorientar em diversos tipos de locais, sejam eles abertos, fechados, pequenos, grandes, complexos ou simples, independentemente de ser mulher ou homem, da faixa etária ou profissional.

Esse é um assunto de grande amplitude por se aplicar a diversos campos como, por exemplo, o da percepção humana, onde estuda-se a forma do ser humano perceber o ambiente a seu redor a partir de uma imagem mental, ou de forma metodológica, com a análise da legibilidade e utilidade dos ambientes (CAPITÃO, 2013).

Segundo Capitão (2013), o termo orientação espacial aplica-se igualmente na verificação da eficiência de mapas e de sistemas de sinalização. O *Wayfinding* leva em conta o comportamento humano com a operação e o projeto e utiliza as ferramentas de sinalização para orientar e guiar usuários no deslocamento com segurança, considerando todos os fatores e variáveis envolvidas.

3.7 Museologia, design e identidade do patrimônio cultural

Na Comunidade do Mocambeiro o patrimônio cultural é muito rico e merece receber um trabalho específico de Design da Informação, no sentido de direcionar o visitante durante eventos religiosos que ocorrem anualmente, organizados pela Irmandade do Rosário.

Essas festas religiosas, que são descritas a seguir, devem ser entendidas no contexto da Nova Museologia, como potenciais “pontos de memória”. Os moradores do Mocambeiro e membros das Irmandades do Rosário das cidades vizinhas a Matozinhos (Capim Branco, Pedro Leopoldo etc.), no mês de agosto, em geral, reúnem-se no Mocambeiro e ali preservam e conservam a cultura e a memória de seus antepassados quilombolas.

Os locais onde se celebram as Bandas de Congo, as Folias de Reis, a Missa do Congo, Reinados de Congo, Congadas, a Festa de Nossa Senhora

do Rosário, o Candombe, onde se faz o levantamento do mastro que contém a imagem de Nossa Senhora do Rosário e dos Santos de devoção da Irmandade, os cortejos, a guarda anfitriã e o encontro com as guardas convidadas; a reza do Rosário; as visitas aos Reis e Rainhas e a realização da Missa Conga etc. são considerados “pontos de memória”, locais de memória social, locais onde se mantém o patrimônio cultural imaterial da comunidade do Mocambeiro.

Vejamos a seguir o quanto é complexo entender o patrimônio cultural da Comunidade do Mocambeiro, principalmente nesta proposta de mesclar o Design da Informação à preservação da cultura e memória das comunidades descendentes de quilombolas. As festividades geralmente necessitam de grande espaço a céu aberto, onde as Bandas de Congo das comunidades trazem seus sete ritmos: candombe, moçambique, congo, marujo, caboclo, catopé e vilão.

O Design da Informação num ambiente de tradições tão arraigadas como essas encontra uma grande complexidade de signos, de conceitos. Planejar a orientação espacial em ambientes de cultura como Mocambeiro demanda ferramentas de sinalização para orientar e guiar usuários no deslocamento com segurança. Nessas festas há muitas crianças, idosos, gente de fora, que segue roteiros religiosos, e existe a necessidade de indicar ao visitante os equipamentos modernos urbanos (banheiros públicos, estacionamento, locais de alimentação, etc.).

Tal como em outras regiões de Minas Gerais, no distrito de Mocambeiro, município de Matozinhos, acontece no mês de agosto uma das festas regionais mais representativas da cultura da região: a homenagem a Nossa Senhora do Rosário. A festa é promovida pela Irmandade criada na capela de Nossa Senhora dos Pretos, por volta de 1750, com o objetivo de zelar e cuidar das tradições da Santa padroeira. Tradicionalmente, conta com a novena para Nossa Senhora do Rosário ao longo de uma semana de eventos e termina numa sexta-feira, dando lugar a cinco dias de celebração na região.¹⁴

¹⁴ Disponível em: <<http://portalmtz.com/principal/fatos-fotos-e-videos-comeca-a-festa-de-nossa-senhora-do-rosario-de-mocambeiro/>> Acesso em: 13 dez. 2014. Ver também: BRETTAS, Aline Pinheiro. FROTA, Maria Guiomar da Cunha. O registro do Congado como instrument de preservação do patrimônio mineiro: novas possibilidades. Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio. PPG-PMUS-Unirio|MAST.v.5.n.1.2012. Rio de

A Festa do Rosário ou Festa de Nossa Senhora do Rosário é uma manifestação religiosa católica, aliada a elementos da cultura religiosa africana. Geralmente, a parte da religiosidade da festa se resume na novena em louvor à Nossa Senhora do Rosário.

Essa comemoração segue um ciclo anual que se inicia após a Páscoa (afirma-se que o “Reino é aberto na Páscoa”), depois de se preservar o período da Quaresma. Normalmente, as celebrações seguem até o dia das almas, 2 de novembro, sendo mais comum, atualmente, prolongarem-se até dezembro, quando o “Reino é fechado” para, posteriormente, darem início às Festas de Reis e depois ao Carnaval.¹⁵

Para lembrarmos como é iniciado todo o procedimento, assim que o reino é aberto, a Irmandade elabora um convite e o envia para as guardas que participarão da comemoração com as quais mantém uma relação mais próxima, tanto da região metropolitana de Belo Horizonte, quanto de diversas outras regiões do Estado de Minas Gerais. O convite pode ser enviado pelo correio ou entregue pessoalmente. Nesse convite, estão especificadas todas as atividades e horários do domingo de culminância da festa, bem como de todas as cerimônias e procedimentos dos dias anteriores.

Segundo Nery (2012), as cerimônias que geralmente fazem parte da Festa de Nossa Senhora do Rosário e que fortalecem o sentimento de pertencimento dos integrantes da comunidade são:

- **Busca e Levantamento de Bandeiras**

A bandeira de aviso é levantada antes dos festejos na Igreja e/ou sede da Guarda. Normalmente, esse ritual acontece à noite. Parte-se da sede para buscar as bandeiras que estão nas residências de alguns devotos. Ao retornar para a sede com as bandeiras, estas são presas aos mastros que são levantados com orações, cânticos e louvações. Cada mastro é tocado pelos bastões ou espadas e acendem-se velas ao seu redor (NERY, 2012, p.42).

Janeiro: Unirio, 2012. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br> Acesso em: nov. 2015

¹⁵ Disponível em: <<http://www.revistamuseologiaepatrimonio.mast.br>> Acesso em: nov. 2015

- **Busca do Trono Coroado**

Na manhã da festa, ainda bem cedo, a Guarda, “dona da festa”, busca o reino (trono coroado) em suas residências e o leva para o local da festa, numa espécie de cortejo. Ele é composto, na maioria das vezes, pelos Reis Perpétuos: rei congo, rainha conga, de São Benedito, de Santa Efigênia e também os reis do ano ou festeiros que patrocinam as festas (NERY, 2012, p.56).

- **Chegada das Guardas**

As guardas chegam às festas sempre entoando cânticos e dançando. Para os devotos, a música e a dança são uma forma de oração (NERY, 2012, p.72).

- **Saudação entre Guardas**

A saudação entre as guardas acontece com troca de bandeiras e a reverência entre capitães, rainhas e reis (NERY, 2012, p.102).

- **Louvação das Bandeiras nos Mastros**

Quando as Guardas chegam às festas, elas louvam seus santos de devoção, que estão nas bandeiras nos mastros. É um momento bastante solene (NERY, 2012, p.112).

- **Dentro dos Reinos**

Cada guarda tem o seu reino. Todos chegam, entram, rezam e/ou cantam louvores e orações, chamadas, por muitos devotos, de marchas. As músicas e as danças, para os devotos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, constituem uma oração, visto que eles não cantam simplesmente, eles oram cantando e dançando (NERY, 2012, p.122).

- **Refeições**

É o momento de confraternização. Acontecem lanches, cafés e almoços, sempre com muita fartura. Antes e depois das refeições, há uma benção dos alimentos e, ao término, são entoados cânticos em agradecimento (NERY, 2012, p.142).

- **Manifestações de Louvor**

Este é o momento de demonstração de fé. Ao longo da festa, as Guardas exaltam e louvam Nossa Senhora do Rosário e, também, seus santos de devoção (NERY, 2012, p.157).

- **Missa**

A missa celebrada durante a Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário é chamada, pela maioria dos devotos, de Missa Conga, mas alguns dos devotos a denominam de Missa Congo ou Missa do Congo. De acordo com integrantes, “denomina-se ‘Missa do Congo’ aquela Celebração Eucarística

que tem a participação de membros da Irmandade do Rosário (Guardas, Ternos, Cortes ou Bandas) de forma ativa na Liturgia, seja executando suas 'marchas' (hinos de louvor ao som de antigos instrumentos de percussão), seja realizando ritos expressivos, demonstrativos de sua fé inabalável, obedecendo a uma tradição de quase três séculos de existência" (NERY, 2012, p.177).

- **Cortejos e Procissão**

Quando as guardas se dirigirem para algum lugar, seja para o refeitório ou para o palácio de uma rainha, todos seguem em cortejo. No entanto, existe um momento, que é a procissão, quando são levados os andores, o que acontece em momentos diferentes, dependendo da festa, podendo ser antes ou depois da missa (NERY, 2012, p.195).

- **Descimento das Bandeiras**

O encerramento oficial da festa, de cada Guarda, é marcado pelo descimento das bandeiras (NERY, 2012, p.207).

- **Coroação**

Existem muitos tipos de coroação: dos reis festeiros, do trono coroadado, no dia da festa, no ano anterior. Porém, a mais emocionante e que guarda muito do mistério do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, é a coroação para a herança de coroa, quando uma rainha ou rei congo falecem e os herdeiros recebem a coroa como herança de um legado, uma função, um papel, uma missão a ser cumprida (NERY, 2012, p.221).

Dessa forma, várias guardas responderão ao convite confirmando sua presença e irão à festa. Assim, a guarda anfitriã, nesse caso a Irmandade de Mocambeiro, deverá pagar as visitas, comparecendo, também, às festas de todas as guardas que estiveram presentes.

Na maioria dos casos, a festa conta com reinados de congo, as chamadas congadas, que também são uma demonstração de ecletismo religioso ocasionado pela fusão das religiões provenientes da África ao encontro do culto católico.¹⁶ Entre os integrantes da comunidade existe um questionamento dos devotos a respeito dos nomes congos ou congados serem ou não os mais propícios, já que se referem a apenas um ritmo, o congo. No desenrolar dessa celebração, apontam-se sete ritmos ou irmãos presentes: candombe, moçambique, congo, marujo, caboclo, catopé e vilão. Observa-se que reinado é o nome mais aceito entre os devotos por ser a festa

¹⁶ Disponível em <<http://segundoblogdorcardo.wordpress.com/2012/06/19/festas-populares-4-continuacao/>> Acesso em: 13 dez. 2014.

do Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

De acordo com Nery, tanto o nome Reinado, quanto o nome Congado remontam, à Festa de Coroação do Rei Congo, o que legitima ambos os nomes (NERY, 2012, p.37).

Tais comemorações se originaram a partir da devoção destinada e difundida em Ouro Preto pelo lendário ex-escravo Chico Rei, que teria sido o fundador da primeira Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Minas Gerais.¹⁷ Em Mocambo, essa festa tradicional está em sua 96ª edição.¹⁸

De acordo com a Associação Amigos do Reinado (AMIREI),¹⁹ que surgiu com o fortalecimento da Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, em meados da década de 2000, a entrada de novos membros e a maior participação do Congado nas celebrações religiosas contribuiu para a obtenção do apoio da paróquia e das comunidades locais, criando um cenário aberto à revalorização da centenária celebração do Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.religiosidadepopular.uaivip.com.br>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.mixnoticias.com.br/tag/cultura-religiosa/>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁹ Disponível em: <http://www.reinado.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44:amirei&catid=35:quem-somos&Itemid=>> Acesso em: 13 dez. 2014.



FIGURA 5 – Missa da festa de Nossa Senhora do Rosário no Ecomuseu de Mocambeiro, ago. 2014. Fonte: acervo do autor.

Oliveira (2010), a respeito das novas experiências no campo dos museus, ao citar os museus a céu aberto, aponta que todos expressam os novos caminhos que essa tradicional instituição cultural vem marcando contemporaneamente. “A proliferação de ‘lugares de memória’ – museus, casas, roteiros ou trilhas – permite revelar tanto a identidade do lugar quanto a dos que o visitam [...]” (OLIVEIRA, 2010 p. 155).

Sabe-se que, ao longo da construção, promoção e divulgação desses lugares é levada em conta a sua interpretação, como uma maneira de revelar significados, interpretar o que é visto, trocar experiências fazendo do patrimônio um recurso educativo que se une ao desenvolvimento local.

Durante a comemoração, que se iniciou no domingo, dia 20 de agosto de 2014, entre dez horas da manhã e 17 horas, observaram-se diversos exemplos de atrações culturais que contribuem para preservação e desenvolvimento local, uma vez que as dimensões culturais e patrimoniais são valorizadas com relação ao ecomuseu.

O convívio e comprometimento com a cultura local por parte de moradores do distrito, assim como de visitantes, permite a valorização do patrimônio cultural local. A Fig. 6 ilustra como desde muito cedo moradores da comunidade, crianças e jovens são incentivados a participar das guardas locais, cada uma com suas vestimentas, com cores e significados específicos, representando seu pertencimento à comunidade.



FIGURA 6 – Guarda de comunidade na festa de Nossa Senhora do Rosário, ago. 2014.
Fonte: acervo do autor.

A festa contou com a apresentação da Guarda de Nossa Senhora do Rosário e o Candomblé. Durante a festa ocorreram missas, novenas, procissões, coroação dos Reis Congos, levantamento dos mastros. No adro da igreja localizam-se as barracas.

No domingo, houve apresentação das Guardas convidadas e o cumprimento de promessas, quando as pessoas, juntamente com a guarda, circulam a igreja. A festa de Nossa Senhora do Rosário tem a duração de três dias, sendo no domingo, o segundo dia da festa, a apoteose do evento.

Na comunidade de Mocambo, a festa é muito importante para todos que participam de sua preparação, como reis e rainhas, capitães, dançantes, caixeiros e ajudantes, assim como seus familiares.

Durante todo o ano, os envolvidos desempenham papéis para colaborar com a preparação da festa, arrecadam dinheiro, alimentos, consertam roupas dos integrantes da guarda, os andores com as imagens dos Santos, e, nas proximidades da festa, todas as atenções são concentradas para os ajustes finais. É um momento de compartilhamento de trabalho comunitário local.

Durantes os dias em que ocorre a festa, acontecem vários movimentos: o levantamento do mastro, que traz a imagem de Nossa Senhora do Rosário e dos Santos de devoção da Irmandade; vários cortejos, tanto com a guarda anfitriã como com as guardas convidadas; a reza do Rosário; as visitas aos Reis e Rainhas e a realização da Missa Conga.

A mistura que é uma das características mais fortes e latentes da cultura brasileira.

[...] a Missa Conga é uma manifestação recente. Sempre houve missas nas festas de Nossa Senhora do Rosário, mas não existiam manifestações “afro” com tambores dentro das igrejas. Não se trata de uma missa com enfeite de congado e sim “uma celebração da memória da paixão de Cristo unida à memória da escravidão do povo negro”. A celebração impressiona e emociona muito quando, no início da missa, o Congado canta diante da porta fechada da igreja...²⁰

No museu a céu aberto, a paisagem substitui a galeria, mas continuam a existir estratégias de exposição como indicação dos elementos naturais, das casas e artefatos que devem ser alvo do olhar do visitante. Música, religiosidade, danças, comida e artesanato formam a base em que esses grupos se apoiam para promover e valorizar suas origens e cultura. A Fig. 6 é de uma cena na entrada da igreja, no dia da festividade, que mostra uma das guardas no momento de entrada na igreja local, na hora de sua apresentação.

O Ecomuseu do Carste “[...] é um projeto de gestão integrada dos bens culturais e naturais, realizado pela comunidade com o objetivo de desenvolver o território que habita, a partir da valorização da história local e do patrimônio natural e cultural nele existente “ (ARMOND, 2012).

Essa afirmação da arquiteta Márcia A. Armond indica que Mocambeiro pode ser identificado como “ecomuseu comunitário” por sua realização em conjunto com a comunidade local, bem como “ecomuseu de território”, por se encontrar enraizado no território do Carste Mocambeiro. Podemos dizer ainda que é também um “ecomuseu de percurso” porque possibilita a organização de roteiro cultural, no ambiente aberto da comunidade Mocambeiro, onde há manifestações populares, culinária, artesanato, música e festividades religiosas de caráter local a serem preservadas.

Segundo a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários – ABREMC, no Brasil, nos últimos trinta anos, especialistas têm desenvolvido iniciativas e processos de novas metodologias no campo da museologia, que hoje se intitulam “nova museologia”:

²⁰ Disponível em: < <https://eusr.wordpress.com/2011/08/23/>> Acesso em: 13 dez. 2014.

[...] centenas de museus comunitários, de ecomuseus, de museus de território, de museus de percurso, museus de periferia, museus de rua, de centros de memória foram criados por comunidades locais para valorizar sua cultura e seu patrimônio, tanto material quanto imaterial (ABREMC, 2013).²¹

Sob a perspectiva de Soares (2007, p. 4), “O termo ‘Nova Museologia’ apareceu no mundo dos museus no início dos anos 1980. Depois, foi utilizado para designar um certo tipo de ideologia e de prática, com significações variáveis”. A Nova Museologia expressa uma mudança prática no papel social do Museu, no sentido de novas discussões e elaborações para tornar mais completa a definição de Museu do ICOM, Internacional Council of Museums.

Os principais teóricos da atualidade têm buscado incorporar e acrescentar ideias e conceitos novos, já recomendados pela herança deixada por Georges- Henri Rivière entre 1970-1982, no seu *Curso de museologia*. As novas ideias de Rivière e seus seguidores, entre os quais destaca-se Varine, para um novo museu foram incorporadas e empregadas na área acrescentando conceitos novos à sua linguagem de especialidade. Na prática, essas experiências derivaram do desejo de que os museus agissem de forma mais socializante.

A transformação verdadeira do que foi chamado, por Varine, de Ecomuseu, se deu primeiramente por uma sucessão de práticas para depois ser colocada em palavras por tantos teóricos, a partir das definições de Rivière em sua famosa “Definição evolutiva do Ecomuseu.”²²

Para Varine (2012), o Novo Museu difere do museu convencional na importância dada ao território (meio ambiente ou sítio, com seu acervo operacional), ao invés de enaltecer o prédio institucional em si; ao patrimônio, no lugar da coleção; à comunidade, em vez dos visitantes. Nesse caso, é o

²¹ Disponível em: <<http://www.abremc.com.br>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

²² As quatro criações essenciais de G. H. R. entre 1945 e 1975, foram, em primeiro lugar, o novo Museu Nacional de Artes e Tradições Populares no Bosque de Boulogne em Paris em 1937; em segundo lugar o estudo etnológico, linguístico, agrônômico e econômico de um grupo humano na região de Aubrac, realizado entre 1964 e 1966 para reunir informações sobre patrimônio material sobre etnologia francesa, representando o primeiro símbolo de configurações ecológicas de museu. A terceira foi o ICOM, fundado no âmbito da Unesco entre 1948 e 1966. A quarta foi o ecomuseu: “fruto de todas as experiências de Rivière, que queria considerar o passado, o presente e o futuro, a geologia, o clima e a história, os valores e as obras do homem [...] em síntese e respeitadas desde a menor parcela de território.”(LEROUX-DHUYS, J.F., 1989).

território que define e comumente nomeia o museu, por isso é natural dizer de um museu “enraizado no território”, mais bem compreendida que a denominação “ecomuseu”.

Segundo Varine e Priosti (2012, p.13), “[...] o Brasil e seu território continental é, como disse Georges-Henri Rivière, cunhador com Hugues de Varine do conceito de ecomuseu, um *celeiro de ecomuseus*, e se poderia acrescentar, de criações museológicas populares ou comunitárias.” Para que as comunidades brasileiras consigam fazer “[...] um museu livre das imitações que não atendem às suas verdadeiras necessidades culturais” (PRIOSTI e VARINE, 2012, p.13) é preciso aprender com as próprias experiências, com sua cultura latino-americana.

A Declaração de Quebec (Princípios de Base de uma Nova Museologia), em 1984, introduziu oficialmente no mundo latino-americano o movimento da nova museologia, que teve a sua primeira expressão pública e internacional em 1972 na “Mesa-Redonda de Santiago do Chile” organizada pelo ICOM (ainda com a participação de Georges Henri Rivière). Esse movimento foi muito importante por ter reafirmado, no Brasil, a função social do museu e o caráter global das suas intervenções.

Reafirmando a função social dos ecomuseus, conforme os teóricos citados, a realização da manifestação cultural em questão, a festa de Nossa Senhora do Rosário de Mocambeiro, ocorreu com a colaboração da comunidade e da Associação para o Desenvolvimento das Artes e Ofícios (ADAO), que conseguiram mobilizar um grupo de congadeiros, membros das comunidades locais, intelectuais e ativistas de movimentos sociais para a realização do evento.

Para o pesquisador, foi um momento rico em aprendizado e compartilhamento, assim como de valorização do patrimônio cultural local, quando integrantes da comunidade, um grupo ainda informal, adquiriu competência para a produção de um evento que, com o passar dos anos, conquista maior importância na agenda religiosa e cultural de Mocambeiro e da região.

O sentimento de pertencimento e orgulho estava em cada participante dessa festa popular tradicional local, como vemos nas figuras de 5 a 9. Entende-se que o ecomuseu e a influência da nova museologia trazem à pauta

uma reflexão teórica e política sobre essa instituição que constrói definições de valor.



**FIGURA 7 – Membro de guarda participante na comunidade de Mocambeiro, ago. 2014.
Fonte: acervo do autor.**

A Fig. 7 é de um capitão do congo na festa, devidamente vestido, cena também registrada na entrada da igreja, que mostra o orgulho de um integrante de uma das guardas presentes, na entrada de sua apresentação.

As figuras 8 e 9 trazem cenas do perímetro urbano próximo à igreja, mostrando a criatividade e dinamismo dos participantes. As imagens mostram as barracas de jogos, alimentos e produtos artesanais locais comercializados durante o evento, de uma diversidade considerável, atraindo a atenção de crianças e adultos. A identidade dessa festa, tradição do congado vindo da África e as possíveis adaptações feitas ao longo da história, na representação da simbologia religiosa com beleza e fé, são fundamentais para a valorização e conservação cultural.



FIGURA 8 – Artesanato da comunidade na festa de Nossa Senhora do Rosário, ago. 2014. Fonte: acervo do autor.



FIGURA 9 – Barracas de produtos na festa de Nossa Senhora do Rosário, ago. 2014. Fonte: acervo do autor.

Esses são registros da identidade cultural local que mostram, marcam e valorizam uma festa popular, organizada e vivenciada pela comunidade, que recebe e acolhe visitantes com abertura e espaço para compartilhar questões tão próprias e necessárias.

A seguir, tendo por base o Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, conceitua-se o ecomuseu, no âmbito do novo fazer museológico, comparativamente à museologia tradicional; identifica-se a tipologia dos ecomuseus; classifica-se qual tipologia de ecomuseus se aplica ao ecomuseu objeto desta pesquisa.

3.8 Conceituação de ecomuseu no âmbito do novo fazer museológico

Na opinião dos principais teóricos da atualidade, a definição de museu do ICOM não está completa porque ainda não incorporou as novas ideias para um novo museu, como o ecomuseu e sua tipologia:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.²³

O ICOM²⁴ considera incluídas na categoria museu as seguintes entidades:

- Os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos;
- Os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno;
- As instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais – como os jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários;
- Os centros de ciência e planetários;
- As galerias de exposição não comerciais;
- Os institutos de conservação e galerias de exposição, que dependam de bibliotecas e centros arquivísticos;
- Os parques naturais;
- As organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus;
- Os ministérios ou as administrações sem fins lucrativos, que realizem atividades de pesquisa, educação, formação, documentação e de outro tipo, relacionadas aos museus e à museologia;
- Os centros culturais e demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão de bens patrimoniais, materiais ou imateriais;

²³ Disponível em: <ICOM, 2014 <http://icom.museum/>>.

²⁴ ICOM (Org.). Museum Definition, 2007. Disponível em: <<http://icom.museum/the-vision/museum-definition>>. Acesso em: nov. 2015.

- Qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu, ou que ofereça aos museus e aos profissionais de museus os meios para realizar pesquisas nos campos da Museologia, da Educação ou da Formação.

Ecomuseu faz parte da categoria “novo museu”, e ainda não há um modelo completo, pronto, está em processo de construção conceitual. Em vez de enfatizar o prédio institucional em si, o patrimônio, a coleção, os visitantes, o ecomuseu tem foco na comunidade que propôs e está envolvida com sua criação, tendo como lugar o próprio território onde vive a comunidade, que o define e comumente nomeia, como é o caso do Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, conhecido como “Ecomuseu de Mocambeiro”.

O ecomuseu é voltado para o fortalecimento da comunidade que o constituiu. Isso não quer dizer que no ecomuseu não exista coleção, nem exposição, nem as funções educativas de um museu tradicional. Ao contrário, um ecomuseu pode, sim, possuir em seu acervo importantes coleções arqueológicas, históricas e técnico-científicas; um ecomuseu pode apresentar exposições permanentes e temporárias; um ecomuseu pode organizar espaços expositivos e espaços temáticos e funcionais (dentro do seu próprio território); um ecomuseu pode atuar na educação ambiental e patrimonial.

Há diversos tipos de ecomuseu: museus de território, museus de percurso, museus de periferia, museus de rua, museus comunitários, centros de memória, todos com envolvimento direto de membros da região onde se localizam.

A tipologia de ecomuseu que se aplica ao Ecomuseu do Carste de Minas Gerais é a fusão de museu de território, museu comunitário e museu de percurso. Dizemos que se trata de museu de território porque se encontra enraizado no território de Mocambeiro, que dá nome ao museu, com seus sítios naturais e arqueológicos. Museu comunitário, pois Mocambeiro é uma comunidade que cuida da manutenção e do processo de gestão desse ecomuseu. E museu de Percurso porque Mocambeiro, com sua riqueza natural e cultural, possibilita criar um roteiro cultural cujo percurso valorize o patrimônio histórico, as manifestações populares, o artesanato, a música, as festividades populares.

4 O PONTO DE VISTA DA COMUNIDADE: a participação na pesquisa

O número de informantes-chave entrevistados nessa etapa, conforme exigido nesse tipo de pesquisa, foi de treze pessoas, moradoras ou não do distrito, mas todas com um envolvimento comum com o ecomuseu e a comunidade. O grupo foi formado por duas profissionais do IEF (Instituto Estadual de Florestas), a atual diretora da ADAO, a Sub-Secretária de Cultura de Matozinhos, um mobilizador cultural da região que mudou-se para o distrito, um advogado morador de Pedro Leopoldo, uma fazendeira local, e quatro turistas. Todos foram extremamente disponíveis para prestar esclarecimentos a respeito da região, de integrantes da comunidade e órgãos locais.

As informações foram coletadas durante as entrevistas, feitas mediante formulário de autorização do uso de informações e dados pessoais, por meio de questionários contendo 12 perguntas sobre o ecomuseu, também gravadas e transcritas. Essas perguntas são a base de elaboração do *briefing* da sinalização do ecomuseu.

As figuras 10 e 11 retratam duas placas da sinalização em propriedades particulares, capturadas durante visita de campo ao Ecomuseu do Carste, em agosto de 2013. A figura 10 mostra uma placa direcional, e a figura 11, exemplo de uma placa interpretativa. Nessas placas, os proprietários dos terrenos não seguiram as especificações regulamentadas de sinalização turística, com relação, por exemplo, às cores aplicadas, ao sentido indicado, materiais específicos e fixação adequada no solo (EMBRATUR, 2001).

A sinalização de orientação turística é recomendada pelos órgãos responsáveis em áreas urbanas ou rurais, primordialmente nas reconhecidas como patrimônio cultural já legalizado, que é um conjunto de manifestações imateriais, bens históricos, artísticos, naturais e arqueológicos com linguagem particular, geradores da identidade de um grupo. Para que as informações sejam compreensíveis, é necessária uma apresentação clara e acessível, tanto para visitantes quanto para os moradores locais. Essa apresentação deve ocorrer de várias maneiras, sendo que se destacam as placas de sinalização do tipo direcionais e interpretativas (EMBRATUR, 2001).



FIGURA 10 - Placa Direcional do Elemento Natural Vargem da Pedra, Matozinhos, instalada dentro de propriedade particular. Fonte: acervo do autor.



FIGURA 11 - Placa Interpretativa do Lions Clube de Matozinhos, instalada dentro de propriedade particular. Fonte: acervo do autor.

Vemos a seguir figuras existentes nas pinturas rupestres de 5000 a 7000 anos (Figura 12), que persistem nas cavernas de Vargem da Pedra, vistas também com outras configurações, como silhuetas de animais e formas abstratas, em outros sítios arqueológicos. Essas figuras são propostas como solução de identidade, com a sua inserção em tótems tridimensionais a serem instalados próximos aos elementos naturais do ecomuseu.



FIGURA 12 - Pinturas rupestres do Elemento Natural Vargem da Pedra. Fonte: PROUS, BAETA, (2003).

A pintura rupestre acima é identificada na sinalização mostrada na Fig.13, uma placa de identificação de patrimônio cultural implementada recentemente, que ilustra o que propomos como inserção do design para a valorização de características da identidade local. A proposta é de que, num futuro próximo, cada elemento natural da região receba um tótem tridimensional e uma placa de sinalização correta, fortalecendo a identidade cultural do Ecomuseu do Carste.



FIGURA 13 - Placa de Patrimônio Cultural do Elemento Natural Vargem da Pedra.
Fonte: acervo do autor.

Já apontamos que as placas referentes à sinalização urbana e indicativa da região não seguem as especificações da EMBRATUR, criada em 1966. Conforme levantado com pessoas da comunidade, proprietários ou não dos elementos visitados, as placas ao longo da rodovia municipal de Mocambeiro que ficam no limite entre propriedade particular e pública são definidas e instaladas pelo proprietário do terreno.

O objetivo de uma sinalização turística é facilitar e democratizar o acesso a bens do patrimônio local possibilitando, assim, o conhecimento mais amplo. É um dos elementos primordiais para o andamento do trânsito, assim como deslocamento da população, tanto local quanto turística. Além de orientar motoristas e pedestres as condições de uso das vias, serve de apoio para suas decisões de deslocamento (EMBRATUR, 2001).

Em primeiro lugar, propõe-se padronizar de maneira coerente as placas indicativas e de sentido de acordo com as normas da Embratur. Com relação às normas de padronização brasileiras, as placas que constituem a sinalização turística devem obedecer a uma série de critérios que garantam sua imediata identificação e certa apreensão das mensagens disponibilizadas (EMBRATUR, 2001).

Conforme mapeamento indicado na Fig. 16, desenvolvido a partir de entrevistas e da análise dos trajetos feitos durante as visitas de campo, e tendo como base a representação gráfica do conceito de identidade cultural local, pensamos na possibilidade de desenvolvimento de algumas soluções gráficas originais para sinalizar uma circulação assertiva nos trajetos desse Ecomuseu.

QUADRO 2 – Tipos de Placas

Tipos	Características
Placa de identificação de atrativo turístico	– deve indicar aos usuários de veículos a localização do destino procurado, identificação do local, nome e pictograma.
Placa indicativa de direção	– organização de informações de acordo com o sentido a ser indicado, com campos visuais separados por tarja horizontal entre eles.
Placa indicativa de distância	– placa indicando as distâncias até os vários atrativos turísticos situados na diretriz da via sinalizada.
Placa interpretativa	– prática da interpretação pessoal.

Fonte: Adaptado da Embratur (2001, p.45)

Isso será o ponto de partida para a definição de tipografias, escalas e formas de composição da amostra da sinalização. Para isso, alguns moradores do distrito serão convidados a participar do processo através de entrevista previamente concebida, identificação de textos e imagens.

A padronização de cores e formas, o seguimento das diretrizes de dimensionamento e de composição dos elementos gráficos, assim como o respeito às regras de implementação das placas possibilitam uma correta funcionalidade da sinalização, devendo ser criteriosamente considerados. Para isso, os diferentes tipos de placa, de acordo com cada situação, demandam informações que atendam às questões imediatas, independentemente do contexto do cidadão.

Dessa forma, apontam-se diferentes demandas, associadas às placas de sinalização de orientação turística, reunidas pelo tipo de solução necessária. A inserção do design de sinalização bem planejado, contribuirá além de um melhor deslocamento para os moradores da comunidade, também para o fortalecimento da auto imagem dos mesmos.

Diagnóstico da situação

Até o momento, de acordo com os dados obtidos durante as treze entrevistas, considerando-se a diversidade de perfil dos informantes-chave, pertencentes ou não à região, mas envolvidos com as questões locais, podemos constatar a importância desta pesquisa e sua possível contribuição para desenvolver e implementar soluções através de ferramentas do design, com o objetivo de organizar e esclarecer as informações de trajeto e indicações da nomenclatura do patrimônio natural local.

Nas visitas de campo feitas para conhecimento da região de Mocambeiro, detectou-se uma certa desorganização com relação às informações representadas nas placas. De acordo com a Secretaria de Transportes Municipal e os informantes chave entrevistados, por se tratarem de placas indicativas instaladas dentro das propriedades, fica a critério de cada proprietário de terreno a confecção dessa sinalização.

Dessa forma, de acordo com o atual quadro, entende-se que a inserção do design, através de ferramentas operacionais para melhoria de questões de ordem organizacional e prática, é necessária e facilitadora tanto para os integrantes da comunidade quanto para visitantes pesquisadores ou turistas em busca de conhecimento do patrimônio natural, cultural e histórico.

Análise do discurso das entrevistas

A partir das entrevistas, percebe-se a urgência de melhorias relacionadas à inserção do design como ferramenta sistêmica, com relação ao mapeamento e anexação de placas informativas coerentes entre pontos específicos da região, assim como a padronização, configuração de elementos de design. Foi confirmada a ausência de planejamento e informações como nomenclatura, sentido, e representações de soluções gráficas considerando a identidade e características da cultura local, para aproximação dos habitantes e turistas às questões do patrimônio local.

Aponta-se que a história oral não é uma simples gravação de perguntas feitas aos que passam por nosso caminho dispostos a relatarem a respeito de suas vidas. Por se tratar de um método de pesquisa, não é um meio de conhecimento. No contexto de uma investigação científica como esta, justifica-se segundo sua articulação com um projeto de pesquisa definido (ALBERTI, 2004).

Em geral, desde que um tema seja contemporâneo, que pessoas presentes tenham algo a dizer sobre ele, é passível de investigação por meio da história oral. Diante do tema e das questões colocadas pelo pesquisador, é importante estudar as versões disponibilizadas pelos entrevistados a respeito do objeto de análise (ALBERTI, 2004).

Essas versões precisam ser, elas mesmas, objeto de análise. Imagina-se sempre, numa pesquisa de história oral, que se verifique como as questões do tema pesquisado são vistas pelos entrevistados. Ou melhor, o que a narrativa dos que presenciam o tema pode esclarecer sobre o lugar por ele ocupado no contexto dado (ALBERTI, 2004).

Percebeu-se ao longo das entrevistas, a diversidade e riqueza de informações coletadas com relação a informação visual existente, e a possibilidade de inserção do design de informação como solução. Conforme Adma Aparecida da Silva (2014), em entrevista ao autor, a aplicação do design de informação na roteirização de visitas ao Ecomuseu do Carste é interessante para fomentar a visitação, informação e educação:

O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste? Eu acharia muito interessante e inteligente. Acredito que essa iniciativa iria fomentar a visitação, porque você passa por um lugar onde não sabe a riqueza que existe no mesmo. E mesmo a demarcação dele. Então essas placas seriam informativas, educativas e fomentariam o turismo ecológico natural (SILVA, 2014).

Conforme o perfil dos entrevistados que foram categorizados como moradores, comerciantes, diversos, levantou-se tanto aprovações como reprovações nessa pesquisa. Dentre alguns dos que aprovaram a proposta de sinalizar os quatro pontos de memória, cita-se as entrevistas concedidas por Aline Helena de Melo, gestora ambiental do IEF; Amanda Sousa Pereira da Costa, gestora ambiental do IEF e Francisca de Paula Martins, gestora ambiental do IEF :

O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste? Eu acho super interessante, tá passando da hora de ter uma roteirização, trazer o turista pro lado de cá (MELO, Aline Helena, 2014).

[...]Importante. Muito importante. Já começando das principais rodovias indicando o trajeto correto. (COSTA, Amanda Sousa Pereira da, 2014).

[...]Se existisse, teria uma melhor compreensão do que se trata até quando se recebe um turista. O que eu penso é vai ter uma organização do trajeto e você vai ganhar tempo. (MARTINS, Francisca de Paula, 2014).

Quanto à desaprovação da proposta de sinalizar os quatro pontos de memória, cita-se a entrevista concedida pela fazendeira Maria Cristina de Carvalho Borges (2014), que discorda para evitar visitação em área particular, por razão de segurança.

[...] Acho que não existe não, mas na minha opinião, eu não gostaria de ter não (BORGES, Maria Cristina Carvalho, 2014).

Entende-se a desaprovação apontada pela fazendeira Maria Cristina de Carvalho Borges (2014), porque assim como o território do ecomuseu necessita de proteção contra vandalismo, também os elementos naturais existentes em propriedades particulares são passíveis de ações predatórias, demandando apoio do governo em relação à salvaguarda dos bens

arqueológicos e espeleológicos, no entanto o governo mineiro não tem planos de apoio a esses locais.

5 Design e sinalização no Ecomuseu do Carste

Os conceitos tratados nessa dissertação formam uma relação de conhecimento em busca de reflexões, discussões, hipóteses e possíveis respostas sobre a aplicação do Design da Informação a ecomuseus.

Ao passarmos por temas conectados como a Nova Museologia, território, paisagem cultural e identidade, podemos discutir sobre o espaço produzido pela comunidade do Mocambeiro; a maneira como atores transformam a comunidade do Mocambeiro num ecomuseu comunitário; a necessária apropriação do espaço do Ecomuseu do Carste de Minas Gerais para a futura construção da sede física deste ecomuseu; e ainda sobre as interações, produções e relações implicadas em sua territorialização. São discussões complexas e necessárias para se elaborar o *briefing* da sinalização.

Há que se considerar também que este Ecomuseu Comunitário localiza-se em um grande território cárstico, da APA Carste Lagoa Santa, onde há um importante patrimônio natural a ser preservado e protegido: o acervo arqueológico (por exemplo, as figurações rupestres) e o acervo espeleológico (as cavernas, grutas e lapas onde moraram povos pré-históricos).

O desafio do Design da Informação, nesta dissertação, é grande: articular as necessidades de sinalização do patrimônio cultural com as necessidades de sinalização do patrimônio natural. Optou-se por recortar amostragens mais focadas. Assim, o *briefing* contém indicativos de sinalização de três pontos de memória do ecomuseu: Vargem da Pedra, Cerca Grande, Jaguará e Festa do Rosário, que serão descritas detalhadamente a seguir.

As propostas para as situações específicas analisadas, estudadas, esquematizadas e desenhadas referem-se à implementação de sinalização coerente e à discussão da importância do Design da Informação para reaproximar um acervo natural (o relevo cárstico) à população local do Mocambeiro, e ainda facilitar a visita externa.

O Ecomuseu do Carste de Minas Gerais (Mocambeiro)

De acordo com Vasconcelos (2000), o povoado que foi denominado Matozinhos iniciou-se ao redor da Capela do Senhor Bom Jesus, que foi edificada no local da descoberta de uma imagem do santo, entre ruínas de um antigo acampamento. O Senhor Bom Jesus passou então a ser o padroeiro do lugar e, até hoje, multidões de fiéis fazem romaria à cidade, no mês de setembro.

Em 23 de agosto de 1823 o povoado foi elevado à categoria de freguesia, com o nome de "Freguesia do Senhor Bom Jesus de Matozinhos", e, até 1943, pertenceu sucessivamente a Sabará, Santa Luzia e Pedro Leopoldo. Em 1º de janeiro de 1944 foi elevado a município, com nome de Matozinhos, sendo designado como Sede de Comarca em junho de 1955 (VASCONCELOS, 2000):

Segundo historiadores, sua formação se deu por volta de 1.774, século XVIII. Quanto ao nome (Matozinhos), está relacionado a pequenos matos, isto face a vegetação rasteira que existia na região quando fundada.²⁵

Matozinhos está situado em um planalto, por isso, o aspecto geral do seu território é montanhoso, sendo o Pico da Roseira seu ponto mais elevado, com 1.011 metros de altitude. Outras atrações compõem o cenário turístico de Matozinhos. A formação de rocha calcária revela a grande riqueza arqueológica e espeleológica da região, onde se destacam as grutas "Cerca Grande", "Poções" e "Ballet", sendo que nesta última encontra-se o painel de pintura rupestre denominado "Ritual de Fecundidade" (VASCONCELOS, 2000) (Figura 14).²⁶

²⁵ VASCONCELOS, Antônio Filho. Monografia de Matozinhos. *Retrato de corpo e alma*. Matozinhos, publicação independente, 2000, página 10.

²⁶ Os Grafismos do período histórico, p. 55 (PROUS, André; BAETA, Alenice. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger*.) A visão que se tem dos conjuntos rupestres é de seu aspecto natural, ou seja, do que ainda é preservado e visível que, à primeira vista, apresenta-se como um único conjunto; no entanto, faz-se necessário buscar observar aspectos que revelem a sucessão dos momentos picturais e as suas possíveis relações. Tudo indica que cada pintor, ao acrescentar suas pinturas em uma parede já pintada, interpretava as de seus antecessores. Em muitas situações fica nítida a inserção destes elementos de forma interativa com os anteriores.

Construções antigas como as da igrejinha de São José, construída em arquitetura colonial, no século XVIII, são também relíquias da cidade. Referência especial merece a Fazenda da Jaguará, sede do chamado "Vínculo da Jaguará", que se constituiu em importante estabelecimento rural do período colonial (SCMMG - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Matozinhos)²⁷.



**FIGURA 14 - Pintura rupestre "Ritual de Fecundidade".
Fonte: PROUS e BAETA, 2003, p. 71.**

A figura 14 mostra pintura rupestre na Gruta Ballet, que não faz parte dos quatro elementos a serem sinalizados na proposta desta dissertação. Na figura 15 mostra-se o monumento natural Cerca Grande, que também contém algumas pinturas rupestres, provavelmente de períodos diferentes. A primeira imagem (figura 14), localizada na região de Poções, mostra uma pintura rupestre representando um ritual de fecundidade, segundo fonte pesquisada.

Na figura 15, encontra-se em um paredão de rocha calcária, localizado a 10 km do centro de Mocambeiro, contendo diversos painéis e grutas nas mais diversas alturas, com pinturas rupestres representando grupos de animais e humanos, em movimento, mostrando a execução de tarefas cotidianas e de rituais diversos, e também figuras antropomorfas (PROUS; BAETA, 2003).

²⁷ Informação verbal recebida no órgão local.



FIGURA 15 - Monumento Estadual Cerca Grande, 2014. Fonte: acervo do autor.

A criação do Ecomuseu, pela Lei nº 1.800, de 16 de Setembro de 2003,²⁸ teve como objetivo primeiro o desenvolvimento de ações para realização de intercâmbio entre o patrimônio local e a comunidade. Em um segundo momento, ressignificar, desvendar para comunidade os locais de seu passado e o notável patrimônio edificado que os cerca, ao propor ações que estimulem a educação patrimonial e a visitação turística da região, por meio de acordos e programas de incentivo envolvendo os proprietários detentores do patrimônio histórico edificado. Para finalizar, pensou-se em favorecer a construção coletiva de uma consciência ambiental no distrito, desempenhando um papel educador que poderia desenhar políticas e estratégias para alcançar esses objetivos.

Considerando que um ecomuseu constitui-se do território, patrimônio (material e imaterial) e da comunidade, seguidora dos princípios do conhecimento, da convivência, da preservação do ambiente e da conservação da identidade expressa em tradições e hábitos, trata-se de um projeto de gestão integrada entre bens naturais e culturais dessa comunidade.

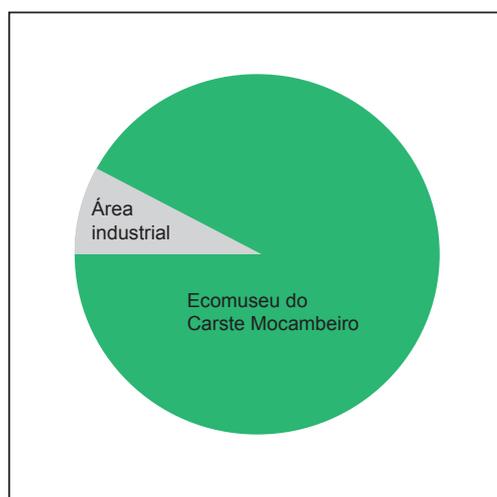
O Ecomuseu do Carste ocupa uma área de 65% do município, sendo que os 35% restantes são de seu parque industrial e produção agrícola. A área total é de 253.000 km². A população, em sua maioria, é formada por cidadãos migrantes que, ao longo das últimas décadas, vieram para o município em

²⁸ Ibid., 2003

busca de trabalho e lá se instalaram (SCMMG - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Matozinhos).

É uma região que recebe considerável número de turistas durante o ano, tem uma população habituada a esse ritmo e aberta a melhorias. Festas tradicionais da cultura local, além do conhecido patrimônio natural, são fatores que contribuem para um movimento turístico e cultural (SCMMG - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Matozinhos). Segundo o IBGE²⁹, 2013, o atual número de habitantes é de 36.031.

GRÁFICO 1 – Área do Município de Matozinhos, que tem 65% de sua área/km², ocupado pelo Ecomuseu do Carste Mocambeiro, restando 35% à área industrial.



Fonte: Elaborado pelo autor.

²⁹ Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio 2014.

características de determinada pintura ou grafismo rupestre, presente no elemento natural em questão.

O mapa da região urbana do distrito de Mocamboeiro traz nomes de ruas, indicação da ADAO (Associação para o Desenvolvimento das Artes e Ofícios), cinco elementos naturais do Ecomuseu e acesso a outras localidades, que na realidade ainda não estão presentes fisicamente como sinalização informativa ou indicativa corretas no local.

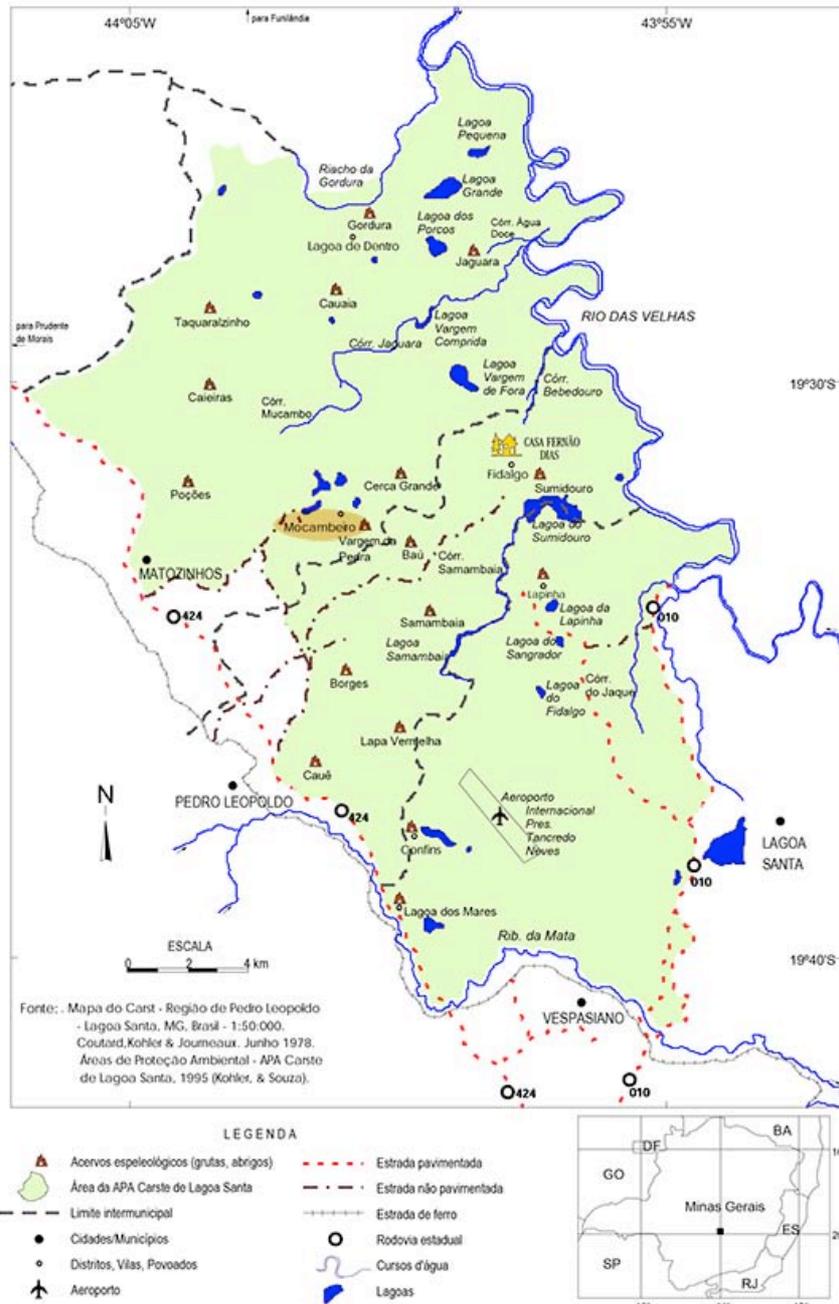


FIGURA 17- Mapa da região APA Carste Lagoa Santa. Fonte: ADAO Mocamboeiro, 2014.

A Fig.17 representa o Mapa da região APA Carste Lagoa Santa, indicando a localização de cidades, municípios, distritos, vilas e povoados, assim com estradas, rodovias e lagoas regionais e acervos espeleológicos, com suas grutas e abrigos.

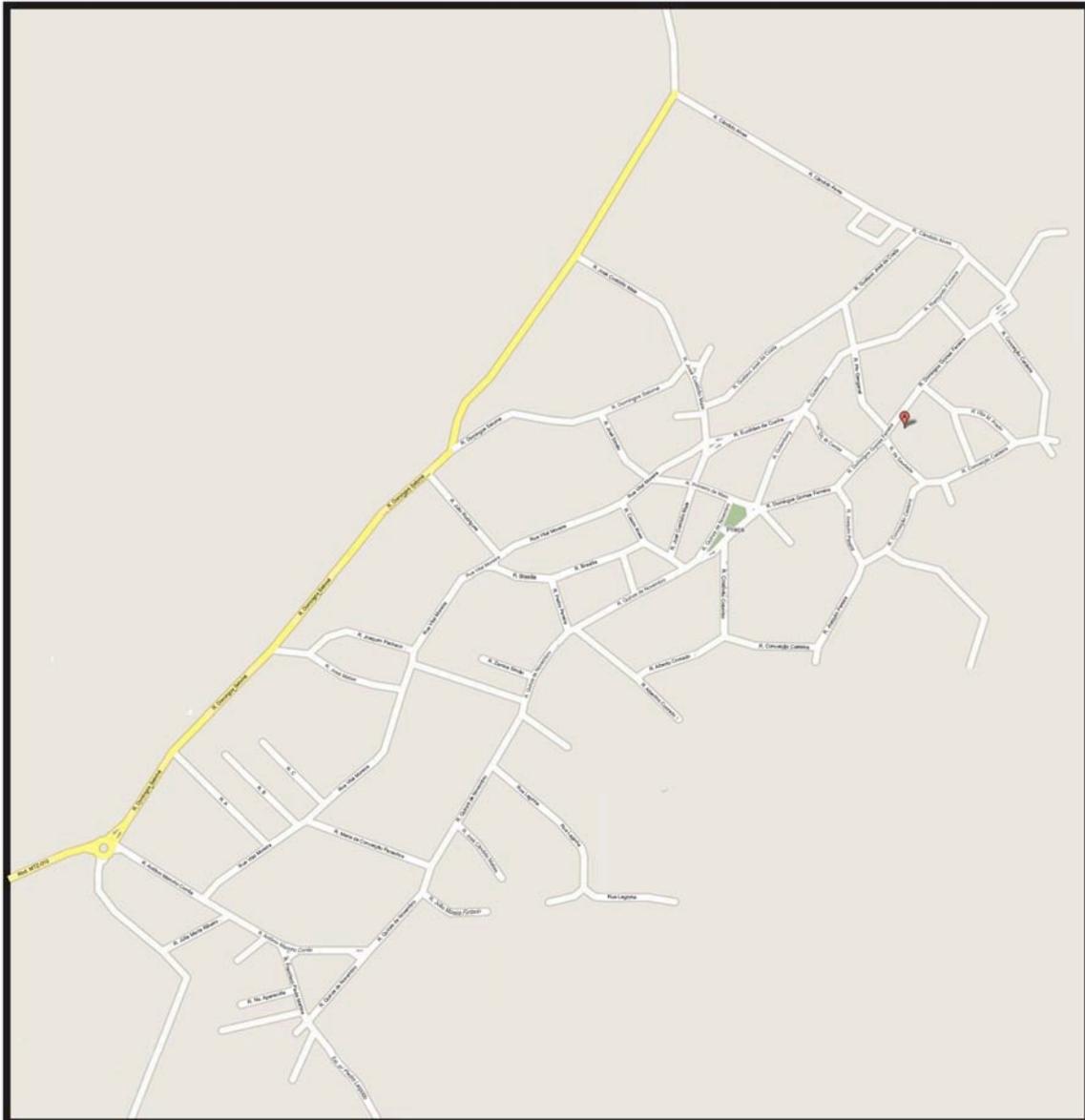


FIGURA 18 - Mapa da região de Mocambeiro e vias de acesso.
Fonte: ADAO Mocambeiro, 2014.

O mapa da região representado na Fig. 18 mostra os nomes das ruas e avenidas da região urbana do distrito, além da rodovia municipal de acesso à capital mineira.

5.1 O ecomuseu como patrimônio e a sinalização turística

O patrimônio cultural tem razão de ser pela sociedade que reflete, sua relevância e notabilidade, e abrange bens de natureza material – Núcleos Históricos, Conjuntos Arquitetônicos e Urbanísticos, Conjuntos Paisagísticos, Bens Imóveis e Bens Móveis – ou imaterial, públicos ou privados. Seu conceito atual vai além dos critérios de excepcionalidade e monumentalidade, inicialmente preconizados no emblemático Decreto-Lei nº 25 de 1937, ampliando inclusive os instrumentos de proteção, conforme está exposto no artigo 216 da Constituição Federal e artigo 158 da Lei Orgânica do Município.

Os principais motivos de visitação do Ecomuseu de Mocamboeiro são sua localização e a divulgação boca-a-boca dos elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande, Poções, Fazenda da Jaguará. São pontos valorizados e conhecidos por pequena parcela da população local, gestores e moradores mais envolvidos com a comunidade como um todo. A maior parte da comunidade, contudo, ainda não compreende o significado do patrimônio local.

O perfil de visitantes encontrado durante os dois anos de visitação e pesquisa é diverso, de ex-moradores a migrantes de Minas Gerais ou de outros estados, cidadãos com as mais diversas formações e objetivos, como lazer, turismo, e pesquisa. A visitação é frequente nas datas de festas populares e religiosas comemorativas e também nas convencionais, como as festas de fim de ano e o aniversário do distrito.

O fácil acesso a atrativos turísticos ou públicos será garantido pela metodologia adotada para sinalização, que tanto em áreas urbanas quanto em áreas de proteção ambiental segue os mesmos princípios fundamentais.

Para o melhor funcionamento de uma sinalização criada e implantada, consideram-se os princípios da legalidade, padronização, visibilidade, legibilidade, integridade dos monumentos, suficiência nas mensagens, coerência, atualidade, valorização das informações, assim como a sua manutenção e conservação.

Assim como em outras situações de orientação, a sinalização de um museu a céu aberto, de um ecomuseu, deve ser configurada como parte do sistema de sinalização de trânsito. Dessa maneira, perseguem-se os objetivos que promovam a eficiência e a segurança para os usuários das vias urbanas

ou rurais, pedestres ou em veículos automotivos. A sinalização eficiente orienta os usuários no direcionamento e alcance dos destinos desejados.

Os exemplos de padronização estudados para a circulação de pedestres enfocam os sítios protegidos pela legislação de patrimônio cultural, conforme sua complexidade e limites quanto a chance de intervenção, assim como a sugestão de aplicação em outros locais de interesse público.

O uso de um sistema de sinalização em áreas externas com grande trânsito de público é considerada uma forma democrática e eficiente na transmissão de informações a serem interpretadas. A padronização da sinalização considera critérios que objetivem a garantir sua imediata identificação e apreensão das mensagens veiculadas (EMBRATUR, 2001).

5.2 Análise da sinalização do Mocambeiro

De acordo com os parâmetros indicados por órgãos responsáveis, sinalização é a comunicação efetuada através de um conjunto de placas implantadas em série ao longo de determinado trajeto, que portam mensagens escritas de maneira ordenada, além de pictogramas e setas direcionais (EMBRATUR, 2001).

A sinalização atual em Mocambeiro é falha e incoerente. A falta de legislação local, organização, sequência lógica, padronização das informações e a ausência mesma de placas onde estas seriam primordiais contribuem para tal situação.

Desde a rodovia MG 424, entre Belo Horizonte e o município de Matozinhos, que leva ao distrito de Mocambeiro, encontram-se situações graves. A Fig. 19 mostra uma placa de identificação de distância afixada em terreno de relevo irregular, não preparado para sua instalação, dificultando a conservação e visualização da mesma. A diagramação – nesse caso o tamanho das letras e o espaço nas bordas – também deixa a desejar, se considerarmos que essa mensagem deve ser compreendida por um condutor ou passageiro de veículo automotivo a certa velocidade.



FIGURA 19 – Placa indicativa de distância Haras Sahara (Salim Matar).
Fonte: acervo do autor.

A partir da Fig. 20, tem-se uma sequência de três imagens feitas durante a pesquisa, entre julho de 2013 e agosto de 2014. Mostram-se duas soluções improvisadas de sinalização como, na figura abaixo, uma placa produzida por um morador do distrito, na tentativa de informar questões de preservação do patrimônio natural local. A placa foi produzida com material inadequado e frágil, tamanho de caracteres não adequado, usou-se implementos como a lona plástica em cores não indicadas pelas determinações e órgãos legais, e um tipo de suporte inapropriado. Nessa figura ainda apresenta-se um caso de depredação de patrimônio local, com a sobreposição de palavras apelativas, tornado a mensagem alterada e sem sentido.



FIGURA 20 – Placa improvisada de Monumento Externo - Vargem da Pedra/Ecomuseu do Carste Mocambeiro. Fonte: acervo do autor.

A Fig. 20 mostra uma placa improvisada e afixada, em meados de julho de 2013, em frente ao Elemento Natural Estadual Vargem da Pedra, na região central do distrito. Percebemos, no início da pesquisa, que o elemento era bastante visitado pelos moradores ou turistas, talvez devido ao fato de a placa ser bem visível a distância, apesar de não trazer identificação correta.



Figura 21 – Placa improvisada IEF – Vargem da Pedra/Ecomuseu do Carste.
Fonte: acervo do autor.

A Fig. 21 mostra uma segunda placa improvisada, por volta de novembro de 2013, que traz a assinatura do Instituto Estadual de Florestas mas provavelmente foi produzida por algum funcionário ou morador intencionado em alertar a respeito dos cuidados com o meio ambiente.

A Fig. 22 traz uma placa que parece ter sido feita por órgãos locais, sendo esta a última placa afixada depois do primeiro ano de minha pesquisa e discussão com integrantes da comunidade a respeito dos benefícios da sinalização adequada. Nesse caso, procurou-se seguir indicação de cores de atrativos turísticos naturais e um suporte tanto na fixação quanto na área das informações, em material um pouco mais resistente.



Figura 22 – Placa de área tombada. Vargem da Pedra/Ecomuseu do Carste Mocambeiro.
Fonte: acervo do autor.

É urgente a implantação de melhorias para que essa região seja mais conhecida e visitada por todo tipo de público, de estudantes de séries iniciais a pesquisadores, dessa forma auxiliando na geração de novos serviços para a comunidade regional e na valorização da cultura local, das festas populares e outras tradições do distrito.

Contudo, por outro lado temos a resistência de políticos e proprietários de terrenos que abrangem alguns elementos naturais em promover a visitação. Esse fato pôde ser confirmado numa das últimas entrevistas com a proprietária/herdeira da uma fazenda que abriga o elemento natural Poções, onde se encontra a pintura rupestre “Dança do acasalamento”.

A exemplo da figura 22 acima, percebe-se que alguns critérios como qualidade de material, posicionamento, cores normativas já começam a ser considerados.

No caso de placas externas de monumento, devem ser afixadas na fachada do mesmo, como exemplo acima. No elemento natural Vargem da Pedra, se houvesse uma placa interna confeccionada e instalada, a mesma não deveria interferir no bem cultural. O ideal é que contenha informações sobre o mesmo. Sempre que possível deve ser ilustrada para possibilitar uma interpretação mais fácil (EMBRATUR, 2001).

Observa-se também que o local escolhido para instalação foi uma adequação adotada pelo IEF e o Governo do Estado.³⁰ É o limite entre o perímetro urbano e uma propriedade particular, questão que percebeu-se em todos os elementos visitados durante a pesquisa.

A Fig. 23, mostra uma improvisação de placa indicativa, instalada num trecho entre os elementos naturais Vargem da Pedra e Fazenda da Jaguará, onde constatam-se dois tipos de erro. O primeiro com relação à falta de sistematização e continuidade de uma sinalização turística e o outro, não menos grave, a respeito da falta de estudo, planejamento da distribuição, diagramação e clareza de informação.

³⁰ Informação disponibilizada por Francisca Martins, moradora de Mocambeiro, no dia 19/5/15.



FIGURA 23 – Placa indicativa de direção improvisada. Interseção perímetro urbano e propriedades particulares/Ecomuseu do Carste Mocambeiro. Fonte: acervo do autor.

A Fig. 24 aponta outra provável improvisação de moradores da comunidade ou guias do IEF em busca de informar ao visitante qual sentido seguir para se chegar ao elemento Cerca Grande, um dos mais extensos deste Ecomuseu.



FIGURA 24 – Placa direcional improvisada/Placa interpretativa – Cerca Grande/Ecomuseu do Carste Mocambeiro. Fonte: acervo do autor.

A placa é totalmente improvisada e aleatória por diversos motivos. O primeiro, por não fazer parte de nenhum planejamento de projeto de sinalização coerente, que seguisse a legislação; o segundo, pelo tipo de material utilizado, de baixa resistência; o terceiro, imprecisão, falta de informação e localização específica.

A figura 25 mostra uma placa indicativa de direção ou sentido, no caso, para Belo Horizonte. Nesse tipo de orientação, são usados quatro tipos de placas com setas direcionais. O primeiro, pré-sinalização, na aproximação de uma interseção. Ainda na aproximação usa-se o segundo tipo de placa, a confirmação de saída. O terceiro tipo de placa, de confirmação, é usado conforme o local, para identificar atrativos ao longo da via sinalizada. O último tipo refere-se à posição na pista.



FIGURA 25 – Placa indicativa de direção ou sentido. Região urbana /Ecomuseu do Carste Mocambeiro sentido Belo Horizonte. Fonte: acervo do autor.

Observa-se que a placa indicativa de direção ou sentido em questão também apresenta erros descritos anteriormente como aplicação de cores, diagramação, mensagem pouco objetiva e desconexa em relação ao contexto.

Na Fig. 26 vemos uma placa de pré-sinalização urbana, uma placa de rotatória, localizada na avenida principal de Mocambeiro, com posicionamento, materiais, visibilidade e posicionamento a serem verificados.



FIGURA 26 – Placa indicativa de rotatória – avenida principal na região urbana do Mocambeiro. Fonte: acervo do autor.

5.3 Briefing para um projeto de sinalização do Ecomuseu do Carste

O roteiro aqui adotado observa os seguintes itens: Objetivos da sinalização; A quem a sinalização atende; Por que é necessário sinalizar o ecomuseu; O que se pretende com a sinalização de Vargem da Pedra, Cerca Grande, Jaguará e a Festa do Rosário; Utilização da sinalização; Localização geográfica dos três elementos a serem sinalizados; Cliente da sinalização; Indicação de produtos a serem desenvolvidos posteriormente; Estilo a ser adotado na sinalização; Orçamento; Instruções específicas; Prazo. O desenvolvimento integral de cada item deste *briefing* apresenta-se a seguir.

Objetivos da sinalização

A Sinalização de Orientação Turística proposta será um conjunto de placas, painéis e objetos tridimensionais inspirados nas pinturas rupestres e na Festa do Rosário, cujo objetivo é fornecer aos pedestres ou motoristas que circulam no ecomuseu uma “rota de navegação”, ou seja, um modo facilmente identificável de se deslocar nos quatro elementos (Vargem da Pedra, Cerca Grande e Jaguará e Festa do Rosário), com informações precisas e que forneçam ao visitante a compreensão da relação entre esses quatro elementos, fortalecidos e destacados pelo design e sua inserção no ecomuseu.

Portanto, os objetivos específicos dessa sinalização são:

- definir o conjunto de placas, painéis e objetos tridimensionais;
- fornecer aos visitantes uma rota de navegação facilmente identificável;
- informar precisamente a ligação dos três elementos e sua posição no ecomuseu.

A quem a sinalização atende

A Sinalização de Orientação Turística deve atender tanto aos moradores dessa comunidade quanto aos pedestres, aos condutores de veículos automotivos, orientando e atentando para o respeito ao patrimônio cultural do Ecomuseu do Carste de Minas Gerais.

Por que é necessário sinalizar o ecomuseu

A sinalização neste ecomuseu através das ferramentas e inserção do design no fortalecimento da identidade local e cidadania é necessária para corrigir os pontos fracos da atual sinalização do Mocambeiro. É preciso garantir a aplicação da legislação; melhorar a organização; sinalizar de acordo com uma sequência lógica; manter a padronização das informações e estudar bem os pontos físicos dos locais onde as placas serão primordiais para melhorar a comunicação do ecomuseu com seu público visitante.

O que se pretende com a sinalização de Vargem da Pedra, Cerca Grande e Jaguara e a Festa do Rosário.

A sinalização de Vargem da Pedra, Cerca Grande, Jaguara e a Festa do Rosário pretende organizar as rotas de deslocamento do público visitante do ecomuseu no trajeto entre esses quatro elementos.

A intenção é que as informações que figuram nas placas, painéis e elementos tridimensionais sejam facilmente identificáveis e contribuam para proteger e fortalecer o patrimônio cultural e natural do ecomuseu.

Utilização da sinalização

Essa sinalização é utilizada para informar sobre o patrimônio natural e cultural do ecomuseu.

É necessário ter clareza de que o patrimônio deste ecomuseu engloba não só manifestações materiais como também manifestações imateriais. Dentre as manifestações materiais naturais, de valor arqueológico, optou-se, nesta dissertação, por sinalizar os monumentos naturais de Vargem da Pedra e Cerca Grande.

Quanto a elementos culturais e etnográficos do patrimônio cultural do museu, optou-se, nestre trabalho, por indicar a sinalização da Jaguara e de festas de origem africana como o Camdombe, a Folia de Reis, as festas do Rosário.

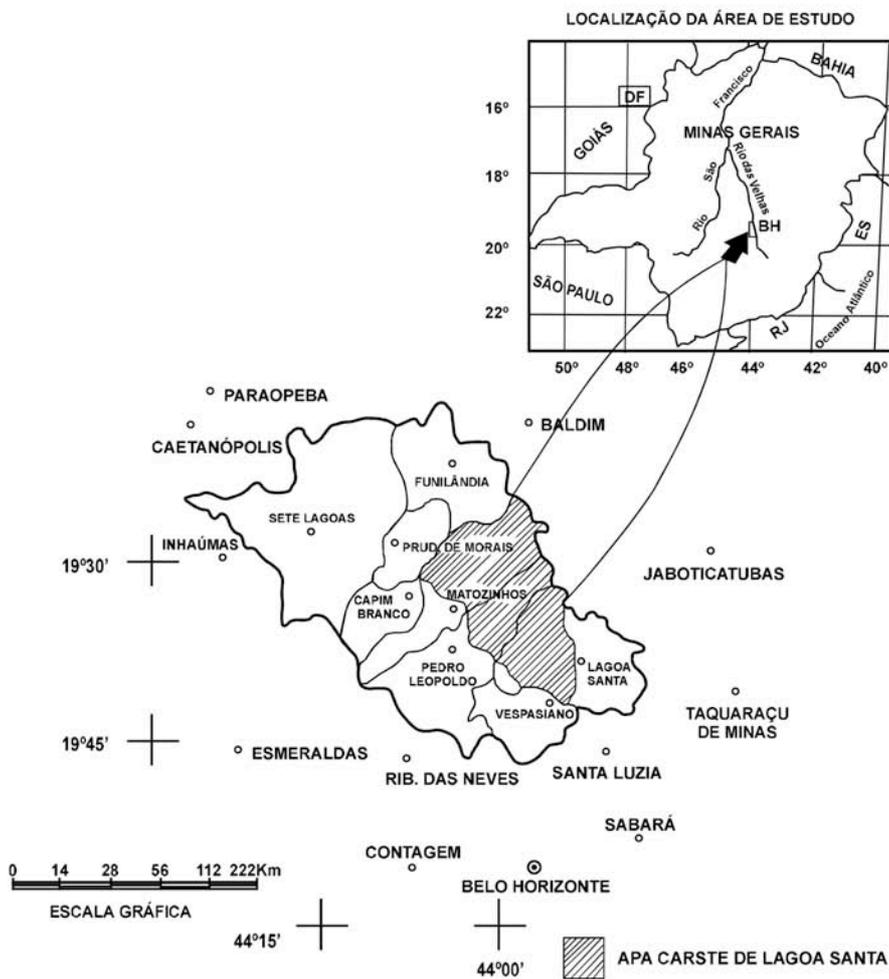
A Comunidade do Mocambeiro, devido a sua origem quilombola, é detentora de identidade que expressa nos seus costumes, culinária, narrativas e lendas. Essas tradições, transmitidas oralmente de geração em geração, são parte do patrimônio imaterial cultural, que merece ser valorizado e preservado.

Portanto, a utilização da sinalização deste ecomuseu tem dupla finalidade: sinalizar os monumentos naturais para ajudar o visitante a se deslocar no ecomuseu e também reforçar a identidade cultural da comunidade habitante do território do seu território.

Localização geográfica dos três elementos a serem sinalizados

Aponta-se que a localização³¹ geográfica e distância entre os três elementos naturais desse estudo tendo a região central de Mocambeiro, é de respectivamente Vargem da Pedra 1 km; Cerca Grande 10km e Fazenda da Jaguará 19km.

Zoneamento Ambiental da APA Carste de Lagoa Santa - MG



³¹ Fonte pesquisada em AGO 2015:
<http://www.cprm.gov.br/gestao/apacarste/Zoneamento%20Ambiental%20Apa%20Carste%20Lagoa%20Santa.pdf>

FIGURA 27 – Mapa da localização geográfica dos três elementos da pesquisa. Fonte: www.cprm.gov.br.

Cliente da sinalização

Moradores do Ecomuseu do Carste de Minas Gerais e o público visitante.

Indicação de produtos a serem desenvolvidos posteriormente

a) Placa ou painel: A sinalização mais comum de entendimento é geralmente a placa ou painel, onde gravam-se informações e ilustrações a respeito do local visitado. Apesar de ser o modo mais usual de interpretação adotado, acaba sendo muito mal utilizado (ALBANO, MURTA, 2005).

Em primeiro lugar, é necessária uma avaliação da eficiência das intervenções feitas em lugares turísticos, como por exemplo ao considerar que o painel ou placa deve valorizar a experiência vivenciada pelo visitante no local.

Deve-se, ainda, atentar ao realce e desempenho do painel, ou placa, que contribuirá ou não à experiência do visitante no lugar. É preciso considerar sua eficácia com relação à compreensão e por um visitante recém-chegado (ALBANO, MURTA, 2005).

São importantes os painéis que situam o usuário no local, do tipo “Você está aqui.” Segundo Goodey (2005)³²,

...os painéis podem fornecer ao visitante uma rota de navegação dentro de determinado local ou cidade turística, desde que se use uma sequência deles, facilmente identificáveis, e com informações que façam ligação entre cada um e todos os demais.

Com relação ao direcionamento dos visitantes, Goodey lembra que ao se usar uma placa ou painel referente a uma vista panorâmica, um mirante na estrada, por exemplo, ajuda-se o visitante na sua localização dentro de uma grande área. Uma série de placas pode direcionar o visitante para diversos pontos ou para um local determinado.

As informações de uma placa servem para concentrar a atenção do usuário a respeito de determinadas questões em seu entorno. Uma placa ou

³² MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio, um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.181.

painel bem projetado tem a capacidade de direcionar o olhar do visitante para camadas específicas ou áreas mais profundas, conforme o objetivo definido pelo projeto de design (ALBANO, MURTA, 2005).

Funções como ilustrações gráficas e histórias específicas, que podem fazer parte da cultura oral local, contribuem para atrair o olhar público na interpretação e identificação. O suporte painel também é responsável pela identificação de propriedade, de patrocínio e regulamentação vigente para visitação e usos do local. As responsabilidades e regras são fundamentais considerando-se o uso de recursos do design como tipos, cores e formas diferentes para suavizar qualquer impacto (ALBANO, MURTA, 2005).

b) Peças adicionais. Pensou-se em peças tridimensionais adicionais, complementares ao projeto, incluindo identidade do ecomuseu, mapas, com roteirização dos elementos naturais locais, objetos 3D a partir das pinturas rupestres existentes nos mesmos e/ou objetos complementares como aplicativos para mídias eletrônicas, que levariam o museu para fora do seu espaço, projetando-o para o exterior de seu território.

Estilo a ser adotado na sinalização

O estilo a ser adotado na sinalização do ecomuseu é o padrão da Embratur presente no Guia Brasileiro de Sinalização Turística (Brasília, 2001).

Nas etapas vivenciadas ao longo desta pesquisa, constatamos o quadro de ausência de sinalização coerente e funcional na região, e aqui reiteramos alguns aspectos fundamentais a serem considerados.

Com relação à estrutura das placas, estas devem ser divididas em duas áreas de cor, volume ou material diferentes, com exceção para placa de bronze, que se trata do selo de monumento nacional. Na faixa superior entrarão o título que identifica a família da placa e os logotipos das instituições responsáveis. Observa-se que, em placas de sinalização, não é permitido inserir nenhuma mensagem publicitária.

A respeito das cores utilizadas, na área da placa onde se dispõem as informações deve-se usar a cor bege na referência 155 da escala Pantone ou da composição CMYK, com texto na cor preta.

A faixa superior é marrom 4695 (referência escala Pantone ou composição CMYK), com título em bege. Lembra-se que cor e contraste são primordiais para que o texto seja legível, principalmente para pessoas com dificuldade visual.

Quanto à tipografia aplicada para títulos, subtítulos e capitulares usa-se a fonte Trajan que contém características específicas, sendo *light* ou condensada. Para o texto, lembra-se que deve ser dividido em colunas, para facilitar a leitura das placas interpretativas. Nas placas externas de monumento, que têm tamanho reduzido, o texto deve ser mostrado em um único bloco.

As placas podem conter mapas ou outras ilustrações que ajudam na compreensão dos textos e entendimento do entorno. Texturas e volumes deixam as ilustrações mais atraentes ao olhar, e, com a atual forma de reprodução eletrônica de alta resolução, têm-se maior qualidade.

Orçamento

Item a ser levantado futuramente.

Instruções específicas

- Realizar pesquisa sobre o quadro real da ausência de sinalização;
- Realizar pesquisa sobre as placas de mensagem e de publicidade existentes no Ecomuseu;
- Discutir com as autoridades responsáveis pelo Ecomuseu sobre as placas de mensagem e de publicidade, para definir quais dessas placas poderão permanecer e quais não mais serão autorizadas;
- Identificar os pontos críticos onde há necessidade de sinalização;
- Encontrar uma linguagem de comunicação coerente e funcional com a cultura da comunidade moradora da região;
- Organizar as placas de sinalização conforme a legislação e normas da Embratur;
- Listar as instituições responsáveis e certificar-se sobre quais delas terão seus logotipos nas placas de sinalização;

- Obedecer ao padrão de placas da Embratur (cores, informação, escala, composição, contraste, texto legível, tipografia etc.);
- Criar placas com mapas (obter mapas corretos em órgãos oficiais);
- Criar placas com ilustrações;
- Criar placas com textos escritos;
- Obedecer padrões técnicos de qualidade de reprodução eletrônica de alta resolução;
- Entre outras.

Prazo

O prazo para o projeto da sinalização e sua execução deve ser calculado de forma a garantir a maior qualidade das placas, dos mapas, das outras ilustrações e dos textos que ajudam na compreensão da informação.

5.4 Desdobramentos do projeto de sinalização

Peças adicionais, complementares ao projeto, podem ser previstas com o intuito de reafirmar e fortalecer a identidade do ecomuseu nas mais diversas oportunidades. Como exemplo, podemos citar mapas, com roteirização dos elementos naturais locais, objetos 3D a partir das pinturas rupestres existentes nos mesmos e/ou objetos complementares como aplicativos para mídias eletrônicas que levariam o museu para fora do seu espaço, projetando-o para fora de seu território.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho de pesquisa surgiu dos primeiros estudos em Museologia e da experiência docente neste campo. Esses estudos despertaram o meu interesse em aprofundar o conhecimento acerca do conceito dos ecomuseus e a relação destes espaços com as localidades em que estão inseridos. Nesse sentido, o design foi tomado como elemento mediador, associado aos conceitos de território, para pensar as relações possíveis entre o ecomuseu, o seu contexto local, social, cultural e econômico.

A dissertação foi fruto da análise da sinalização do Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, no Mocambeiro (Matozinhos, MG), tendo como referência os debates teóricos sobre o que sejam museus, ecomuseus e a importância do Design da Informação como ferramenta para o aprimoramento da comunicação visual daquele espaço, preservando a identidade cultural.

Uma primeira visita ao Ecomuseu do Carste descortinou um vasto campo de trabalho. As explorações iniciais apontaram diferentes caminhos e possibilidades de pesquisa e intervenção do design. Inicialmente, analisamos a interação do Ecomuseu com o território pela perspectiva do Design da Informação e da sinalização, no intuito de propor um projeto que proporcionasse aos visitantes facilidades de deslocamento e identificação. No decorrer da pesquisa, ficou evidente o desconhecimento do Ecomuseu por parte dos próprios moradores da comunidade. Essa descoberta agregou novos elementos e redirecionou o projeto em busca de soluções que interagissem também, e principalmente, com a população local, valorizando os aspectos culturais e identitários do território.

O objetivo central foi analisar a sinalização existente no Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, usando a ferramenta do Design da Informação, no âmbito do campo de conhecimento do Design Gráfico, com vistas a subsidiar futuro projeto de sinalização que primasse pelo respeito e valorização da identidade e cultura local.

A sinalização e a orientação encontradas nesse ecomuseu foram questionadas em relação ao tipo, à localização e à nomenclatura dos elementos naturais específicos, quais sejam, Elemento Natural Cerca Grande, Elemento Natural Vargem da Pedra, o local conhecido como Experiência da

Jaguara e a Festa do Rosário. O Design Gráfico foi colocado em relação com as características desse ambiente natural e com o patrimônio cultural para proporcionar a melhor divulgação e representação de informações primordiais de deslocamento na visita ao Ecomuseu do Carste de Minas Gerais.

A introdução deste trabalho apresentou os principais conceitos-chave que fundamentaram todo o trabalho de pesquisa e a revisão da literatura apresentou os conceitos de território, identidade cultural e paisagem local, associados à abordagem histórica dos museus, trazendo os novos conceitos no campo da museologia, incluindo-se, aí, o de ecomuseu.

Como metodologia de estudo, primeiro utilizou-se a análise da sinalização existente, tendo como referência os teóricos de museus, considerando-se a importância do Design da Informação para aprimorar a comunicação visual do ecomuseu em estudo. Em seguida, questionou-se o modo como atualmente se indica a localização e nomenclatura dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, com base nos conceitos do Design Gráfico e do Design da Informação.

Conhecer o ponto de vista da comunidade, por meio das conversas e entrevistas, foi de extrema importância e trouxe bastante contribuição ao longo do estudo.

Finalmente, a pesquisa culminou com a abordagem do design e da sinalização no Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, que abriram discussões e questionamentos em busca de melhorias na disponibilização de informações.

A análise que se pode fazer a partir de todos os dados levantados e pesquisados, fundamentados pela base teórica exposta, foi a necessidade de implementação de soluções de design com relação ao problema apontado. Assim, foi proposto o roteiro de *briefing* aqui desenvolvido, considerando-se itens importantes para a delimitação e solução do problema.

A partir dos dados levantados, podemos dizer que as relações entre os ecomuseus e o seu entorno, de um modo geral, precisam ser construídas com a população local, resguardando a memória, a identidade e os aspectos culturais locais. Sobretudo, os ecomuseus devem ser pensados como espaços culturais e educativos tanto para a população local como para a de outras localidades.

Além disso, trabalhar o reconhecimento do ecomuseu como um valor local abre possibilidades de fomentar o desenvolvimento econômico da região. Nessa perspectiva, o design pode ter papel fundamental em seu papel mediador, capaz de comunicar, difundir os valores territoriais oriundos do próprio ecomuseu.

Como possibilidades de ampliação e desdobramento do trabalho desta pesquisa, foram observados outros pontos relevantes a serem aprofundados, que não couberam nessa proposta e contudo merecem atenção em novas pesquisas. Como exemplos, podemos citar estudos de identidade e território em relação à produção artesanal local, a gastronomia, as festas religiosas, e todos os atrativos que complementam e podem reforçar os laços territoriais e incrementar os projetos de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas: 2004.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1995. Disponível em: www.scielo.br/PDF/ANAISSMP/V3_n1/a_19_v_3_n1.PDF>. Acesso em: mar. 2013.

BARBOSA, Ana Mae. Museus ontem e hoje. In: SISEM-SP-Sistema Estadual de Museus de São Paulo. *Museus: O que são, para que servem?* São Paulo: Editora Brodowski, 2011.

BITTENCOURT, José Neves. MHBH, MHAB, MhAB: O sítio da Fazenda Velha do Leitão, seus diversos prédios e seus museus, 1943 - 2000. In: PIMENTEL, Thais Velloso Cougo (Org.). *Reinventando o MHAB: O museu e seu novo lugar na cidade, 1993-2003*. Belo Horizonte: Editora Rona, 2003.

BRANDÃO, Carlos Roberto; LANDIM, Maria Isabel. Museus: o que são, para que servem? In: SISEM-SP-Sistema Estadual de Museus de São Paulo. *Museus: O que são, para que servem?* São Paulo: Editora Brodowski, 2011.

CAMPOS, D'olne Márcio; SOARES B B César; SCHEINER, T. C. *Sobre comunidades e museus: do gueto ao grupo social musealizado*. Rio de Janeiro, XI ENANCIB, 2010.

CAPITÃO, Marta Rodrigues. *Design de Informação, criação de um ambiente expositivo*. Dissertação, Instituto Politécnico de Lisboa, p. 7-31, 2013.

CARVALHO, Marília de Fátima Dutra de Ávila; MOTTA, Frederico Patto Sá. Tópicos em Museologia 2: Ecomuseus. Apontamentos de aulas ministradas. Belo Horizonte: ED-UEMG, 2014.

CHAMMA, Norberto; PASTORELO D., Pedro. *Marcas & sinalização: práticas em design corporativo*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

CURY, Marília Xavier. Museu em Transição. In: SISEM-SP-Sistema Estadual de Museus de São Paulo. *Museus: O que são, para que servem?* São Paulo: Editora Brodowski, 2011.

DAVIS, Peter. *Ecomuseums: a sense of place*. New York: Leicester University Press, 1999.

DUARTE, Alice. *Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora*. Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação de Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS Unirio, 2013. <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239>>

- EMBRATUR. *Guia Brasileiro de sinalização turística*. Brasília, 2001.
- FABBRI, Angelica. Museus hoje: um panorama geral. In: SISEM-SP-Sistema Estadual de Museus de São Paulo. *Museus: O que são, para que servem?* São Paulo: Editora Brodowski, 2011.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- FILHO, Durval Lara. *Museu: de espelho do mundo a espaço relacional*. 2006. 139 páginas. Dissertação, Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2006.
- FILHO, João Gomes. *Ergonomia do objeto: sistema técnico de leitura ergonômica*. São Paulo: Editora Escrituras, 2003.
- FRUTIGER, Adrian. *A sinalização*. Sinais e símbolos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GIBSON, David. Sinalização. In: MILLMAN, Debbie. *Fundamentos Essenciais do Design Gráfico*. São Paulo: Rosari, 2012.
- GIRAUDY, D.; BOUILHET, H. *O museu e a vida*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1990.
- GUERREIRO, Maria Manuela. *O papel da cultura na gestão da marca das cidades*. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Mundos sociais: saberes e práticas. 4., 2008, Lisboa. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/191.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2010.
- ICOM (Org.). *Museum Definition*, 2007. Disponível em: <http://icom.museum/the_vision/museum_definition>. Acesso em: nov. 2015.
- JULIÃO, Letícia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. CORREA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny (Org.). In: *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- MANZINI, Ezio; MERONI, Anna. Design em Transformação. In: KRUCKEN, Lia. *Design e território: valorização de identidades e produtos locais*. São Paulo: Studio Nobel, 2009.
- MATTOS, Ione; MATTOS, Yára. *Abracaldabra: uma aventura afetivo-cognitiva na relação museu-educação*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2010.
- MATTOS Yára. *Ecomuseu, desenvolvimento social e turismo*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2006.

MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, L. Lúcia. *Cultura é patrimônio*. Um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. Crônica da revitalização de um museu público: Dez anos no MHAB. *In: PIMENTEL, Thais Velloso Cougo (Org.) Reinventando o MHAB: O museu e seu novo lugar na cidade 1993-2003*. Belo Horizonte, editora Rona, 2003.

POULOT, Dominique. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PROUS, André; BAETA, Alenice. O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos, conhecer para proteger. Belo Horizonte, 2003.

RIVIÈRE, Georges-Henri. *La museología: Curso de museología. Textos y testimonios*. Tradução: Antón Rodríguez Casal. Coleção Arte e Estética, nº 30. Madrid: Edições Akal, 1993.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. *In: CORREA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny (orgs.) Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TRINDADE, Cônego Raimundo, 1940. Notícia sobre o Vínculo do Jaguará contada pelo Padre João de Santo Antônio, 1864. *In: Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. p. 135- 136.

Disponível em:

https://archive.org/stream/instituicoesdeig00trin/instituicoesdeig00trin_djvu.txt
Acessado em 2014.

VARINE, Hughes de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VASCONCELOS, Antônio Filho. *Retrato de corpo e alma*. Monografia de Matozinhos. Matozinhos, publicação independente, 2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS

CEP 35720-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1.800 DE 16 DE SETEMBRO DE 2003

Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Ecomuseu de Mocambeiro e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Matozinhos aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Eco-museu de Mocambeiro, com intuito de preservar, revitalizar, reabilitar, promover e divulgar a memória, a ecologia e o patrimônio cultural, artístico, histórico, simbólico, etnográfico, turístico, paisagístico, ambiental, espeleológico, arqueológico, paleontológico, eco-biológico e hídrico do Distrito de Mocambeiro.

Art. 2º - O Ecomuseu de Mocambeiro é um museu territorial, aberto e tem como acervos principais as formações carstícas, as lagoas, as estruturas arquitetônicas rurais de interesse histórico, as tradições, os saberes, as celebrações e as formas de expressão presentes no Distrito de Mocambeiro, além de todo e qualquer objeto de natureza material ou imaterial agregado ao museu pela comunidade ou pelo poder público.

Art. 3º - O Ecomuseu de Mocambeiro terá como objetivo o seguinte:

- I- Desenvolver ações para realizar o intercâmbio entre o rico patrimônio arqueológico, paleontológico e espeleológico do Distrito de Mocambeiro e a população que o cerca, para esta se torne parceira e guardiã de sua riqueza natural, e dele usufrua incorporando-o a sua identidade;
- II- Desvendar para a comunidade de Mocambeiro os locais de seu passado e o notável patrimônio edificado que os cerca, propondo ações que estimulem a educação patrimonial e a visitação turística da região, através de acordos e programas de incentivo envolvendo os proprietários que detêm o patrimônio histórico edificado do local;
- III- Favorecer a construção coletiva de uma consciência ambiental no Distrito de Mocambeiro desempenhando um papel de educador e facilitador que poderá e deverá desenhar políticas e estratégias tendentes a alcançar



CARTA DE APROVAÇÃO

Parecer Nº 640.023

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (CEP/UEMG), reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), analisou o seguinte protocolo de pesquisa:

Título do projeto: Ecomuseu do Carste Mocambeiro: design e sustentabilidade na sinalização museal

Pesquisador Responsável: Frederico Patto Sa Motta

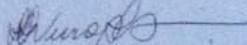
Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 28860914.0.0000.5525

Este projeto foi **APROVADO** em seus aspectos éticos e metodológicos de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução 196/96 e complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Pelo presente documento o pesquisador fica responsável pelo envio de relatórios (parcial e final) do referido projeto e fica estabelecido que toda e qualquer alteração no decorrer do desenvolvimento do projeto, deverá ser comunicada imediatamente a este Comitê e quaisquer modificações não poderão ser realizadas sem prévia verificação do CEP/UEMG.

DATA DA REUNIÃO DE APROVAÇÃO:

Belo Horizonte, 28 de Abril de 2013.


Lélia Lombardo Vieira Alves
Coordenadora do CEP/UEMG

Carta de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2013.

ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e novembro de 2014, utilizando-se a técnica de questionário de entrevista previamente concebida pelo autor. As categorias dos entrevistados apresentados na tabela 01 (página 28) foram: morador, especialista, professora, fazendeira, comerciante, profissional liberal, funcionário público e diversos.

1)Adma Aparecida da Silva

Subsecretária de Cultura e Turismo do município de Matozinhos

Nacionalidade Brasileira

Formação Professora

Capim Branco-MG

31/03/14

PERGUNTAS

1- O que você entende por ecomuseu?

Eu entendo por ecomuseu um conceito muito atual de museu, que envolve um território geográfico e todas as suas dinâmicas, com seus atores, sejam eles os moradores do entorno, os governantes que fazem a gestão desse espaço geográfico e as associações que estão envolvidas para o desenvolvimento desse espaço geográfico.

2- O que você entende por patrimônio natural?

Seria um conjunto de bens naturais relacionados a esse território, um território que possui os bens imateriais naturais que são formados pela natureza que a gente deve preservar mesmo pela expressão do tempo, pela ação do homem ou não ação do homem para preservar e dar continuidade a preservação.

3- O que você entende por elemento natural do Carste?

É um conjunto de grutas, abrigos e cavernas, 369 no total, classificadas por sua extensão, é uma espécie de território geológico

específico que tem características cársticas que são rochosas e também da vegetação típica da região.

4- Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Sim, agora maior. Tenho feito essas visitas quando possível, devido à minha gestão política com autorização do IEF.

5- Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Eu vi esse mapa no Museu Peter Lund, não em Matozinhos ainda.

6- Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Existe uma publicação, muito interessante sobre o ecomuseu pra divulgar o conceito, a lei de criação do Ecomuseu e os elementos que se encontram lá, as áreas de proteção, publicação feita pela ADAO, chamada *Ecomuseu de Mocambeiro*.

7- Se existe, o que chamou atenção e por quê?

É porque foi nessa que encontrei toda essa informação sobre o conceito de Ecomuseu, conceito que data da década de 70 em Paris, na França. Lá que encontrei a informação que existem 20 Ecomuseus no Brasil, então ele é ilustrativo em relação à riqueza arqueológica que temos lá e também as iniciativas que foram já realizadas e também as perspectivas de implantação de toda infraestrutura do Ecomuseu.

8- Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Não. O que tem, as informações que existem lá, pelo menos o que pude perceber quando fiz minhas visitas, foi placas indicativas do IEF, informando que ali era uma área de proteção ambiental e só isso. Mostra o nome do Parque Estadual, o número do decreto, apenas do *Elemento Natural Vargem da Pedra*. Tem que melhorar.

9- Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Não, nenhuma. Cada uma é de uma cor, indicam que é uma propriedade particular. Com relação ao interesse dos donos de terra, nunca tive contato com proprietários, mas soube que entraram com uma liminar contra a Lei do refúgio, mas *Cerca Grande*, já é decreto. Uma vez que seja feito um plano de gestão e visitação, plano de manejo, o proprietário deverá aceitar a área para visitação. Todas as áreas têm um número que deve ter um trecho para visitação.

10-Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

O painel que existe em *Cerca Grande*, com as inscrições rupestres é um bom exemplo, mas não tem nenhuma indicação. No trajeto, se você não for com um guia do IEF, você não sabe como chegar.

11-Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Em nenhum deles.

12-As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Não, não tem placa padrão. Elas são pouco informativas, cada uma tem um design, só constam de que são uma propriedade particular.

13-Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Não, nem todas.

14-Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

Não. Nenhuma pessoa que se basear pelas informações das placas existentes atualmente chega a qualquer lugar.

15-O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Não. Você tem que parar para poder fazer essa identificação. Não estão num padrão de leitura razoável, que você possa passar de carro e fazer essa leitura em movimento.

16-O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Eu acharia muito interessante e inteligente. Acredito que essa iniciativa iria fomentar a visitação, porque você passa por um lugar onde não sabe a riqueza que existe no mesmo. E mesmo a demarcação dele. Então essas placas seriam informativas, educativas e fomentariam o turismo ecológico natural.

17- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Sim, participam através da ADAO. Tem sido feitas iniciativas de reconhecimento com a população, das potencialidades e necessidade de proteção desse território. Grande parte da população tem essa visão.

2)Aline Helena de Melo

Gestora Ambiental IEF - Matozinhos

Nacionalidade Brasileira

Formação - Gestão Ambiental (Faculdades Provome Sete Lagoas)

Matozinhos -MG

31/03/14

PERGUNTAS

18-O que você entende por ecomuseu?

Bom Ecomuseu, eu entendo que ecomuseu é um museu a céu aberto, é com elementos naturais, ambientais de uma região.

19-O que você entende por patrimônio natural?

Patrimônio natural é, são cavernas, grutas, tudo que engloba o meio, como um meio todo, o meio ambiente.

20-O que você entende por elemento natural do Carste?

Eu entendo que é as cavernas, paredões.

21-Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Sim, todo dia, eu trabalho dentro.

22-Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Se existe eu não conheço.

23-Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

A ADAO tem feito um trabalho bacana de divulgação desse Ecomuseu, e a ADAO é quem fez mesmo esse trabalho, mais boca a boca mesmo.

24-Se existe, o que chamou atenção e por quê?

Bom, o que chamou a minha atenção são os elementos naturais né, porque é muito pouco divulgado, quase ninguém da comunidade conhece e são muito bonitos.

25-Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Não. Tem algumas poucas placas que não passam a informação.

26-Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Não. São indicativas mas não estão nos locais exatos.

27-Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

Eu conheço o parque e os monumentos naturais, né que é a Jaguará, a Santo Antônio e a Vargem da Pedra, e a sinalização são poucas placas que se eu não conhecesse o local eu não saberia chegar.

28-Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Não.

29-As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Não, não são objetivas, nem organizadas.

30-Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Não.

31-Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

São de fácil leitura mas estão em lugares apropriados.

32-O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Não, eu acho que deveriam ser maiores.

16-O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Eu acho super interessante, tá passando da hora de ter uma roteirização, trazer o turista pro lado de cá.

33- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Muito pouco. Eu acho que seria necessário a população conhecer mais, ir mais nesses elementos naturais.

3)Amanda Sousa Pereira da Costa

Agente Ambiental IEF - Matozinhos

Nacionalidade Brasileira

Formação - Técnica em meio ambiente (Escola Técnica de Sete Lagoas)

Matozinhos -MG

05/06/14

PERGUNTAS

34-O que você entende por ecomuseu?

Pra mim Ecomuseu é um museu a céu aberto, tanto cultural, culturas, e também paisagens o que pode tocar, tipo a Vargem da Pedra.

35-O que você entende por patrimônio natural?

Patrimônio natural, é, como se fosse o folclore, a cultura da cidade.

36-O que você entende por elemento natural do Carste?

Elemento natural que se pode tocar, do carste, tipo a unidade de conservação mesmo. Carste quer dizer água subterrânea

37-Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Sim.

38-Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Existe impresso mas assim, se você pesquisar. Para todo mundo assim, tá ali uma placa, não.

39-Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Acho que não sei, não sei te informar não.

40-Se existe, o que chamou atenção e por quê?

Não sei, nunca vi.

41-Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Não. Acho que não tem não.

42-Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Não.

43-Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

Cerca Grande, Vargem da Pedra, as unidades de conservação. Não, não existe placa não.

44-Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Não é não, só se perguntar.

45-As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Não tem placa.

46-Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Não.

47-Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

Se tiveses placas com certeza deveriam ser.

48-O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Se existissem com certeza deveriam ser.

16-O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Importante. Muito importante. Já começando das principais rodovias indicando o trajeto correto.

49- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Nem todo mundo, eu acho até que por interesse, as vezes falta de conhecimento.

4)Francisca de Paula Martins

Nacionalidade Brasileira

Formação gestora ambiental

Matozinhos-MG

25/03/14

PERGUNTAS

50-O que você entende por ecomuseu?

É um projeto de gestão integrado entre patrimônio ambiental, natural, cultural, que é o território.

51-O que você entende por patrimônio natural?

São os bens que temos no distrito e apreciamos as belezas da natureza, que é diferente de outros distritos.

52-O que você entende por elemento natural do Carste?

Observa-se que Ecomuseu do Carste pertence à APA Carste de Lagoa Santa pelo decreto 98881 de 25/01/90. Os elementos naturais são as lagoas, os sítios arqueológicos e paleontológicos e a biodiversidade. A porcentagem de 69% da APA está em Mocamboeiro.

53-Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Sim, com frequência.

54-Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Existe o mapa da CPRM exposto na sede da ADAO, elaborado pelo zoneamento da APA Carste de Lagoa Santa, também disponível à consulta e de pesquisa no Instituto Chico Mendes, em Lagoa Santa.

55-Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Ainda não. Foram feitos e distribuídos um encarte assim falando do Ecomuseu e sempre em palestras que a gente divulga, mas estão produzindo painéis de informação itinerantes que devem ficar prontos ainda esse ano para Mocambeiro e Matozinhos.

56-Se existe, o que chamou atenção e por quê?

Esses painéis apresentados em reuniões com a comissão do Ecomuseu foram aprovados. Já tivemos uma reunião e o material ficou muito rico, porque o visitante poderá ter uma noção.

57-Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Agora existe próximo ao Monumento Estadual Vargem da Pedra, área restrita, mostrando sobre esse elemento e o número do decreto do Sistema de Áreas Protegidas do Vetor Norte no ano de 2013.

58-Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Não, porque não feito um projeto como um todo, um projeto de sinalização mais amplo.

59- Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

A única que tem lá que chama atenção lá, a Fazenda da Jaguará e o Planalto da Jaguará.

60- Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Não, será muito pouco difícil por causa do planejamento como um todo.

61-As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas?

Seguem um padrão comum?

Não.

62-Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Não são identificadas.

63-Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

Não.

64-O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Não.

65-O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Se existisse, teria uma melhor compreensão do que se trata até quando se recebe um turista. O que eu penso é vai ter uma organização do trajeto e você vai ganhar tempo.

66- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Através das oficinas que a ADAO vem aplicando, que é gestora do Ecomuseu do Carste.

5)Amália Muradas Gomez

Nacionalidade Brasileira

Formação - aposentada

Pedro Leopoldo-MG

15/11/14

PERGUNTAS

67-O que você entende por ecomuseu?

Eu acho que são, museu é um lugar onde se juntam várias coisas para serem demonstradas, então esse eco deve ser alguma coisa que nós temos aqui na nossa região.

68-O que você entende por patrimônio natural?

É aquilo que foi construído pela natureza, para mim.

69-O que você entende por elemento natural do Carste?

Não sei o que é carste.

70-Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Agora não, mas eu já tive, fui na gruta do Fidalgo e escalei a gruta do Baú.

71-Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Acho que existe, e acho que inclusive até no aeroporto de Confins.

72-Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Eu acho que sim, por parte de Chiquiunha.

73-Se existe, o que chamou atenção e por quê?

Eu acho que, porque é uma região rica, bonita que deveria ser mais bem cuidada e as pessoas olharem mais ela.

74-Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Olha na época quando eu visitei tinha, mas não sei porque não tenho ido visitar.

75-Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Sim.

76-Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

Gruta do Baú, Fidalgo, o caminho que você vai por dentro pra Lagoa Sante, eu acho que existe sinalização sim.

77-Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Fazenda da Jaguará eu tenho certeza, mas a Vargem da Pedra tem muito tempo que eu não vou pra esse lado.

78-As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Ah, eu não sei te dizer.

79-Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Eu acho que sim.

80-Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

Sim.

81-O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Sim.

82-O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Acho que a rota já tá uma rota boa, você tem as entradas pra você chegar.

83- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Alguns.

6)Beatriz Coutinho do Amaral

Nacionalidade Brasileira

Formação – Designer Gráfico

Belo Horizonte-MG

15/11/14

PERGUNTAS

84-O que você entende por ecomuseu?

Bom, eu entendo que é um museu a céu aberto e nunca fiz uma visita a museu a céu aberto, mas já participei do princípios dos estudos, da base do ecomuseu de Ouro Preto.

85-O que você entende por patrimônio natural?

Ué, como eu vou dizer, que é feito pela natureza, o que está lá, o que a natureza dá para gente e nós temos de preservar, contando a história de quem somos, de onde viemos.

86-O que você entende por elemento natural do Carste?

Bom, eu não entendia muito bem não, acabei de saber que carste quer dizer sobre do que se trata a região do carste, calcário, grutas.

87-Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Olha, eu tenho hábito de visitar outros elementos naturais em várias regiões, Corcovado no Rio, aqui em Minas o Baú, a Lapinha.

88-Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Que eu saiba não.

89-Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Não tenho conhecimento.

90-Se existe, o que chamou atenção e por quê?

Não tenho conhecimento.

91-Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Olha, se as placas que eu vi até aqui, são placas indicativas eu não entendi nada, não era uma sinalização indicativa de uma parede ou uma gruta, eu não entendi isso não.

92-Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Placas comuns, como outras quaisquer de outra região, nada peculiar.

93-Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

Eu não lembro de sinalização nenhuma. Eu fui ao Baú a muitos anos atrás, mas eu com pessoas, guiada por elas, mas não lembro de ter visto alguma sinalização consistente.

94-Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Não, nem entendia que faziam parte do Ecomuseu, de um patrimônio.

95-As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Elas seguem um padrão que nem sei se é padrão DNER, para mim não fica explícito que é um lugar a ser visitado.

96-Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Não.

97-Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

Fácil leitura sim, entendimento não.

98-O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Sim.

99-O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Acho muito legal, porque principalmente tem muita gente como eu que poderia fazer esse e não faz esse tipo de programa por falta de conhecimento, mesmo que fosse visita guiada em propriedade particular, que é muito difícil permitirem entrar dentro de sua propriedade, mas ao mesmo tempo não se pode privar as pessoas desse tipo de conhecimento, de ver coisas bonitas, cultura, engrandecimento da população.

100- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Parece que sim, aqui fiquei sabendo de algumas ações na região.

7)Flávio Kahey

Fotógrafo

Nacionalidade Brasileira

Formação Administração

Belo Horizonte-MG

15/11/14

PERGUNTAS

101- O que você entende por ecomuseu?

Não visitei esse ecomuseu ainda, mas acho que é um ecomuseu sobre a biodiversidade local, ou de um ecossistema específico, no caso aqui o cerrado, como aqui tem muita gruta, deve ser isso.

102- O que você entende por patrimônio natural?

É isso. Patrimônio natural é a gruta é patrimônio natural, o ecossistema do local é um patrimônio natural, as lagoas que tem por aqui são patrimônio natural.

103- O que você entende por elemento natural do Carste?

O que eu entendo sobre o carste primeiro, ah tá essa região, circuito das grutas, é uma região com nascentes.

104- Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Aqui é a primeira vez. Já vim para festas culturais.

105- Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Não vi ainda.

106- Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Nunca vi.

107- Se existe, o que chamou atenção e por quê?

Não vi. Eu fui ao centro de Mocambeiro hoje, mas não percebi nada

108- Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Eu não vi as placas.

109- Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Não vi, não posso dizer.

110- Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

Bom eu não vi a sinalização, então...mas te interrompendo tem placa de sinalização?

111- Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

A placa da Fazenda da Jaguará, vi a placa na rodovia, e perguntando a moradores consegui encontrar.

112- As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Não seguem um padrão, mas dentro do possível são objetivas.

113- Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Não.

114- Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

Indicando o local, são de fácil entendimento, agora só o local não é?

115- O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Não.

116- O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Necessária, e já se faz atrasada, já deveria existir, a rodovia aqui tem muito movimento e faria uma grande divulgação.

117- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Através da Chiquinha sim, mas só através dela.

8)Geraldo Marcos Maia

Comerciante do distrito de Mocambeiro

Nacionalidade Brasileira

Mocambeiro-MG

15/11/14

PERGUNTAS

118- O que você entende por ecomuseu?

O que eu entendo por ecomuseu é um museu a céu aberto, sem um lugar específico, é um conjunto de patrimônio de uma cidade de uma localidade, os bens naturais, culturais, antigos, novos, etc.

119- O que você entende por patrimônio natural?

Patrimônio natural é o que a natureza oferece sem a intervenção do homem.

120- O que você entende por elemento natural do Carste?

Não entendo.

121- Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Sim, eu vivo no meio deles, nasci no meio deles.

122- Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Não existe isso de maneira sistematizada. Mas existe alguns indicativos e é o que nós estamos procurando ações efetivas que vão fazer essas indicações. Por enquanto ainda é precário.

123- Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Na realidade, Chiquinha é que vem fazendo essa divulgação, é a associação, a ADAO é que tem a incumbência de gerir o ecomuseu, e ela tem feito isso, a gente sempre vê alguém falar, a ADAO é que tem feito algum indicativo, sobretudo nos meios públicos.

124- Se existe, o que chamou atenção e por quê?

Ah bom, eu sou daqui, estou sempre com Chiquinha e venho atuando sempre com ela, sempre preocupado com as questões

relativas a comunidade, a escola, as festas populares, participando sempre dessas ações.

125- Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Existe. É e eu acho que existem poucas, dá para direcionar o visitante, mas já existe, existe placas mais antigas em locais já tombados, e chegaram placas novas que nós vamos direcioná-las aos locais corretos.

126- Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Representam, muito bem representadas.

127- Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

O que está mais visível é o Vargem da Pedra, que está mais próximo do perímetro urbano.

128- Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Fazenda da Jaguará e Vargem da Pedra sim, Cerca Grande não, ainda está incubado esse projeto aí.

129- As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Não, precisa tomar essa ação efetiva.

130- Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Não, vamos dizer assim. Nossa região está incipiente ainda.

131- Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

Não, precisa tomar essa ação efetiva pra isso.

132- O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Não. Até no próprio circuito das grutas as letrinhas são pequenas.

133- O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Precisa, inclusive a nossa luta é justamente essa, para que seja racionalizada essas visitas, para que o próprio morador valorize mais.

134- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Esse é um outro problemas que nós temos, típico de lugares pequenos como esse. O pessoal é muito resistente. Precisamos fazer um trabalho para sensibilizar.

9)Jane Rosa Santos Almeida

Nacionalidade Brasileira

Formação Professora

Matozinhos-MG

15/11/14

PERGUNTAS

135- O que você entende por ecomuseu?

Ecomuseu é um espaço a céu aberto contendo belezas naturais além de cultura local, tradição, comidas, festas, modo de viver de um povo.

136- O que você entende por patrimônio natural?

É aquilo que a gente recebe de presente da natureza, como cachoeiras, lagos, grutas.

137- O que você entende por elemento natural do Carste?

Seria as grutas, pedras, o que o próprio carste provoca na região.

138- Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Sempre, porque minha família tem uma forte ligação com a região. Eu tenho uma casinha aqui também nessa região, então a gente está em constante contato.

139- Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Não. Isso é algo que falta, até para despertar, para dar mais visibilidade, para dar mais conhecimento as pessoas do que é isso aí.

140- Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Sim, existe, mas eu acho que essa informação não atende a demanda, as informações que temos são poucas ainda.

141- Se existe, o que chamou atenção e por quê?

O que chamou a atenção é a gente ver as paisagens naturais, as grutas, é é no meu caso que passo pela lagoa da pedrinha e depois eu ver a foto num folheto explicativo, eu entendo que isso é uma forma de valorizar, de fazer com que as pessoas tenham acesso.

142- Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Olha placa não existe, o que existe é as orientações que eu recebi, já vi da ADAO, daqui de mocambeiro, que fomenta esses conhecimentos com relação ao ecomuseu do carste.

143- Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

No caso 8 como eu não vejo placas, essa pergunta... não...

144- Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

Olha o que eu vejo que tem sinalização, a única até, é a entrada da Fazenda da Jaguará, lá tem uma placa indicando a entrada da fazenda, por exemplo as ruínas da igreja, que é um patrimônio, não tem sobre as ruínas da igreja, tem sobre a indicação para a fazenda da jaguara.

145- Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Não, é tranquilo, eu vejo com tranquilidade porque eu já conheço a região, mas imagino que se alguém venha de fora encontrará dificuldade.

146- As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Não.

147- Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Não.

148- Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

A única que eu vejo é de fácil leitura. A indicativa pra Fazenda Jaguara.

149- O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Sim.

150- O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Acho excelente, é uma forma de tar facilitando a mobilidade das pessoas e até para tar conhecendo a região.

151- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Atuação pouquíssima, pouquíssima atuação.

10) Maria Cristina de Carvalho Borges

Nacionalidade Brasileira

Formação - fazendeira

Pedro Leopoldo-MG

15/11/14

PERGUNTAS

152- O que você entende por ecomuseu?

É o que nós temos aqui na região, essas pedreiras, essas grutas, inclusive na minha fazenda tem, em Poções, que é muito famosa, o que eu entendo é isso.

153- O que você entende por patrimônio natural?

Isso é patrimônio natural? É, eu acho que é mesmo, porque a gente tem uma parte de nossa fazenda, que a gente não pode usar a pedreira, acho que faz parte do patrimônio natural, são tombadas.

154- O que você entende por elemento natural do Carste?

Tem Cerca Grande....

155- Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

As vezes, na minha fazenda eu visito Poções...

156- Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Acho que existe, eu nunca vi não mas eu acho que existe.

157- Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Também acho existe, já ouvi falar...

158- Se existe, o que chamou atenção e por quê?

Até isso prejudica um pouco a gente, porque minha fazenda está dentro dessa região, a fazenda fica muito visada, as pessoas entram lá e...

159- Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Lá na minha fazenda não existe não, mas em outros lugares existe.

160- Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Características dessa região, é.

161- Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

Da minha fazenda não tem, mas Cerca Grande e outros lugares tem.

162- Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

É muito fácil, muito fácil.

163- As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Um padrão comum, são bem organizadas. Na minha fazenda, nós que colocamos..

164- Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Indicam, na maioria das placas que eu conheço.

165- Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

Sim.

166- O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Sim.

167- O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Acho que não existe não, mas na minha opinião, eu não gostaria de ter não.

168- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Participa sim.

11) Maria José Rodrigues Martins Kahey

Nacionalidade Brasileira

Formação Comerciante

Belo Horizonte-MG

15/11/14

PERGUNTAS

169- O que você entende por ecomuseu?

Eu acho que é, igual o que tem aqui as, grutas, a questão de preservação do meio ambiente.

170- O que você entende por patrimônio natural?

Acho que seria aqui principalmente as grutas.

171- O que você entende por elemento natural do Carste?

Seria as grutas, pedras, o que o próprio carste provoca na região.

172- Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Aqui é a primeira vez.

173- Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Eu já vi um mapa que a Chiquinha me mostrou, mas nunca tive um em mãos.

174- Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocameiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Já ouvi falar que existe, mas eu nunca vi.

175- Se existe, o que chamou atenção e por quê?

Não vi.

176- Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Eu nunca vi.

177- Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Se tivess4e eu acredito que sim.

178- Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

Nada, não conheço.

179- Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Não é fácil Pelo menos eu nunca prestei atenção, nunca vi.

180- As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Eu acho que não.

181- Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Não.

182- Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

Não, porque eu nunca vi sinalização nenhuma.

183- O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Se tivesse não é, deveria ser.

184- O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Acho que seria excelente.

185- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Acho que deveriam participar mais, ser mais presentes, quem trabalha mais é só a Chiquinha.

12)Rubens Alves Ferreira

Nacionalidade Brasileira

Formação - Advogado

Pedro Leopoldo-MG

15/11/14

PERGUNTAS

186- O que você entende por ecomuseu?

Bom Ecomuseu na minha visão é um projeto que visa reunir o acervo ambiental, patrimonial e cultural que existem nessa região com a finalidade de cadastrar esse espaço, ambiente, essas obras para possibilitar a visitação, a difusão da cultura e da história local.

187- O que você entende por patrimônio natural?

Patrimônio natural, como o próprio nome já diz, é o que a própria natureza nos proporcionou..

188- O que você entende por elemento natural do Carste?

São os elementos próprios, típicos do Carste que os distinguem de outros elementos naturais de outras regiões, outras geografias.

189- Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Sim.

190- Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

O mapa existe, o trajeto creio que não, se existir eu desconheço.

191- Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Pontualmente as vezes sim, através da ADAO.

192- Se existe, o que chamou atenção e por quê?

O que chama a atenção no material é a beleza natural a exuberância desse espaço, a diversidade desses recursos.

193- Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Não até onde eu sei, não existe uma sinalização mais precisa, detalhada, minuciosa.

194- Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Não são placas comuns, não tem características típicas.

195- Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

Aqui na região, eu conheço a Experiência, Vargem da Pedra, mas não me recordo de sinalizações.

196- Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Não.

197- As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

Não. São muito amadoras.

198- Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Não, não chegam a esse nível de detalhe.

199- Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

As poucas que existem sim, mas não uma descrição mais detalhada, um norteamento para o visitante.

200- O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Sim.

201- O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Acho que para consolidar, para implementar mesmo o Ecomuseu isso é muito importante.

202- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Muito pouco mesmo, a Chiquinha da comunidade é uma das que mais se envolve, mais se preocupa, e ela tenta sedimentar pessoas

com ela, mas ainda não existe um compromisso dessas pessoas com o patrimônio.

13) José de Castro Procópio

Nacionalidade Brasileira

Formação artista plástico, mobilizador social

Matozinhos-MG

29/05/14

PERGUNTAS

203- O que você entende por ecomuseu?

É um museu que antes de mais nada vai estar centrado a questões de seu entorno, num processo ecossistêmico, o que não significa dizer que ele é deste ou daquele item e que ele tenha que ser essencialmente ambiental, pode estar envolvendo questões culturais, de modos de viver, de culinária, porque como ele é um museu do espaço, do contexto local, é como se botássemos uma cúpula de recorte sobre determinada região, cúpula que pode ter (100) cem metros, porque pode ser que o céu ali seja mais bonito do que em outros lugares.

204- O que você entende por patrimônio natural?

Todas as questões que são pela constituição da natureza, não por ações humanas, desde a vegetação, as montanhas, o relevo, os lagos, como inclusive o perfil fisionômico das pessoas, que muitas vezes natural o suficientemente diferenciadas para serem consideradas naturais.

205- O que você entende por elemento natural do Carste?

São fisionomias da paisagem a partir da formação calcária e da solubilidade do calcário, que tem características únicas como as poliez, as uvalas, os maciços calcários que vão dar uma característica única, típica do Carste.

206- Você tem hábito de visitar os elementos naturais do Carste?

Bastante. Desde quando eu mudei, conheço talvez conheça mais do que as pessoas da região.

207- Existe algum mapa da região do Carste indicando os elementos naturais e trajetos entre eles?

Não. Existem mapas científicos tanto do zoneamento da APA Carste de Lagoa Santa, onde parte desses sítios estão localizados. Existem mapas com a questão de sítios arqueológicos, produzidos por Luiz Bethoven Piló, pesquisador da USP, e também formado pela UFMG, na área de estrutura das rochas, solo, mas alguns mapas que já encontrei, são rascunhos, inclusive desde Lund, porque vários sítios que Lund pesquisou, supõe-se que seja este ou aquele, porque não existe realmente um mapa seja um mapa que identifique esses sítios, o que é enquanto não devidamente organizado, uma vantagem.

208- Existe algum material de divulgação na comunidade de Mocambeiro ou em Matozinhos, sobre a existência e localização dos elementos naturais do Ecomuseu do Carste?

Ainda não. Tem processos em andamento.

209- Se existe, o que chamou atenção e por quê?

Abaixo.

210- Próximo aos elementos naturais desse ecomuseu, existe alguma placa indicativa dos mesmos? Se existem têm uma organização de informações, direcionam o visitante?

Não. Não tem nada. Nem as proibitivas.

211- Na sua opinião, essas placas representam características regionais?

Tudo que eu já vi, mesmo que não sejam essas próximas ao sítio, toda a região não fala pela região. Essa é uma grande carência na região.

212- Quais elementos naturais você conhece e o que lembra de sinalização no trajeto dos mesmos?

A placa do Circuito das Grutas que existem espalhadas na região, que atendem ao sistema de comunicação turística, que também trazem uma impessoalidade em relação à região.

213- Na sua opinião, é fácil encontrar o trajeto para os elementos naturais Vargem da Pedra, Cerca Grande e Fazenda da Jaguará?

Na verdade, eu mesmo que conheço bem a região, já me perdi várias vezes. Não em Vargem da Pedra ou Cerca Grande, pra Vargem da Pedra também, onde várias ruas podem te levar ao mesmo lugar, e na Fazenda da Jaguará, eu já fui parar em um lugar totalmente diferente porque uma encruzilhada me enganou e depois de uns 15 (Km) quilômetros, uns 30 minutos me perguntei onde é que é isto?

214- As placas existentes dentro de propriedades particulares, no limite com a rodovia, são organizadas, informativas e objetivas? Seguem um padrão comum?

É seguem esse de padrão do turismo, de placas turísticas. Existem plaquetas. É avulso. Mas não são sistêmicas, são pontuais. Não sei dizer se é possível reconhecê-las, s3e existem, de vez em quando você tromba com uma placa.

215- Indicam os nomes e a kilometragem até os elementos naturais?

Isso é igual a passarinho verde.

216- Caso existam, as informações são de fácil leitura e entendimento?

Com erros de português quando acontecem. São raras não é, lembrando. O erro de português não acontece nas placas do Circuito, que foi uma colocação sistemática em 2004. Então dentro do Circuito foi feito um trabalho com isso, mas elas são muito gerais, você sabe que está no lugar mas não indicou nada, não tem nenhuma placa de sinalização de visitaç3o. Elas são indicativas que você está na área do Circuito das Grutas. Atendem ao padrão turístico mas não atendem à região em si.

217- O tamanho e desenho das letras/palavras é confortável para a leitura? São de fácil entendimento?

Considerando as placas do Circuito sim e as outras, depende muito de cada placa.

218- O que você pensa sobre uma roteirização para visitas no Carste?

Emergencial. Esse é um dos grandes problemas. Existem tantas coisas, só dando um exemplo daonde está o Circuito Mocambeiro. Nós temos, você listou ali 4(quatro) tópicos, eu listei mais 6(seis) outros que são importantes no mesmo espaço, e um próximo do outro. Não estou falando de distância de mais de 2 Km de distância entre aqueles itens citados. Quando você vai por um número de referência um e outro, você está num roteiro muito próximo, que significa dizer que ter um roteiro significativo para um visitante ocupar uma manhã, uma tarde ou noite, não existe nada disso. Existe tentativas esporádicas que se perdem. Já teve coisas no passado. Têm sempre outras questões. Como é um patrimônio que uma vez perdido ele não é repostado. Uma sistematização é primordial, essencial.

219- A comunidade participa de ações para divulgação, visitação e preservação do Ecomuseu do Carste?

Houve histórico de muitas visitas no passado, isso foi razão de muitos danos, quando a gente fala em danos, tem danos recentes de pichações nos últimos anos. Por exemplo em Cerca Grande você encontra uma pichação com o nome Lanari, que é de uma família de um pesquisador, família economicamente importante, de fazendeiros locais, nome que está em cima de uma pintura com 4000 a 7000 anos. Se dizem defensores, que íam lá tirar fotos, etc. Aí eu pergunto, será que ele não dava educação a seus filhos não? Se por um lado existe uma curiosidade, aí eu ressalto, vejo que a academia não trouxe de volta o conhecimentos, não cumpriu a função social, não dividiu aos vários níveis de culturas presentes.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ENTREVISTAS

As entrevistas possibilitaram maior aproximação da questão a respeito da sinalização pesquisada no distrito de Mocambeiro, junto à comunidade, proporcionando maior aprofundamento e desenvolvimento de aspectos do tema proposto.

Foi fundamental perceber e levantar diversas características culturais da comunidade local, para possível desenvolvimento de projeto de sinalização.

Por se tratar de pesquisa que envolve um conceito contemporâneo e em desenvolvimento, aponta-se a importância da inserção do design para o fortalecimento da identidade local e necessárias melhorias para a população do distrito em diversos aspectos discutidos ao longo dessa dissertação.

HISTÓRIA DO VÍNCULO DA JAGUARA E SUA LIGAÇÃO COM O MOCAMBEIRO

O Ecomuseu Mocambeiro, segundo o ICOM, pode ser considerado como “museu” por se enquadrar na seguinte categoria: é um sítio que contém monumentos naturais, arqueológicos, culturais e etnográficos. Os seus Monumentos Naturais são a Vargem da Pedra e Cerca Grande; os monumentos arqueológicos são as figurações rupestres da Cerca Grande. Quanto aos monumentos culturais e etnográficos são os bens patrimoniais, materiais e imateriais do Jaguará e aqueles bens culturais de origem quilombola, expressos no Candombe, nas Festas do Rosário, na Folia de Reis, e nos costumes (culinária, narrativas e lendas).

Esse conjunto de categorias museais do Mocambeiro atesta sua importância enquanto monumento histórico, natural e cultural, que conserva a prova material de que ali viveram povos africanos nos tempos coloniais, os quais absorveram influências da cultura europeia portuguesa e da cultura indígena, resultando num sincretismo e numa mescla cultural rica, que ainda permanece viva nas manifestações culturais da culinária, das festas tradicionais, das lendas, das bandas do Congo, de hábitos e linguagem.

O que o Vínculo da Jaguará tem a ver com os quilombolas? Que ligação tem o Vínculo da Jaguará com o Candombe e as Festas do Rosário e de Reis? Qual a ligação entre Mocambeiro e Jaguará? Há um imbricamento da Jaguará, com os quilombolas, com o Candombe e com as Festas tradicionais, vejamos porquê. Para entendermos essa ligação, apresentaremos a história do Vínculo da Jaguará e sua ligação com o Mocambeiro. Essa história foi transcrita pelo Cônego Raimundo Trindade, religioso e pesquisador que dirigiu o Bispado de Mariana nos anos 1940 e se dedicou a recuperar a história das instituições católicas que se implantaram nos Bispados de Minas Gerais, tendo estudado mais detalhadamente os escritos dos padres que atuaram na região tempo do Império no Brasil (no século XIX).

O Cônego Trindade transcreveu (em 1940) um trecho publicado no Almanaque de Assis Martins de 1864, por autoria do Padre João de Santo Antônio (que viveu em Cordisburgo) com as seguintes informações sobre o Vínculo do Jaguará³³:

Vínculo do Jaguará é a união de nove Fazendas, outrora pertencentes ao português Coronel Antônio de Abreu Guimarães, que adquiriu fabulosa riqueza negociando, por contrabando, em ouro e diamantes em Minas Gerais. Eis os nomes destas Fazendas, cada uma das quais era então cultivada por numerosos escravos: Jaguará, de tôdas a principal, Mucambo, Bebida, Riacho d' Anta, Casa Branca, Pau-de-Cheiro, Ponte-Nova, Brejo e Melo. O território do Vínculo media seguramente treze léguas, começando do lugar denominado Ribeira, pouco além da Quinta, e terminando no ribeirão da Onça, e das margens do Rio das Velhas à serra do Paiol. Só a fazenda do Melo deu sessenta e duas sesmarias (SANTO ANTÔNIO, 1864).

Percebemos que Jaguará por vezes é referida como “o Jaguará” (por ser o Vínculo do Jaguará), ou então “a Jaguará” (por ser a Fazenda da Jaguará). Portanto é correto tratar Jaguará no masculino e no feminino.

A origem do Mocambeiro remonta à Fazenda do Mucambo, uma das nove fazendas vinculadas à fazenda-sede da Jaguará. Chamava-se Mocambeiro pois ali havia um conjunto de ‘mucambos’, casebres rústicos de barro e pau-a-pique, cobertos com folhas de palmeiras, que serviam de residência para negros escravos. A história do Coronel Abreu nos conta sobre os costumes e a moral da Colônia, e sobre as relações entre os súditos, os reis portugueses e a Igreja Católica no Brasil colonial, como poderemos entender do seguinte relato:

Tendo adquirido grandes haveres, mas por meios ilícitos como é o contrabando (de ouro e diamantes), o português Coronel Antônio de Abreu, voltando a Portugal, resolveu-se a fazer confissão geral e tomar as medidas que seu prudente confessor lhe indicasse. Neste intuito dirigiu-se a um frade de Varatojo, o qual aconselhou-lhe começasse por pedir perdão do crime à Rainha de Portugal (D. Maria I), e então lhe declarasse qual era o crime de que exorava clemência. Assim o fez o Coronel Abreu, e depois que a Rainha lhe assegurou o

³³ TRINDADE, Cônego Raimundo, 1940. Notícia sobre o Vínculo do Jaguará contada pelo Padre João de Santo Antônio, 1864. In: **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. p. 135- 136.

Disponível em:

https://archive.org/stream/instituicoesdeig00trin/instituicoesdeig00trin_djvu.txt

Acessado em 2014.

perdão, pediu-lhe quisesse aceitar aquelas (nove) Fazendas (em Minas Gerais, no Brasil), com todos os escravos e suas dependências. A Rainha declinou da oferta e mandou-lhe que fizesse dos bens aquilo que combinasse com o confessor. É de 4 de junho de 1787 o decreto de D. Maria I que vinculou os bens do Coronel Antônio de Abreu Guimarães. (por isso as nove fazendas passaram a se chamar 'vínculo', por terem sido 'vinculadas' ao para pagamento de uma dívida com a Coroa Portuguesa, por ordem da rainha de Portugal). Foi então que o Coronel Abreu determinou-se a empregar toda a riqueza em obras pias, deixando apenas para seus parentes os réditos de uma quinta parte dos mesmos bens. (SANTO ANTÔNIO, 1864).

Os bens do Coronel Antônio de Abreu Guimarães foram entregues em 1787 ao Governo colonial português no Brasil, com a condição de que seriam administrados duplamente por um administrador escolhido por indicação do Coronel Abreu e por um conselho de 'homens bons' (portugueses de confiança do rei, ligados à Igreja católica no Brasil).

Os rendimentos do Coronel Abreu foram divididos em cinco partes distribuídas "em obras pias" (o mesmo que obras de caridade) da maneira seguinte: uma quinta parte para Seminário de meninos pobres; outra quinta parte para colégio de meninas pobres; a terceira parte para um hospital de lázaros; a quarta para as Freiras do Rêgo, em Portugal; e uma quinta parte para os parentes do Coronel, entre os quais contava-se um sobrinho do Coronel Abreu por nome Francisco Lopes de Abreu, que, a chamado do tio, tinha vindo administrar estas nove Fazendas. Assim, tendo confessado sua culpa à rainha, aliviada sua consciência, o Coronel abriu mão de seus bens, fez-se frade e santamente acabou seus dias em Portugal.

Mas as nove Fazendas brasileiras do Coronel Abreu estiveram a cargo de péssimos administradores, e nunca deram rendimentos bastantes para se cumprirem as disposições do Coronel. Quase tudo quanto rendiam as Fazendas era gasto em jantares, bailes e divertimentos dos administradores do Vínculo.

Entretanto, além dos administradores leigos, existia em Sabará um conselho ligado à Igreja católica, nomeado pelo Governo colonial para zelar pela boa administração do Vínculo da Jaguará. Este Conselho entrava em choque contra a administração do Vínculo. Com efeito, só um dos administradores do Vínculo (o Padre Manuel Antônio), entre os muitos que

houve, alcançou pequena quantia de saldo em prol das instituições religiosas beneficiadas pelo Coronel. Este administrador, o Padre Manuel Antônio, de Santa Luzia, no começo do século XIX, foi nomeado procurador das nove Fazendas, que tentou dar boa orientação a esses negócios. Como havia boas acomodações no Jaguará, o Reverendíssimo Padre Manuel abriu lá um Seminário para educação de moços pobres, procurando destarte satisfazer aos desejos do finado Coronel Abreu. Esta feliz concepção ficou contudo malograda, vista a resistência que lhe fez Francisco Lopes de Abreu, sobrinho do Coronel.

Francisco Lopes de Abreu, com os seus parentes, tinha direito a uma quinta parte dos rendimentos do Vínculo, mas tendo se apoderado de quatro Fazendas, as repartiu entre os seus: Casa Branca, Pau de Cheiro, Ponte-Nova e Brejo. Contra ele moveu demanda o Padre Manuel Antônio, que teve três sentenças do Conselho a favor do Vínculo; mas Dom João VI mandou pôr termo à demanda entre o sobrinho do Coronel Abreu e o Padre Manuel, eis por quê:

Francisco Lopes de Abreu (a fim de merecer um favor do rei) encarregou-se de fazer o Chafariz-da-Carioca no Rio de Janeiro, e três anos gastou com a escravatura naqueles trabalhos. Acabada a obra do chafariz, não quis receber pagamento, e pediu a el-rei que só queria que êle mandasse pôr termo a umas demandinhas que lhe faziam em Minas. Dom João VI fez como desejava Francisco de Abreu e fê-lo administrador vitalício do Vínculo da Jaguará, e assim ficaram pertencendo a outros as quatro fazendas: (o sobrinho do Coronel) deu a Fazenda da Ponte-Nova aos Lobos, a Fazenda da Casa-Branca a Manuel Francisco e a João Martins, as Fazendas do Brejo e Pau-de-Cheiro a duas filhas naturais. Francisco Lopes, em 14 de maio de 1820, deu informações contrárias à criação de uma paróquia com sede na Capela do Jaguará, que Sua Majestade propusera ao Cabido (de Mariana). (A capela não foi concluída. As ruínas das paredes externas desta capela ainda existem na Jaguará). O Coronel Antônio de Abreu Guimarães fez, para os doentes lázaros, o hospital de Sabará, inaugurado a 31 de maio de 1812. Francisco Lopes de Abreu morreu louco em Sabará. (SANTO ANTÔNIO, 1864).

Concluindo a história do Vínculo do Jaguará, das cinco partes dos bens do Coronel Abreu doadas para obras de caridade, no começo do século XIX, tiveram a seguinte destinação: a quinta parte que fora para Seminário de meninos pobres foi parcialmente cumprida, mas o Seminário

não chegou a prosperar; a parte que fora destinada para colégio de meninas pobres não foi cumprida; a terceira parte para hospital de lázaros, foi cumprida, com a construção do Hospital de Sabará; a quarta parte da destinação de rendas para as Freiras do Rêgo, em Portugal foi substituída pela construção do chafariz no Rio de Janeiro; e a quinta parte da doação de terras para os parentes do Coronel, foi fielmente cumprida, com a distribuição das quatro fazendas citadas acima.

Das nove fazendas vinculadas à Jaguará, o destino parece ter sido assim:

- Jaguará, de todas a principal, permaneceu como fazenda-sede, com o título de 'Vínculo'. Hoje pertence a particulares.
- Mucambo (atualmente Mocambeiro) foi local de instalação dos 'mocambeiros', descendentes de escravos.
- Bebida, Riacho d' Anta: não há registros de destinação por doação.
- Casa Branca, Pau de Cheiro, Ponte-Nova e Brejo foram repartidas entre os parentes do Coronel Abreu.
- Melo foi repartida em 62 sesmarias, com destinação para variados proprietários.

A ligação que poderemos estabelecer entre o Vínculo do Jaguará e Mocambeiro, é que ambos existem ainda hoje (em inícios do século XXI), sendo que a Fazenda da Jaguará conserva as ruínas da capela católica que começou a ser erguida pelo Padre Manuel (por volta de 1820), mas que não pode ser concluída por brigas do Conselho com o sobrinho do finado Coronel Abreu. Quanto a Mocambeiro, parece que tem origem na Fazenda do Mucambo, onde se localizou a escravaria do Coronel Abreu, tendo se tornado um 'quilombo' após o fim do Governo colonial e, em inícios da República, depois da Abolição da escravidão no Brasil, parece ter sido um local onde se refugiaram ex- escravos. Essa comunidade do Mocambeiro abriga hoje poucos descendentes de escravos africanos e ali ainda se mantém vivas algumas manifestações culturais afro-brasileiras da culinária, das festas religiosas, das lendas, de linguagem etc.

Restou, portanto, do Vínculo do Jaguará, o patrimônio cultural na Jaguará e no Mocambo, que materializam a história de povos africanos que ali viveram nos tempos coloniais, assim como as influências da cultura europeia portuguesa e da religião católica no sincretismo religioso e na mescla cultural brasileira.